

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade De Medicina
Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência

Luís Fernando Duarte Couto

**QUANDO O ADOLESCENTE MATA:
UMA PERSPECTIVA CLÍNICA**

Belo Horizonte
2016

Luís Fernando Duarte Couto

**QUANDO O ADOLESCENTE MATA:
UMA PERSPECTIVA CLÍNICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiane de Freitas Cunha

Coorientador: Prof. Dr. Musso Garcia Greco

Belo Horizonte
2016

Couto, Luís Fernando Duarte.
C871q Quando o adolescente mata [manuscrito]: uma perspectiva clínica. /
Luís Fernando Duarte Couto. -- Belo Horizonte: 2016.
121f.
Orientador: Cristiane de Freitas Cunha.
Coorientador: Musso Garcia Greco.
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Medicina.

1. Violência. 2. Adolescente. 3. Comportamento do Adolescente. 4.
Comportamento Perigoso. 5. Psicanálise. 6. Dissertações Acadêmicas. I.
Cunha, Cristiane de Freitas. II. Greco, Musso Garcia. III. Universidade
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WS 463



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA/MP

UFMG

FOLHA DE APROVAÇÃO

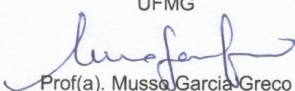
Quando o adolescente mata: uma perspectiva clínica


LUÍS FERNANDO DUARTE COUTO

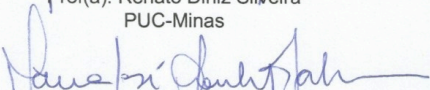
Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, área de concentração PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA

Aprovada em 08 de abril de 2016, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo - Orientador
UFMG


Prof(a). Musso Garcia Greco
Associação Imagem Comunitária


Prof(a). Renato Diniz Silveira
PUC-Minas


Prof(a). Maria Jose Gontijo Salum
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Belo Horizonte, 8 de abril de 2016.

*para meus professores
que fizeram do colégio
lugar de vida*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais,
a transmissão do desejo de aprender;

A meus irmãos, Marcus e Ana Carolina;
a tia Aparecida,
o apoio cheio de afeto;

A Cris Cunha,
o entusiasmo da acolhida, a orientação, a parceria de trabalho, as discussões de casos...
Por todo o apoio. Muito obrigado, Cris!

A Musso Greco,
a orientação presente, a generosidade das contribuições, a leitura atenta e a correção dos textos;

A Andréa Guerra e Nádia Laguárdia,
as dicas preciosas durante a qualificação do projeto;

Aos colegas do Caput,
a parceria de três anos de muita energia para o trabalho e para o estudo. A vontade de escrever essa dissertação parte de nossas discussões sempre cheias de vida e por poder contar, aprender e construir com vocês;

Aos colegas do CMT,
em especial Daniela Dinardi e Mônica Quadros, a confiança no trabalho e o companheirismo em uma gestão cheia de desafios! A Maria Wilma e Oscar Cirino, com quem aprendo sempre. A todos os colegas, parceiros dessa construção coletiva;

A meus ex-preceptores da Residência do Instituto Raul Soares:
Elisa Alvarenga e Sérgio de Campos que despertaram em mim um gosto pela psicanálise;
Renato Diniz que sempre me provoca pensar além, com quem aprendo tanto sobre muita coisa; a participação na banca de defesa desse mestrado;

A Maria José Salum, a presteza para participar dessa banca de defesa;

A Andréa Silveira, a participação na banca examinadora na condição de suplente;

A Irene Greiser e Nieves Soria Dafunchio, as contribuições dadas em supervisão;

A meus amigos, os bons encontros;

Aos adolescentes que me ensinaram tanto sobre a vida.
Um salve!

Então não serei castigado pelo meu crime, perguntou caim, A minha porção de culpa não absolve a tua, terás o teu castigo, Qual, Andarás errante e perdido pelo mundo, ...
(Diálogo entre Deus e Caim, após o assassinato de Abel.)

(Caim, José Saramago, 2009)

RESUMO

O adolescente com história de prática de ato homicida é o tema deste trabalho. O estudo pretende fazer essa investigação sob a perspectiva clínica da psicanálise. Tratando-se de um tema complexo, este requer a interlocução entre vários campos do saber para uma maior tentativa de compreensão. Dessa forma, utilizamos a psicanálise como método clínico e método de pesquisa, mas articulamos os achados clínicos também a outros campos teóricos. Assim, partimos do estudo das novas formas de ordenação no mundo contemporâneo, em que parece haver a articulação da violência com a queda dos ideais, para, em seguida investigarmos o estatuto da norma e do normal dentro dos territórios de exclusão em nossa sociedade. Fazemos uma retomada histórica e epistêmica do conceito de anormalidade e os reflexos dessa construção na atualidade. Após essa contextualização, trazemos o estudo de três casos clínicos de adolescentes com história de prática de ato homicida para, a partir deles, avaliarmos as questões concernentes à subjetividade e a adolescência no mundo atual, bem como a relação entre culpa e responsabilidade. Assim, esperamos contribuir com os avanços da psicanálise em sua interface com a criminologia, o que pode auxiliar os profissionais que atuam na condução de casos tão delicados, em que se chegou ao extremo da ruptura do pacto social.

Palavras-chave: Adolescência, subjetividade, violência.

ABSTRACT

The object of this work is the teenager with history of homicides. The study intend to do such an investigation under the perspective of psychoanalysis. Because this is a complex theme, it requires a combination of many knowledge domains in an attempt to understand it better. Thus, we use psychoanalysis as a clinical and research method, but subject the clinical findings also to other theoretical fields. Therefore, we start from the study of new forms of arrangement in the contemporary world, in which there seems to be an articulation of violence with the decline of ideals, to then investigate the status of norm and normal within the exclusion territories in our society. We conduct a historical and epistemic resumption of the abnormality concept and the effects of this social construct today. After this contextualization, we present the study of three clinical cases on teenagers with history of homicides to, starting from them, evaluate matters related to subjectivity and adolescence in today's world, as well as the relation between guilt and responsibility. Thus, we expect to contribute to the advances of psychoanalysis in its interface with criminology, helping professionals who work with such sensitive cases, where the social pact has already collapsed.

Keywords: Adolescence, subjectivity, violence.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. INTRODUÇÃO	11
2. RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA	14
3. PSICANÁLISE E PESQUISA CIENTÍFICA	16
3.1. Outras considerações sobre o método	22
4. OS PROJETOS ESTÃO REPLETOS DE RISCOS	23
5. UM VIOLENTO MUNDO NOVO	26
5.1. A queda dos ideais	26
5.2. A violência	28
5.3. Que destino dar ao lixo?	32
6. O NORMAL E O MARGINAL	35
7. ANORMAL	41
7.1. Acidade empestada	42
7.2. Os tipos anormais	45
8. ODEIA TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO	51
8.1. A, de agressor	56
8.2. Adolescência	58
8.2.1. O adolescente tabu	62
9. APRENDIZ	65
9.1. CASO 1: A, DE ASSASSINO	67
9.1.1. Joker em ato	68
9.1.2. Alguns efeitos na posição subjetiva	69
9.1.3. Considerações psicanalíticas sobre o caso	70
9.2. CASO 2: AS PALAVRAS NÃO CABEM NA LINHA	73
9.2.1. O ato	73
9.2.2. O começo do tratamento: poucas palavras	74
9.2.3. A história: as palavras que cabem	74
9.2.4. Algumas considerações	77
9.3 CASO 3: MÍOPE	80
9.3.1. O ato de Hórus	81
9.3.2. Alguns pontos da história	81
9.3.3. Conversa com o pai	83
9.3.4. Algumas considerações	84
9.4. TRÊS TRAGÉDIAS MÍTICAS	86
9.4.1. <i>Acting out</i> e passagem ao ato	88
10. O CRIME E O CRIMINOSO	92
10.1. Psiquiatria e criminologia	93
10.2. Psicanálise e criminologia	98
10.3. Crimes na guerra	100
10.4. As instâncias morais e o Outro da lei	102
10.5. Culpa e responsabilidade	107
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

APRESENTAÇÃO

(Smells like teen spirit¹)

A ideia para se produzir um trabalho sobre o adolescente homicida surge de um encontro, em minha história profissional, com um novo projeto clínico na cidade de Belo Horizonte. Esse encontro foi também uma trombada, um atropelamento, um encontro violento com uma realidade dura com a qual, até então, eu havia tido apenas algum contato superficial.

Isso se deu em 2012, com a invenção na cidade, do Centro de Atendimento e Proteção ao Jovem Usuário de Tóxicos, o CAPUT. E com o novo serviço veio um convite para inventar junto: junto com os adolescentes, em suas soluções criativas e surpreendentes; junto com uma equipe cheia de desejo para sustentar esse trabalho tão difícil. E então, esse encontro-trombada foi também um encontro de produção e satisfação.

O CAPUT foi um projeto de psicanálise aplicada, destinado ao atendimento e proteção de adolescentes em situação de vulnerabilidade. A clínica com os adolescentes me trouxe várias questões acerca dos nossos espaços de exclusão na cidade, dos impasses próprios da adolescência, do estatuto da normalidade dentro dos territórios deixados à margem da norma social, do adolescente às voltas com o gozo autoerótico e a pulsão de morte, das questões do adolescente com a lei e a infração... Enfim, muitos assuntos vieram me desassossegando.

A prática cotidiana em uma instituição com cheiro de graffiti e funk parecia, em alguns dias, uma festa na “quebrada²”; mas, em outros dias, era o horror do horror. Meninos e meninas tão jovens e com as marcas do abandono, da desgraça e da morte tão vivas em seus corpos – que não tinham outro caminho, senão tornarem-se corpos agitados. Essa agitação que se traduzia em atuação, uso de drogas, atos infracionais, dança, passinho, correria, corre!

Enfim, é esse cheiro de graffiti que permite abrandar a angústia e convidar para a produção. O trabalho com as palavras, os desenhos, a dança, a comida, a música ampliam as possibilidades de oferecer vida em um mundo tão cinza e violento.

¹ Nome de uma música da banda norte-americana Nirvana.

² Quebrada: gíria geralmente usada pelos adolescentes para se referirem ao lugar onde moram na periferia.

E é neste contexto que surgiu o desejo – e a necessidade – de colocar tantas questões em palavras. É por isso que a vontade de entender um pouco mais sobre esse novo mundo me levou a endereçar um projeto de pesquisa a um Programa de Mestrado da Faculdade de Medicina da UFMG, cujo nome, “Promoção de Saúde e Prevenção da Violência” estava intimamente ligado ao trabalho que vínhamos desenvolvendo. Promover saúde é prevenir violência.

Finalmente, frente ao universo da adolescência, era preciso fazer um recorte para a pesquisa e minha escolha foi trazer para a discussão o adolescente homicida. Acredito que precisamos avançar nessa conversa, saindo das discussões ainda reducionistas diante de uma questão tão complexa. Penso que também precisamos repensar e ampliar as políticas públicas no campo psicossocial voltadas para a juventude e a perspectiva desse trabalho talvez possa contribuir para essa discussão.

Foi aí que surgiu a ideia desse trabalho. Do graffiti que cheira a espírito adolescente. *Cola com nós*³!

³ “Cola com nós!” é uma expressão usada frequentemente pelos adolescentes. Quer dizer: “Chega mais!”, “Vamos juntos!”.

1. INTRODUÇÃO

Tomada como objeto de investigação ou pensada em nossa realidade, a violência revela-se um conceito complexo, polissêmico e controverso. A área da saúde se interessa por seu estudo já que se encontra intrinsecamente ligada a ela, ao prestar atendimento a vítimas diretas e indiretas, bem como ao propor e elaborar estratégias de prevenção ao problema (MINAYO, 1998). Observa-se o aumento da preocupação mundial com o tema com a consequente elaboração de propostas variadas no sentido de maior controle, repressão, vigilância – tanto no campo social quanto privado –; além da formulação e implementação de outros modelos de prevenção e ampliação do acesso a informações sobre a violência.

Suas consequências podem ser quantificadas, seja pela ótica econômica (custos direto e indireto da violência), seja pelos números e taxas de agravos (DAHLBERG, 2002). Há, no entanto, consequências não quantificáveis, tais como os aspectos subjetivos que marcam as vidas de vítimas e autores de atos violentos.

No Brasil a violência é considerada epidêmica, atingindo níveis alarmantes e se encontra entre as maiores preocupações da população. É objeto de interesse da saúde pública e observa-se uma soma de esforços para a produção de pesquisas e ações no intuito de se reduzir os índices de violência (MELO, 2010). Os dados do Mapa da Violência de 2014 mostram que no ano de 2012 ocorreram no país mais de 56 mil homicídios, o que representou 154 vítimas diárias naquele ano. Esse documento também alerta para a característica epidemiológica de crescente vitimização da população jovem, sobretudo os negros do sexo masculino (WAISELFISZ, 2014).

O campo da sociologia parte de uma perspectiva que a juventude não é produtora da violência, mas um reflexo de complexas relações sociais (WAISELFISZ, 2014). Dessa forma, seria possível a proposta de um estudo que viesse a considerar as gerações mais novas como produto de nossa sociedade e, nesse sentido, seria possível indicar algumas de nossas contradições, conflitos, erros e acertos – em uma vertente social. No entanto, a direção desse trabalho irá considerar a questão da violência além do campo da sociologia, permitindo que a interlocução com a psicanálise possa trazer outras reflexões a essa discussão. O risco que

pretendemos evitar será o de desconsiderar a responsabilidade de cada um dentro do pacto social estabelecido entre os humanos.

Assim, não será desconsiderado o contexto social em que vivem os adolescentes que trazemos para essa discussão. Sabemos que os jovens apreendidos por prática de atos infracionais apresentam um perfil mais ou menos determinado. O último relatório disponível do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA/BH, 2015), do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, mostra que no ano de 2014 foram atendidos 9.106 adolescentes sendo que 87,9% eram do sexo masculino, a grande maioria com idade entre 15 e 17 anos. Esse último relatório não apresenta dados referentes a raça ou cor, mas os dados de 2010 mostram que quase 70% eram pardos ou pretos (CIA/BH, 2010).

Dessa forma, esse estudo pretende avançar nas questões referentes a uma parcela excluída da população que se encontra em situação de vulnerabilidade e com frequentes violações de direitos. Nossa intenção será de estudar as relações entre a maneira como nossa sociedade produz a exclusão social e o destino que se pretende dar a esse resto excluído. Nesse caminho, pretendemos também relacionar esse sistema de rejeitos às novas configurações do mundo contemporâneo, marcado pela violência e apagamento das figuras de autoridade.

Na sequência, a partir de uma gíria comum falada pelos adolescentes da atualidade, pretendemos questionar o estatuto do normal nesses territórios marginais. A norma social que se torna referência nos espaços de inclusão é a mesma norma que regula o funcionamento de um território excluído? Essa pesquisa pretende verificar essa questão e trazer à reflexão os efeitos de uma norma política sobre a subjetividade nesse novo mundo.

Diante de sua complexidade, o estudo da violência parece exigir um posicionamento histórico e epistêmico para se situar a partir de que campo se dá a perspectiva, o olhar. Faremos então, algumas revisões históricas. Nesse sentido traremos a história dos anormais e os efeitos da construção dessa categoria em nossa sociedade. Veremos como se estabeleceu a anormalidade nos campos da justiça e da medicina e quais as consequências desse processo histórico na atualidade. A outra revisão histórica que pretendemos trazer será no campo da psiquiatria, a partir do interesse dessa especialidade médica pelo criminoso.

Chegamos, então, ao objetivo principal desse trabalho, o de analisar a prática de atos homicidas por adolescentes, a partir da perspectiva da clínica psicanalítica. Assim, levaremos em conta a maneira como cada jovem subjetiva as mazelas de sua realidade, como se dá a delicada transição da adolescência para cada um e tentaremos encontrar um caminho que passe pela responsabilização subjetiva de cada jovem pelo ato cometido. Traremos três casos clínicos de adolescentes com história de prática de ato homicida e, a partir deles, veremos quais as soluções cada um consegue encontrar para sua vida.

Ao final, iremos abordar a relação entre a psicanálise e a criminologia, no sentido de trazer à reflexão as relações entre o sujeito, a lei e a civilização, bem como o lugar que o adolescente homicida pode ocupar nesse movimento de romper e produzir laços. Assim, os conceitos de culpa e responsabilidade serão fundamentais para nos guiar nesse percurso.

Percebemos que os objetivos desse trabalho se estendem desde o campo social ao campo subjetivo e a passagem de um campo ao outro não se dá na forma de um *continuum*. Atravessaremos essa ruptura epistêmica, sob o risco de produzir um corte na linearidade dessa dissertação. Mas contando com o caminho já traçado por vários teóricos dos campos social e psicanalítico, tentaremos essa travessia. No entanto a ruptura está presente, talvez o sobressalto possa ser verificado no texto.

É claro que diante de tantas perguntas levantadas na introdução desse trabalho, muitas outras questões surgem e acabam por trazer outras e mais outras – um movimento infinito e esperado diante do contato com uma realidade complexa e que suscita a discussão em vários campos do saber. Não pretendemos responder a todas as perguntas que vão surgindo no percurso, de modo que há no texto algumas indicações de caminhos a serem seguidos em pesquisas futuras. Nossa posição, diante de problemas de extrema gravidade tratados aqui, será de contribuir nas reflexões e na prática com adolescentes envolvidos com a criminalidade em nosso país.

2. RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

A proposta dessa investigação acerca do adolescente autor de ato homicida terá como principal recorte a clínica psicanalítica. É advertido pelos dados estatísticos que mostram que o homicídio está entre os atos infracionais menos praticados pelos adolescentes (CIA/BH, 2014), que esse trabalho tentará contribuir para essa reflexão. Acreditamos que seja necessário ampliar o estudo do vínculo entre o adolescente que praticou um ato homicida e o meio em que vive, bem como a relação do adolescente com o próprio ato e a maneira como responde subjetivamente a ele.

Observa-se um prejulgamento da mídia e da opinião pública ao adolescente autor de ato infracional, muitas vezes nomeando-o como um ser perigoso, abjeto e cuja única solução seria sua radical exclusão social. Conclama-se por sempre mais punição. A clínica do adolescente nos aponta que essa explicação mais simplista e sua solução mais fácil são, senão deletérios, inertes no sentido de promover uma responsabilização do adolescente pelo ato cometido. Além disso, contribuem para a perpetuação do problema, ao manter excluído de uma discussão aquele que pode nos dar a pista para se tentar entender o que se passa. Ou seja, é preciso abrir espaço para que o adolescente fale. Eis aí uma aposta da psicanálise em sua interlocução com outros campos do saber: a partir de um convite à fala, abre-se a possibilidade de ampliar o entendimento das relações subjetivas, sociais e culturais do adolescente que comete esse ato extremo, o assassinato. A tentativa aí em jogo é que o adolescente passe do ato à fala, entendendo-se que a linguagem seja uma das maneiras de se renunciar à violência e encontrar outro meio de resolução de conflitos.

Na linguagem, em vez de exercermos uma violência direta uns nos outros, procuramos debater, trocar palavras, e esta troca de palavras, mesmo quando agressiva, pressupõe um mínimo de reconhecimento da outra parte. A entrada na linguagem e a renúncia à violência são muitas vezes entendidas como dois aspectos de um só e mesmo gesto: “Falar é o fundamento e a estrutura da socialização, e caracteriza-se pela renúncia à violência”, como lemos num texto de Jean-Marie Muller escrito para a Unesco (ZIZEK, 2014, p.59).

Em nosso trabalho utilizaremos a teoria psicanalítica como uma ferramenta que possibilitará a aproximação a essa complexa realidade. Essa prática pressupõe a relação transferencial como o que abre espaço ao adolescente para endereçar suas questões, dúvidas, certezas – aquilo que

é possível dizer. Permite bordejar o que se passa em sua realidade psíquica, colher aquilo que é colocado em palavras e entendido como a verdade do sujeito. O efeito terapêutico advindo disso é a possibilidade em jogo na clínica. O que podemos teorizar daquilo que se fala é uma aposta em se avançar na tentativa de compreensão do fenômeno da violência.

Há muito o que se investigar se partimos da ideia que a explicação mais simples pode não ser a que melhor define o problema. Em outras palavras: a explicação que o mal da sociedade está localizado no adolescente homicida não nos satisfaz, se observamos na prática com adolescentes que isso produz ainda mais segregação, poucos efeitos sobre o sujeito e, conseqüentemente, grandes possibilidades de ele se manter nesse circuito que passa pelo crime e pela morte. Em nossa sociedade há um apelo e uma urgência para que se localize o mal, a qualquer preço. E, para onde se aponta, ali encontramos a parcela que mais morre em nossa sociedade. Nesse contexto, pensamos que seja o caso de recuar a este apelo da urgência e passarmos à reflexão sobre o problema, mirando obliquamente a violência, como propõe o filósofo e psicanalista Slavoj Žižek (ŽIŽEK, 2014).

Assim, nosso esforço de compreensão se fundamenta no ato de recuar diante do horror da violência, para acessarmos aquele que pode nos ensinar sobre seu funcionamento singular. Será a partir disso que poderemos produzir reflexões que nos levem a repensar o modo como lidamos com os adolescentes envolvidos na criminalidade.

Acreditamos que seja papel também da Universidade buscar estender essa discussão e fazer frente às explicações demasiado rasas e soluções sem muito sentido. A análise do ato homicida não deve se restringir ao ato em si. A dinâmica do sofrimento psíquico é anterior ao ato e esse estudo pode indicar que a oferta de atendimento clínico de qualidade para jovens em situação de sofrimento, vulnerabilidade, cujas existências são fortemente marcadas pela violência, pode ser um dos caminhos que nos leve a uma sociedade menos violenta e que indique um maior cuidado com seus jovens. Nossa aposta é que esse estudo venha a reforçar a necessidade de escutar esses adolescentes de maneira qualificada e sustentada e que, a partir de uma construção clínico-teórica consistente, possamos ajudá-los a trilhar caminhos menos mortíferos em suas vidas.

3. PSICANÁLISE E PESQUISA CIENTÍFICA

Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja preto e do outro branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas trans traz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo, é misturado...

(Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas)

Pretendemos aqui estudar as relações entre a psicanálise e a pesquisa científica e as possibilidades de utilização da teoria psicanalítica em uma pesquisa na Universidade. Essa questão deve ser considerada ao se propor um estudo sob a ótica da psicanálise em uma Faculdade de Medicina, lugar onde o discurso dominante é influenciado pelo positivismo. Porém, ao levantarmos discussões em que o foco está na subjetividade e sua interlocução com aspectos culturais e sociais, devemos lançar mão de outras teorias e ferramentas metodológicas. A psicanálise surge nesse contexto com contribuições importantes e, embora não se defina como uma disciplina científica, deve ter lugar na Universidade. O objetivo aqui será trazer algumas questões acerca das contribuições e limitações da psicanálise quando utilizada como teoria presente na metodologia de pesquisa.

Tratamento e pesquisa (ou clínica e teorização) são indissociáveis em psicanálise – embora em determinado momento possam vir a se tornar inconciliáveis. Em “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”, Freud afirma que na execução de seu método, pesquisa e tratamento coincidem. Porém, após certo ponto as técnicas requeridas por um e outro passam a se opor (FREUD, 1912/2006). Lacan reafirma essa constatação ao apontar que o analista seja ao menos dois, na medida em que, ao colher os efeitos de uma análise, deve também se propor a teorizá-los (VIEIRA, 2009).

No entanto, a pesquisa em psicanálise traz consigo o problema epistêmico que deve ser melhor abordado ao defendermos o emprego da teoria psicanalítica nas pesquisas acadêmicas. A Universidade contemporânea tornou-se o lugar onde se busca transformar a ignorância em saber. As tentativas de apreensão daquilo que se ignora do real são formalizadas em textos. É assim que a Universidade reafirma sua potência e isso a leva a procurar se manter no “seguro solo da ciência” (NETO, 2009). Por sua vez, a psicanálise entende que nem tudo o que é

excesso é simbolizável, ou seja, há algo do real que não pode ser transformado em texto. A palavra não dá conta de apreender todo o real. O trabalho da ciência, no entanto, consiste em desconsiderar que existe algum excesso e supor que o que existe é a ignorância. Para isso bastariam as pesquisas para resolver os impasses que surgem a cada vez que um problema toma forma. A partir desse ponto é que o cientista acredita estar pisando no solo da verdade; ao fazer equivaler saber e verdade. Em nossa cultura ocidental, o estatuto da verdade – que pertencera à religião – agora se encontra sob o domínio da ciência. Também nesse caminho, Žizek aponta a questão do poder da ciência:

Falamos do modo como a ciência funciona enquanto força social, enquanto instituição ideológica: nesse âmbito sua função é fornecer certeza, ser o ponto de referência em que podemos confiar, fornecer esperança. As novas invenções tecnológicas vão nos ajudar a combater doenças, a prolongar a vida e assim por diante. Nessa perspectiva, a ciência é aquilo a que Lacan chamava “discurso universitário” em sua expressão mais pura: saber cuja “verdade” é um Significante-Mestre, ou seja, poder. A ciência e a religião trocaram de lugares: a ciência, hoje, fornece a segurança que outrora a religião garantia. (ŽIZEK, 2014, p.74).

E aposta na psicanálise, como campo do conhecimento que teria um lugar privilegiado na tentativa de compreensão do mundo contemporâneo:

E apenas a psicanálise pode revelar plenamente os contornos do impacto desagregador da modernidade – ou seja, do capitalismo combinado com a hegemonia do discurso científico – sobre o modo como a nossa identidade se funda em identificações simbólicas. Não é de se espantar que a modernidade conduza à chamada “crise do sentido”, quer dizer, à desintegração da ligação, ou até da identidade, entre verdade e significação. (ŽIZEK, 2014, p.74).

Certamente há que se considerar a importância do saber científico: ao pretender que o saber seja capaz de cobrir todo o real, ele nos tranquiliza, nos alivia da angústia sempre que nos deparamos com algum fenômeno ainda não apreendido em algum campo do saber. O que escapa à simbolização no entanto – os excessos do real – acaba por ser excluído do campo acadêmico.

Está aí um problema para a clínica psicanalítica, que lida justamente com o real impossível de suportar, o que excede. A psiquiatria moderna tenta contornar as dificuldades de apreensão do real, ancorando-se no “solo seguro da ciência”. Os estudos duplo-cegos, randomizados, controlados por placebo são parte desse esforço. Trazem grandes perdas no que diz respeito à riqueza subjetiva humana, mas por outro lado apresentam ganhos no âmbito da validação

científica. “Pode-se lamentar o quanto a psiquiatria perdeu da experiência clínica ao se atrelar progressivamente à sua ciência ideal, a neurologia, mas é certo que, em termos de confiabilidade e aceitação pela comunidade científica, ganhou muito” (FIGUEIREDO & VIEIRA, 2002, p20).

Ao pretender equivaler o real ao verdadeiro, a psiquiatria aproxima-se da possibilidade de se diagnosticar por meio de uma máquina que aplicaria questionários e proporia um tratamento. O psicanalista Jacques-Alain Miller nos alerta que o real não é o verdadeiro, toda verdade é mentirosa. “A verdade nunca é a adequação da palavra à coisa, razão pela qual ela se casa, ela se acasala irresistivelmente com a mentira” (MILLER, 2011, p.67).

Chegamos em um ponto importante na articulação entre saber, real e verdade. Ao pretender pesquisar o que leva um adolescente a praticar um ato homicida sob uma perspectiva subjetiva, devemos estar advertidos que a preocupação não se volta à busca de uma suposta “verdade dos fatos” – este seria o domínio do Direito. A elaboração subjetiva só pode ser apreendida pela linguagem, com todos os problemas que isso traz. Toma-se aí uma posição quanto ao método. Não é preciso investigar em arquivos de escola, da justiça, entrevistas com familiares e amigos se o que o adolescente diz é a Verdade. Considerando a subjetividade, a psicanálise se interessa mais pela intenção de verdade ou intenção de mentir (MILLER, 2011).

A partir disso, é bastante razoável afirmar que a psicanálise possa contribuir de maneira relevante em uma pesquisa que envolva aspectos subjetivos. O problema persiste: como utilizar a psicanálise em um método de pesquisa?

Em psicanálise, o pensamento que nos interessa é aquele afetado pelo real e só é possível quando a teoria se vê construída a partir da práxis (NETO, 2009). Dessa forma, a pesquisa deve estar associada à prática de cada um. É a partir disso que se pode isolar com precisão os pontos invariantes da experiência analítica, o que é análogo “ao procedimento de Lévi-Strauss, de discernir, em meio às histórias e aos mitos de uma existência, não só seus pontos de repetição e impossibilidade, como também o modo de concatenação de seus operadores mínimos” (FIGUEIREDO & VIEIRA, 2002, p.19). Foi utilizando-se desse método que Lacan buscou extrair a estrutura do mito.

No entanto, falta à psicanálise a possibilidade de refutação de hipóteses por dados empíricos, o que a afasta do campo científico. Freud responde a esse problema com um outro critério de validação, a construção. “A construção deve conjugar não somente a interpretação dos dados da experiência, mas algo que permita incluir, na elaboração do caso, uma espécie de ponto fixo, que estaria no campo do vivido subjetivo do paciente e que, uma vez incorporado à teorização, permite que ela seja apropriada pelo sujeito com certeza inabalável” (FIGUEIREDO & VIEIRA, 2002, p.20). Aí tem lugar, em Psicanálise, a verdade. Para Lacan (1953/1998), no começo de seu ensino, a psicanálise era um progresso da verdade para o sujeito. E essa verdade estava ligada à história do sujeito. Em “Função e campo da fala e da linguagem” Lacan afirma: “O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser resgatada; na maioria das vezes já está escrita em outro lugar” (LACAN, 1953/1998, p.260). A experiência analítica possibilita a produção de efeitos de revelação da verdade do sujeito.

Esses efeitos de verdade produzidos em análise podem ser o ponto que torna indissociável a pesquisa do tratamento. Na pesquisa se opera um saber prévio que orienta o ato do pesquisador, mas é o saber do caso, no momento pontual de sua irrupção em ato, que opera mudanças (FIGUEIREDO & VIEIRA, 2002).

Levando-se em conta, portanto, que a psicanálise não é ciência, podemos sustentar seu emprego em uma pesquisa na Universidade a partir desse ponto: ela possibilita que se trabalhe com a verdade do sujeito. A elaboração teórica construída a partir dessa verdade pode nos permitir entender fenômenos contemporâneos e esse será o método proposto para essa pesquisa.

Pode causar estranheza ao positivismo científico, um pesquisador que interfere em seu “objeto de pesquisa”. Há que se questionar, no entanto, o estatuto mítico de um pesquisador que pretende pesquisar sem interferir, um entrevistador que preenche suas escalas sem contaminar seus entrevistados. Afinal, até que ponto esse ambiente asséptico da pesquisa científica de fato seria possível? O fato de pesquisador e pesquisado se pretenderem cegos pode ser fundamental em muitos tipos de pesquisas. Mas, ao serem envolvidas questões subjetivas, talvez essa cegueira não permita enxergar a dessubjetivação que pode estar em jogo.

No entanto, a pesquisa que se dá a partir da psicanálise, não será de forma inversa, intersubjetiva. O analista não entra com sua subjetividade, mas coloca-se em posição de objeto para que o sujeito possa emergir naquele que procura ser escutado. Essa é uma posição ética a se sustentar em uma pesquisa que se faz a partir da prática; que ocorre concomitantemente a ela. Segundo Canguilhem, “nas ciências, é a teoria que ilumina e domina a prática” (CANGUILHEM, 2012, p.33). Nosso caminho aqui será o contrário: é a prática que permite elaborar e avançar sobre a teoria. É nesse sentido, que os projetos serão necessários, para que se possa retirar da prática o conhecimento teórico que pretende modificar o mundo! Nesse sentido, também afirma Zigmunt Bauman:

Projetos são necessários, é claro, porque algo *novo* está para ser criado; algo que existe, que já se faz presente lá fora, no mundo tal como ele é, está para ser alterado. E assim como pudim se prova comendo-o, o conhecimento se prova alterando o mundo (BAUMAN, 2005, p.30).

Será então, a partir de uma prática modesta, que pretende modificar não o mundo como um todo, mas possibilitar que alguns adolescentes repensem e possam modificar *seu* mundo, que iremos propor alguma teorização. Nessa delicada interface entre a prática clínica e a construção teórica é que traçamos este percurso.

3.1. Outras considerações sobre o método

Para nossa investigação iremos utilizar casos clínicos construídos a partir da clínica com adolescentes. Foram selecionados para esse trabalho três casos de adolescentes que se encontravam acautelados e foram atendidos em espaços da saúde. Nossa amostra é, portanto, intencional, na medida em que foram selecionados para serem trabalhados nessa dissertação, casos de adolescentes que foram encaminhados para tratamento por motivos diversos, mas que relataram, no atendimento, a prática de um homicídio. A amostra foi selecionada, portanto, a partir do relato feito pelo adolescente. É importante ressaltar que, em se tratando de atendimentos em espaços da saúde – e não da justiça –, com certa frequência surgem relatos de atos infracionais cometidos e, pelos quais, o adolescente não está respondendo. Entendemos, assim, que esses espaços podem ser considerados lugares privilegiados para escutar esses jovens, em direção ao que podem construir como a sua verdade.

Como são abordadas nesse trabalho questões tão delicadas, que têm repercussões importantes na vida de cada adolescente, optamos por recolher os dados das anotações de prontuário e de casos construídos em equipe, cuidando sempre para a preservação da identidade do jovem.

Além das construções dos casos clínicos sob a perspectiva psicanalítica, em nosso trabalho também iremos revisar e propor algumas articulações teóricas. Pretendemos, assim, elaborar e lançar questões sobre as novas formas de regulações no mundo contemporâneo, a questão da crescente violência, bem como as relações entre as definições de normalidade e os territórios de exclusão. Por fim, também traremos uma revisão sobre a interface dos campos da criminologia e psicanálise, em articulação com os casos que trouxemos para este estudo.

Pode não ser uma questão específica sobre o método, mas optamos por deixar na dissertação alguns fragmentos literários, colocados no começo de cada capítulo, e há um motivo para isso, que não estético. Para Roland Barthes, “A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa” (BARTHES, 2013, p.19). Assim, os fragmentos literários que estão ao longo do texto servem para nos lembrar que existe uma distância entre a pesquisa e a realidade da vida – e este espaço permanecerá.

4. OS PROJETOS ESTÃO REPLETOS DE RISCOS

Reizinho pegou o volume, sem ânimo, a capa, as cores desbotadas, as páginas se soltando, um livro aos pedaços. Quase em pó, pensou o menino. Porra. Leia a primeira frase para mim, pediu Leitor. Nem morto. Não gostava de ler, era lerdo, e essa sensação de estar enroscado nas palavras, amarrado nas letras, irritava-o.

(Patrícia Melo, *Inferno*, 2000)

“Os projetos estão repletos de riscos” (BAUMAN, 2005, p.35). Essa sentença, de Zigmunt Bauman é, também, uma advertência. Os projetos e, em particular, o projeto humano, em sua experiência de habitar o planeta são produzidos a partir da matéria que nos possibilita desenvolver projetos: a linguagem.

A linguagem está repleta de riscos. Não é imaterial e se relaciona à fala de maneira antinômica: “à medida que a linguagem se torna mais funcional, ela se torna imprópria para a fala e, ao se tornar demasiadamente particular, perde sua função de linguagem” (LACAN, 1953/1998, p.300).

A língua é o sistema gramatical que possibilita a linguagem – e, por conseguinte, a fala – e acompanha a evolução do organismo social que a criou. É mutável, portanto (CUNHA & CINTRA, 2013, p.1). Há uma curta nota chamada “Advertência” na Nova Gramática do Português Contemporâneo, em que se afirma a importância do processo histórico de formação e difusão de nosso idioma, desde o Latim, ao Português. A autora da nota afirma que, sendo a língua oficial de cerca de 200 milhões de pessoas (a nota é de 2008), a visão histórica da língua permite compreender sua importância geopolítica, social e cultural (CUNHA & CINTRA, 2013).

É por meio desse processo histórico que se pode relativizar a noção do correto ao se registrar e analisar os fatos da língua culta. É possível assim, adotar uma posição moderada entre as atitudes extremadas em relação ao uso da língua (CUNHA & CINTRA, 2013). O recurso a uma Gramática da Língua Portuguesa vem ao encontro de nosso trabalho - que trata de assuntos universais como adolescência, violência e homicídio -, justamente para afirmar uma posição e uma escolha: a de que esse estudo irá abordar um problema brasileiro e, nesse

sentido, nosso material de trabalho utiliza um sistema linguístico específico e suas nuances, gírias, usos pessoais e coletivos da língua.

Muitos riscos que correremos nesse trabalho serão, portanto, em português! Não se trata de uma radicalidade absoluta, pois incorporamos em nossa língua estrangeirismos que nos sinalizam que o estrangeiro - a palavra estrangeira - habita um país, o Brasil, e um idioma, o português. Certamente recorreremos aos autores de outras línguas que nos ajudem a refletir sobre os fenômenos aqui tratados.

O título dessa dissertação traz o substantivo *adolescente* associado ao verbo *matar*. Não há, no entanto, como fugir aos termos *homicida* e *assassino* no decorrer do trabalho. A linguagem traz os riscos daquilo que o idioma obriga a dizer. Roland Barthes, em sua Aula Inaugural da Cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, em 1977, afirma que “não vemos o poder que reside na língua porque esquecemos que toda língua é uma classificação e toda classificação é opressiva. (...) Um idioma se define menos pelo que ele permite dizer do que por aquilo que ele obriga a dizer” (BARTHES, 2013, p.13).

Em “LTI - A linguagem do Terceiro Reich”, de Victor Klemperer, há uma epígrafe atribuída a Franz Rosenzweig: “A linguagem é mais do que sangue” (ROSENZWEIG apud KLEMPERER, 2009). Ao registrar as modificações da linguagem no período do nazismo, Klemperer observa que o sistema linguístico de uma época também se modifica sob um viés político e pode ser arquitetada de forma a sustentar uma estrutura de violência sem que, necessariamente, os seres falantes daquele período do tempo possam se dar conta disso com plena crítica (KLEMPERER, 2009):

Mas a língua não se contenta em poetizar e pensar por mim. Também conduz o meu sentimento, dirige a minha mente, de forma tão mais natural quanto mais eu me entregar a ela inconscientemente. O que acontece se a língua culta tiver sido constituída ou for portadora de elementos venenosos? Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e aparentam ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar (KLEMPERER, 2009, p55).

Talvez cause estranheza uma afirmação de que a língua conduza a mente e o sentimento. Mas pode ser aí que se encontre um esboço de vínculo entre o campo social e o subjetivo; ou seja, os elementos que constituem o discurso de uma época contaminam a apropriação que cada um faz daquilo que é do campo social, em sua vivência subjetiva.

Trata-se de um ponto delicado desse trabalho, o de analisar a situação de um adolescente homicida, pensando-o em um contexto social. É essa a complicada operação de o que retira para sua linguagem, daquilo que se passa no discurso contemporâneo. Nesse discurso atual cuja gramática emprega o modo verbal imperativo, sob a forma de uma lei - impossível de ser satisfeita - mas que exige a satisfação a qualquer preço. É o discurso que ordena: “Consuma!”, “Coma!”, “Compra!”, “Goza!”, entre vários outros imperativos.

No entanto, diante dessa ordem formulada no modo imperativo, o sistema linguístico também contempla a possibilidade de dizer “Não!”. Uma adolescente, cujo caso será apresentado adiante, diz que se não matasse seria morta pelo traficante. Até que ponto sua liberdade de escolha está condicionada ao discurso contemporâneo é uma questão talvez mais fácil de dialetizar em um texto, do que se viver na pele. Ora, entre a escolha de perder a própria vida ou tirar a vida de outro, podem haver outras opções. E, ao que parece, todas incluem o sacrifício de uma parte para preservar o todo, na melhor das hipóteses. Por isso mesmo, a escolha carrega os riscos da língua e da vida. A opção escolhida pela adolescente foi matar em legítima defesa da vida, mas sacrificando o laço estabelecido através da linguagem. Talvez, em legítima defesa da língua e da linguagem, poderia ter optado por se exilar do território e desse discurso. Há outros discursos possíveis com os quais poderia se enlaçar, mas parece não ser fácil. As escolhas estão repletas de riscos. Barthes, na mesma “Aula”, afirma:

Não são somente os fonemas, as palavras e as articulações sintáticas que estão submetidos a um regime de liberdade condicional, já que não podemos combiná-los de qualquer jeito; é todo o lençol do discurso que é fixado por uma rede de regras, de constrangimentos, de opressões, de repressões, maciças ou tênues no nível retórico, sutis e agudas no nível gramatical: a língua afluí no discurso, o discurso reflui na língua, eles persistem um sob o outro, como na brincadeira de mão (BARTHES, 2013, p.33).

A linguagem nos interessa fundamentalmente nesse trabalho por ser a via que nos dá acesso aos campos social e subjetivo, nos modos que se nos apresenta: certeza, dúvida ou ordem. Em termos gramaticais nos modos verbais: indicativo, subjuntivo ou imperativo, tais como observamos nas instituições, nas estruturas clínicas, no supereu, no discurso contemporâneo. Entretanto, precisamos analisar também os riscos que ela traz. Sem a linguagem e o projeto humano não haveria classificação, nem nomeação, nem a norma, nem o normal. Com o advento da linguagem surge a exceção e, em consequência, o normal. Tentaremos avançar no

estudo do estatuto da norma em territórios que se constituem na exceção, e em um tempo em que falta um significante ordenador, normatizador.

O pretendido aqui é a investigação do homicídio praticado por adolescentes sob a perspectiva da clínica psicanalítica. Diante do exposto, no entanto, percorreremos um caminho que parte do campo social na contemporaneidade e suas manifestações sobretudo sob a forma de violência. Em seguida abordaremos os conceitos do normal e anormal a partir de uma leitura histórica e epistêmica para, então, passarmos à discussão de casos clínicos em uma possível construção a partir da ótica da psicanálise – com destaque para o que concerne às particularidades da adolescência e do ato homicida.

5. UM VIOLENTO MUNDO NOVO

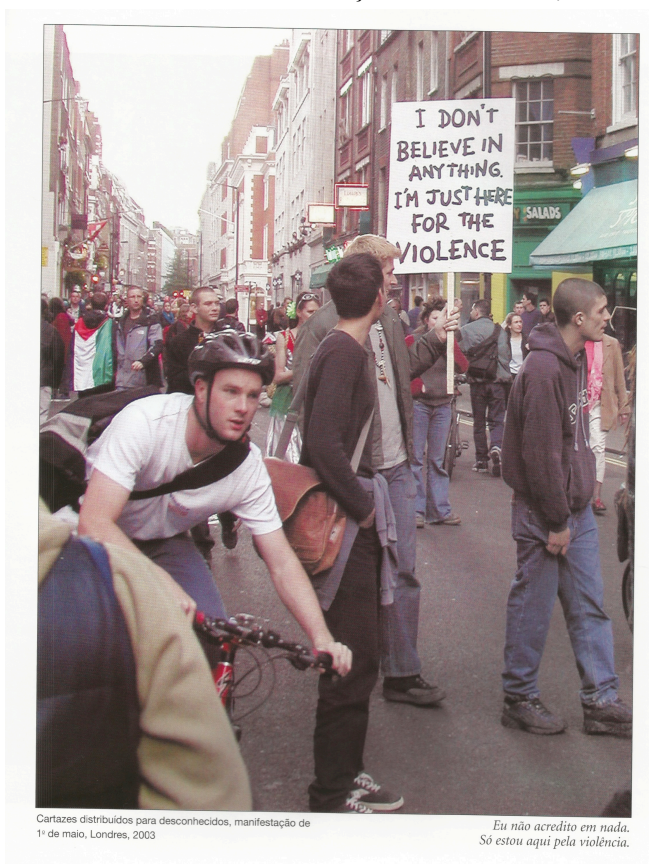
- Livraram-se deles. Sim, é bem o modo de os senhores procederem. Livrar-se de tudo o que é desagradável, em vez de aprender a suportá-lo. É mais nobre para a alma sofrer os açoites do azar e as flechas da fortuna adversa, ou pegar em armas contra um oceano de desgraças e, fazendo-lhes frente, destruí-las... Mas os senhores não fazem nem uma coisa nem outra. Não sofrem e não enfrentam. Suprimem, simplesmente, as pedras e as flechas. É fácil demais.

(Aldous Huxley, Admirável mundo novo)

5.1. A queda dos ideais

“Eu não acredito em nada. Só estou aqui pela violência”. Tradução de: *“I don't believe in anything. I'm just here for the violence”* (BANKSY, 2012, p.229). Esses são os dizeres de cartazes distribuídos para desconhecidos durante a manifestação de 1º de maio de 2003 em Londres e constam dos registros fotográficos do livro “Guerra e Spray”.

FIGURA 1 – Manifestação em Londres, 2003



Cartazes distribuídos para desconhecidos, manifestação de 1º de maio, Londres, 2003

Eu não acredito em nada.
Só estou aqui pela violência.

Fonte: Banksy, Guerra e Spray, 2012

O cartaz pode gerar um efeito cômico em uma manifestação, mas traduz em suas duas frases, duas questões do mundo contemporâneo que nos interessam nesse trabalho: a perda de força da crença nos ideais e o aumento da violência. Vivemos em um mundo cada vez mais incrédulo e violento.

Há, na atualidade, uma recusa à autoridade – antes encarnada nas figuras do pai, do juiz, do professor – e uma tentativa de dispensar significantes ordenadores. Zizek afirma que em nosso mundo pós-moderno “qualquer Significante-Mestre visando impor uma determinada ordem deve ser desconstruído, disseminado” (ZIZEK, 2014, p.40).

Esse declínio das figuras de autoridade no exercício de suas funções foi traduzido pela psicanálise como o declínio da primazia do Nome do Pai. Observa-se que essa mudança tem efeitos nas formas de subjetivação:

A neurose atual, os novos sintomas ou como quer que os chamemos são uma resposta a esse declínio da autoridade na qual já não se crê nem no pai, nem no inconsciente. O problema parece ser não tanto o declínio de sua autoridade, mas a crise como descrença (GREISER, 2008, p.17).

As repercussões de uma nova ordem na contemporaneidade aparecem na clínica psicanalítica sob a forma de angústia, depressão, transgressões e crimes, entre outras patologias do ato. Essa nova ordem é, segundo a psicanálise, resultado da substituição de uma função antes ordenadora – o Nome do Pai – que articula Lei e Desejo⁴. A essa nova função, que veio substituir a anterior, Lacan chamou “*nomear para*” e está relacionada, não mais a uma ordem paterna, como anteriormente, mas a uma ordem materna. Lacan, em seu seminário 21, apresenta essa ideia de uma nova ordem:

É bem estranho que aqui o social toma um predomínio de nó e que literalmente produza o argumento de tantas existências; ele detém esse poder de ‘nomear para’ ao ponto que, depois de tudo se restitui com isso uma ordem que é de ferro, que designa essa marca como retorno do Nome do Pai no real, tanto que precisamente o Nome do Pai foi rejeitado [...] Por acaso esse ‘nomear para’ não

⁴ Lacan tentará racionalizar o mito freudiano do complexo de Édipo em termos linguísticos. Assim, irá reduzir o mito a significantes que irão sustentar o sujeito na ordem simbólica. O pai do mito edipiano será, então, reduzido ao nome, ao significante do *Nome do pai*. A função do desejo irá substituir a mãe, representada pelo significante do desejo da mãe. A metáfora paterna (o nome do pai) é uma operação que terá um efeito ordenador sobre a linguagem. Assim, ao substituir o desejo enigmático da mãe, o nome do pai fará a articulação da lei ao desejo. Será a operação linguística correspondente ao mito freudiano em que o pai interdita à criança sua busca incestuosa de prazer, introduzindo assim, a lei (ESPINHA, 2012).

é o signo de uma geração catastrófica? (LACAN, 1973-74, p.122, tradução nossa⁵).

As investigações psicanalíticas apontam que o fenômeno da crescente violência urbana, sobretudo envolvendo crianças e adolescentes, está relacionado à demissão do pai e ao aumento do domínio materno. Segundo Alvarenga, a exigência do supereu materno, na falta da exceção paterna, manifesta-se sob a forma do imperativo de gozo que *nomeia* seu filho *para* algo, dentro de uma ordem de ferro (ALVARENGA, 2015).

A ordem masculina, patriarcal, em que o poder e o controle estão concentrados em uma figura de exceção, como o pai da horda primitiva no mito freudiano de “Totem e Tabu”, é ordenada pelo Nome do pai. Nessa outra ordem, uma ordem horizontal em que não há exceção, pode-se observar uma demissão paterna, em que o pai ou está ausente ou não consegue sustentar uma posição de desejo. O filho fica às voltas com o desejo materno e a mãe tenta compensar com o filho, a ausência do pai. Alvarenga afirma que pode haver aí uma fetichização do filho pela mãe, o que “pode levá-lo a uma posição perversa na qual, com o crime, pensa poder dar tudo a essa mãe” (ALVARENGA, 2015, p5).

O efeito do apagamento do nome do pai no discurso contemporâneo, ou ainda, sua pluralização ou pulverização, será uma desordenação dos elementos do discurso, uma recusa à autoridade e descrença nos ideais.

5.2. A violência

Percebemos, então, a partir do apagamento do Nome do pai no discurso contemporâneo, a relação entre a queda dos ideais e o fenômeno da violência – tão bem resumida no cartaz do Banksy em Londres. Essa articulação nos interessa nesse trabalho, por nos mostrar que há um pano de fundo na contemporaneidade, marcado pela violência e que traz consequências às formas de subjetivação. Tentaremos avançar, portanto, no estudo da violência, termo que abarca uma variedade de fenômenos que se manifestam sob a ação de uma força

⁵ Trecho original: “Il est tout à fait étange que là, le social prenne une prévalence de noeud, et qui littéralement fait la trame de tant d’existences, c’est qu’il détient ce pouvoir du nommer-à au point qu’après tout, s’en restitue un ordre, un ordre qui est de fer. Qu’est-ce que cette trace, cette trace designe comme retour du nom du père dans le Réel, en tant précisément que le nom du père est verworfen, forclos, rejeté (...) est-ce que ce nommer-a n’est pas le signe d’une dégénérescence catastrophique?”

(TENDLARZ, 2013). O homicídio é uma das manifestações da violência e marca a realidade brasileira com números alarmantes.

Assim, a violência aparece nos noticiários, nos relatórios e no cotidiano. O “Mapa da Violência 2014” produzido pela Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil teve como enfoque principal, a juventude. Ele traz um diagnóstico sobre a situação da violência no país e, em especial, a maneira como afeta os jovens.

Como mostra o diagnóstico, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do SIM/Datasus do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino (WASELFISZ, 2014, p9).

Esses dados mostram que a violência que atinge o país está concentrada em um perfil determinado que inclui idade, gênero, cor de pele e território específicos. Mergulhar nesse contexto social complexo, intensamente marcado pela violência, para a partir daí passarmos às questões subjetivas poderia ser um caminho, mas o horror dos dados pode entorpecer a leitura da realidade. É nesse sentido que o caminho será fazer um breve recuo, um “*menos zoom*”, para lançarmos um olhar oblíquo à violência, como propõe Zizek (ZIZEK, 2014). Esse recuo é uma questão de método e um intervalo para reflexão. Afinal, fazer pesquisa em meio à guerra pode conduzir a uma análise enviesada, uma tomada de partido por um dos lados do conflito, e esse não é objetivo desse trabalho.

Walter Benjamin afirma em seu ensaio “Para a crítica da violência” que é preciso estudar o tema em seu contexto mais amplo, sua origem histórica (BENJAMIN, 2013). O autor traz alguns conceitos fundamentais que serão citados em seguida e tentaremos avaliar sua aplicabilidade mais à frente.

Ele afirma que a violência deveria ser procurada nos *meios*, e não nos *fins*. Como exemplo, cita o militarismo e o serviço militar obrigatório que se constituem na imposição do emprego universal da violência como *meio* para *fins* do Estado. Essa forma de violência como meio, é a instauradora ou mantenedora do Direito (BENJAMIN, 2013).

Há, no entanto, outras formas de violência que não são manifestadas como meio. Por exemplo a cólera, que leva o homem “às mais patentes explosões de violência, uma violência que não se relaciona como meio a um fim determinado. Ela não é meio, e sim manifestação” (BENJAMIN, 2013, p.146).

Há também a violência mítica ou divina, como aquela que autorizaria o homem a matar, já que os deuses também o fariam. Sobre isso, argumenta Benjamin:

Tal extensão da violência pura ou divina sem dúvida provocará, hoje em dia, as mais violentas invectivas; e ela será contestada com a observação de que, segundo suas deduções, ela permitiria também, condicionalmente, aos homens o uso da violência letal uns contra os outros. Isto, entretanto, não pode ser admitido. Pois a pergunta “Tenho permissão para matar?” recebe irrevogavelmente a resposta na forma de mandamento “Não matarás!”. Esse mandamento precede o ato, assim como o próprio Deus precede, para que este não se realize. Mas assim como o medo da punição não deve ser o motivo para se respeitar o mandamento, este permanece inaplicável, incomensurável, em relação ao ato consumado. Do mandamento não pode ser deduzido nenhum julgamento do ato. Assim, não se pode nem prever o julgamento divino do ato, nem a razão desse julgamento. Aqueles que condenam toda e qualquer morte violenta de um homem por outro com base neste mandamento estão, portanto, enganados (BENJAMIN, 2013, p.152-153).

Nesse sentido, existe a lei divina, que proíbe o homicídio mas não impede a ocorrência do ato. Não é possível, no entanto, julgar o ato com base nessa proibição, retomando a ideia de que a violência empregada pode almejar a fins justos, injustos, éticos ou não-éticos (BENJAMIN, 2013). Dessa forma, seguimos a orientação de se procurar entender a violência dentro de um processo histórico. Em outras palavras, nosso objetivo não será julgar o ato homicida baseado na proibição de matar, mas tentaremos seguir a trilha histórica desse ato violento, tanto no processo civilizatório, quanto na produção de subjetividade.

Para Hannah Arendt, há um consenso entre os teóricos políticos de que a violência nada mais é que a mais flagrante manifestação de poder. Questiona, então, se o fim dos conflitos armados levaria ao fim dos Estados, e, em consequência, ao fim do poder (ARENDR, 1985). Isso nos leva a pensar em que medida a violência como manifestação de poder nos territórios marginais, nas periferias das grandes cidades brasileiras, seria necessária para a manutenção deste estado de coisas: a permanência na marginalidade, proporcionada pelo Estado; e, dentro do território, o controle feito pelo grupo armado. Esse grupo, de alguma maneira ciente que há uma nova ordem que não passa pela autoridade do pai, se utilizará da violência para a instituição de uma nova legislação, com novas normas, em que a substituição da ordem

paterna se dá com “*patrões*”⁶ múltiplos e severos o bastante, *nomeados para* decidir quem merece viver e quem merece morrer: tal como Lacan (1973-74) definiu a ordem de ferro e seus efeitos catastróficos. Essa nova legislação não se submete à própria regulação e opera por uma lei própria “despótica, caprichosa, nua, submetendo todos que estão abaixo dela a uma pura administração de corpos, onde a postulação da existência de sujeitos perde sentido” (GUERRA, 2012b, 491). Os *patrões* são múltiplos no território, dividindo os pontos de vendas de drogas, mas são também múltiplos historicamente, já que sobrevivem pouco tempo e logo são substituídos. Segundo Guerra, a rotatividade no lugar do poder é alta, e sua substituição se dá pela morte (GUERRA, 2012b).

Há uma questão aí em jogo, já que manter o domínio às custas da violência é o pano de fundo não só para o domínio do Estado mas também para o controle dos territórios que se encontram à margem dele. Para Hannah Arendt:

Se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma, e seria difícil dizer de que maneira a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um bandido armado (ARENDDT, 1985, p.20).

Dessa forma, esse território marginal, à margem do Estado, será reclamado para manter-se sob o controle de *patrões múltiplos*. Estes, pelo próprio rigor do método que empregam, acabam por se tornarem descartáveis e o território torna-se um lugar de Ninguém. E como explica Arendt, essa terra de Ninguém é a mais tirânica, já que não há quem se responsabilize pelos ocorridos ali.

Se, de acordo com o pensamento político, identificarmos a tirania como um tipo de governo que não responde por seus próprios atos, o domínio de Ninguém é claramente o mais tirânico de todos, uma vez que não existe alguém a quem se possa solicitar que preste contas por aquilo que está sendo feito. É esse estado de coisas tornando impossível a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo, que figura entre as mais potentes causas da inquietação rebelde que reina em todo o mundo, de sua natureza caótica, e de sua perigosa tendência a descontrolar-se (ARENDDT, 1985, p.21).

Avançando um pouco nesse enquadre da situação, podemos perceber a diferença apontada por Hannah Arendt entre poder e violência. O poder necessita de apoio popular (numérico) para

⁶ Na linguagem do tráfico de drogas *patrão* é o indivíduo dono de um ponto de venda (comumente chamado de “boca”, ou “boca de fumo”). Os *patrões* dividem o território e com frequência entram em “guerra” pela disputa por pontos de venda.

sua manutenção, enquanto a violência requer, antes, instrumentos (ARENDRT, 1985). Entre os instrumentos empregados nesses territórios de que falamos, há os que identificamos com maior clareza, que são as armas e instrumentos de guerra. Podemos questionar se entre esses instrumentos não podem ser relacionados também os adolescentes aliciados para o tráfico, cujo corpo teria valor de instrumento, uma extensão armada do grande traficante e que está ali para matar ou degradar-se. Estariam, assim, *includos* entre os corpos excedentes, supérfluos. Hannah Arendt observa que esses corpos-instrumentos são também facilmente substituíveis:

A “violência”, finalmente, como já disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Do ponto de vista fenomenológico, está ela próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio do desenvolvimento, possam substituí-lo (ARENDRT, 1985, p.25).

Assim, esses corpos-instrumentos serão parte dos produtos substituíveis em um mundo que produz cada vez mais, porque exige que se consuma cada vez mais. É de se esperar então, que haja um aumento na produção dos excessos e, conseqüentemente um aumento na produção das sobras, do lixo.

5.3. Que destino dar ao lixo?

Podemos localizar um aumento na produção desses corpos-instrumentos destinados a se tornarem refugos humanos, esses corpos substituíveis, matáveis, dentro de um contexto de mudança paradigmática da sociedade industrial de produção para a sociedade pós-industrial do consumo. Assim, estamos de acordo com a hipótese de Guerra (GUERRA et al., 2012a), acerca do pacto social contemporâneo, alicerçado em novas bases, como a lógica do consumo e do gozo. Para esses autores, amparados por Žižek (2003), Pellegrino (1987) e Safatle (2010), passamos de um mundo capitalista do trabalho - sustentado na acumulação - para um mundo capitalista do consumo que “se rende à *ética do direito ao gozo*, já que precisa da *procura ao gozo*, para provocar a incessante produção das possibilidades de escolha no universo do consumo” (GUERRA et al., 2012a, p.257). Dessa forma, a proibição do gozo que aparece em Freud como resultado da ação do supereu parece já não ter efeitos para ordenar o pacto social. Ou seja, não é o discurso predominante no mundo contemporâneo. No lugar da proibição do gozo, aparece o imperativo de obrigação ao gozo e este se relaciona de maneira direta ao mundo capitalista do consumo que precisa de seres ávidos pelo consumo - dessa “procura ao gozo” - para se sustentar. Podemos supor que existe aí, uma espécie de

retroalimentação entre o imperativo do gozo e o mundo capitalista do consumo. As exigências de satisfação do gozo criam a demanda pelo consumo incessante e o modo de produção capitalista do consumo inventa as necessidades. É essa produção de novas necessidades que nunca cessa, nesse novo mundo, que faz confundir a *liberdade* com a possibilidade de escolher entre os produtos disponíveis nas prateleiras dos supermercados.

Mas, interessa-nos nesse novo contexto, que a mudança paradigmática das exigências de produção às exigências de consumo implica em um incremento na produção de lixo e, conseqüentemente, na produção de lixo humano. Parece não se tratar de um erro de processo, mas de uma característica inerente a esse modo de produção. Zigmunt Bauman afirma que há uma fronteira mal definida entre o que separa o produto útil do refugo e aí está uma zona da incerteza e do perigo (BAUMAN, 2005). Mas o fato é que os objetos são produzidos já com o destino de logo se tornarem obsoletos. É o que no mundo industrial ficou conhecido como *obsolescência programada* e faz com que a novidade vendida como a necessidade de hoje, torne-se o lixo de amanhã. Segundo Bauman:

Nada no mundo se destina a permanecer, muito menos para sempre. Os objetos úteis e indispensáveis de hoje são, com pouquíssimas exceções, o refugo de amanhã. Nada é necessário de fato, nada é insubstituível. Tudo nasce com a marca da morte iminente, tudo deixa a linha de produção com um “prazo de validade” afixado.

(...)

A modernidade líquida é uma civilização do excesso, da superfluidade, do refugo e de sua remoção (BAUMAN, 2005, p.122).

É nessa ordem social que para ser *incluído dentro* é preciso consumir freneticamente e atualizar, pelo consumo, o objeto que se tornou obsoleto, pelo próximo que venha a substituí-lo. A cada necessidade criada pelo mercado é preciso que o humano desse mundo atual esteja atento para consumir e não correr o risco de ficar às margens desse processo. A expressão redundante *incluir dentro* pode nos ajudar a pensar em seu “contrário-parcial” – e por conseguinte, um paradoxo – *incluir fora*. É que parece importante destacar que o processo de exclusão é imanente a essa nova ordem e necessário para a afirmação da normalidade e, portanto, poderia ser expressa com a forma ativa de se incluir do lado de fora. Ou seja, é preciso que se produza a exclusão e a tenha ao alcance dos olhos, e é dessa maneira que aqueles que estão incluídos dentro, efetivamente – e por contraste – possam se sentir assim. Bauman afirma que “a exceção não se subtrai à norma; em vez disso, a norma, suspendendo-

se, dá lugar à exceção e, mantendo-se em relação a esta, se constitui em primeiro lugar como norma” (BAUMAN, 2005, p.43).

Assim, quando se separa do lado de fora o lixo, produz-se, do lado de dentro uma ilusão, uma tentativa de alívio no mal-estar, uma sensação de se pertencer do lado do harmonioso e do agradável (BAUMAN, 2005). Aqueles que restam nos territórios marginalizados - os seres redundantes, supérfluos -, segundo Bauman (2005), tendo aprendido sobre a futilidade da resistência, encontram dificuldade em transformar os sentimentos de raiva e vingança em uma ação efetiva. Ao que parece, no caso dos adolescentes que levam a vida na marginalidade, estes tentam, pela transgressão às normas “do lado de dentro” uma inclusão pelo consumo dos mesmos objetos da moda. Na transgressão a essa norma que existe lá onde não têm acesso, tentam, paradoxalmente, seja pelo roubo, ou pelo tráfico de drogas, consumir da mesma forma. Essas tentativas não levam à inclusão, pelo contrário, corroboram o lugar marginal e marcam a lei porque estão em conflito com ela.

Parece haver uma alternativa a consumir pela transgressão, mas esta se constitui em se consumir até a morte. É o que se observa nos consumos excessivos de drogas e nos adolescentes que se oferecem como objeto-instrumento de guerra. Podemos lembrar aqui os dados do horror da “guerra” em nosso país e em seus alvos preferenciais, os milhares de jovens negros mortos nas periferias a cada ano (WAISELFISZ, 2014), o que evidencia os efeitos dos processos de inclusão dentro e fora em nossa sociedade.

Mas, seguindo o rumo desse trabalho, chama-nos atenção as questões que envolvem a norma e o normal *dentro* desses territórios que são cuidadosamente deixados *de lado*. É como efeito de sua exclusão que se cria a norma social no espaço ordenado, ou, como afirma Bauman: “O espaço ordenado é governado pela norma, que é uma norma exatamente à medida que proíbe e exclui” (BAUMAN, 2005, p.43). Assim, se o indivíduo excedente, a partir de sua retirada, ocupa a função de produzir a norma, o problema que tentaremos avançar em seguida, será o de verificar como se dão a norma e o normal dentro desse contexto da exclusão.

6. O NORMAL E O MARGINAL

Quem me dera ouvir de alguém a voz humana
 Que confessasse não um pecado, mas uma infâmia;
 Que contasse, não uma violência, mas uma cobardia!
 Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam.
 Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi
 [vil?
 Ó príncipes, meus irmãos,

Arre, estou farto de semideuses!
 Onde é que há gente no mundo?

Então sou só eu que é vil e errôneo nesta terra?

(Fernando Pessoa, Poema em linha reta)

“- *E aí, como você está?*

- *Normal.*

- *Mas você está preso...*

- *Normal, ué!*”

Não é incomum que um adolescente que se encontre em situação vulnerável responda que está tudo “normal” quando questionado sobre sua vida. Diante de uma realidade repleta de conflitos familiares, questões com a justiça, abuso de drogas, prática de atos infracionais, essa resposta dada pelo adolescente deixa implícita uma pergunta anterior, não feita. Afinal, qual o estatuto do normal para aquele que se encontra à margem da sociedade? Mais que uma gíria adolescente, o termo “normal” nos leva a investigar o contexto em que se insere esse sujeito no mundo contemporâneo. O normal existe em oposição ao desvio, mas há que se considerar a existência de um meio naturalmente – normalmente – violento e suas implicações na subjetividade de cada adolescente.

O normal, como afirma Canguilhem (2012), é uma categoria do pensamento popular e é o fundamento da norma⁷. “Normalizar é impor uma exigência a uma existência” (CANGUILHEM, 2012) e, nesse sentido, é interessante notar que a exigência contemporânea está relacionada ao imperativo do gozo. Não seria de se estranhar, então, que obedecer a esse imperativo, seja considerado normal.

⁷ Canguilhem retoma Kant ao distinguir os conceitos em escolásticos e cósmicos, sendo os últimos os fundamentos dos primeiros. Assim, entende a norma como um conceito escolástico e o normal, como um conceito cósmico ou popular. O conceito popular do normal seria, então, o fundamento da norma.

Do latim *norma* significa esquadro e *normalis* quer dizer perpendicular. Essa linha normal, reta, perpendicular deve, no entanto, ser entendida no campo social sempre com a possibilidade de ser contestada.

Mas basta que um indivíduo questione as necessidades e as normas dessa sociedade e as conteste – sinal de que essas necessidades e normas não são as de toda a sociedade – para que se perceba até que ponto a necessidade social não é imanente, até que ponto a norma social não é interna, até que ponto, afinal de contas, a sociedade, sede de dissidências contidas ou de antagonismos latentes, está longe de se colocar como um todo. (CANGUILHEM, 2012, p.205).

É nesse meio marcado pela violência que podemos localizar os adolescentes em conflito com a lei, como sendo aquilo que o corpo social designou como *anormal*, e que mantém do lado de fora. No entanto, eles fazem parte de um conjunto maior de exclusão, e Bauman (2005) elege o termo “redundante” para se referir ao indivíduo que se encontra nesse estado de refugio, de lixo social. Sua escolha consiste em evitar o prefixo “des”, como o que indica o desvio a um estado normal, afastamento da norma.

Enquanto o prefixo “des” em “desemprego” costumava indicar um afastamento da norma – tal como “desigualdade” ou “despropósito” -, não havia essa indicação na noção de “redundância”. Nenhuma insinuação de anormalidade ou anomalia, nenhum indicio de doença ou lapso momentâneo. “Redundância” sugere permanência e aponta para a regularidade da condição. Nomeia uma condição sem oferecer um antônimo prontamente disponível. Sugere uma nova forma de normalidade geral, e o formato das coisas que são imanentes e que tendem a permanecer como são.

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso (BAUMAN, 2005, p.20).

Sob esse ponto de vista, a exclusão social deve ser entendida em uma nova normalidade, é parte constituinte de um modo de organização que prevê do lado de fora, a existência do excesso como aquilo que legitima o lado de dentro como o continente do necessário. Estar contido dentro significa, portanto, não ser redundante e, conseqüentemente, possibilita ao indivíduo participar de uma pretensa normalidade e supor que faria falta ao funcionamento da engrenagem social. A redundância, por outro lado, localiza do lado de fora da margem o que, em última análise, só se prestará ao descarte. Percebemos assim que eliminar é um esforço ativo, necessário a essa nova ordem do consumo; consiste em um esforço para organizar o mundo (BAUMAN, 2005).

O problema desse modo de organização é que não se sabe o que fazer com o seu lixo. Em alguns casos tentam exportá-lo para os lugares menos desenvolvidos do mundo, processo que se dá em ondas de imigração. Em outros casos, no entanto, não há para onde exportar o rejeito, admite-se que ele permaneça no território porque não há outra saída. Mas a sociedade se encarrega de destinar-lhe um lugar onde possa ser concentrado e administrado. Podemos pensar a “solução final” hitleriana nesse sentido, como a estratégia de um modelo perverso que inventou o excesso para eliminá-lo. Até que ponto a sociedade atual reproduz esse modelo de forma disfarçada e, com todos os eufemismos que a língua possibilita é uma questão que nos leva a interrogar se não estaríamos produzindo um novo genocídio. Se a solução não é mais a solução nazista, conclama-se que se dê algum destino ao refugo e é aí que entram em cena os coletores do que foi qualificado como supérfluo, sejam eles agentes do Estado, sejam eles representantes do próprio excesso – os coletores de lixo. São eles que “reavivam a linha de fronteira entre normalidade e patologia, saúde e doença, desejável e repulsivo, aceito e rejeitado, o *comme il fault* e o *comme il ne fault pas*, o dentro e o fora do universo humano” (BAUMAN, 2005, p.39). E é dentro da legalidade que os Estados afirmam sua prerrogativa de soberania, a partir do direito de excluir. Esse processo se dá ironicamente sob a lei da universalidade (BAUMAN, 2005). Segundo Bauman, o convite a essa lei “soaria cínico não fosse a inclusão que ela faz do excluído por meio de sua própria retirada”. (BAUMAN, 2005, p.44). Ou seja, a lei pretende alcançar a universalidade desde que possa traçar o limite de sua aplicação. Estabelece assim, um fora do limite, e este será o lugar da exclusão.

Esse movimento de inclusão do lado de fora, previsto em um modo de se tentar organizar o mundo e, portanto, normal, leva-nos a colocar em dúvida a definição no campo psicossocial do normal a partir do *adaptado ao meio*. Essa concepção, segundo Canguilhem (2012), identifica o indivíduo adaptado abusivamente com o meio, isto é:

com um sistema de determinismos, apesar de essa sociedade ser um sistema de pressões que, antes de qualquer relação entre o indivíduo e ela, já contém normas coletivas para a apreciação dessas relações. Definir a anormalidade a partir da inadaptação social é aceitar mais ou menos a ideia de que o indivíduo deve aderir à maneira de ser de determinada sociedade, e, portanto, adaptar-se a ela como a uma realidade que seria, ao mesmo tempo, um bem (CANGUILHEM, 2012, p.230).

Segundo o autor é possível rejeitar essa ideia já que, sendo a sociedade um conjunto mal unificado de meios, “podemos negar-lhes o direito de definir a normalidade pela atitude de subordinação que elas valorizam com o nome de adaptação” (CANGUILHEM, 2012, p.231). Estamos aqui frente a mais um risco que a linguagem traz. Se a anormalidade como inadaptação social constitui-se em uma ficção, ela não deixa de ser o fundamento das intervenções do Estado através de seus vários braços normativos: os agentes da saúde, da assistência social, educação, polícia e justiça. Dessa forma, partindo do campo daquilo que o idioma permite (e obriga a) dizer, a constituição de uma situação de anormalidade na linguagem e no discurso, passa a constituí-la também na realidade.

Temos aí um caminho para prosseguir na investigação da normalidade no interior da exclusão. Podemos concordar que o campo da exclusão é criado a partir de uma ficção conceitual, mas ele não deixa de existir por conta disso. Também é preciso lembrar que o refúgio humano é refúgio por ação social, mas persiste humano uma vez que regido pelas mesmas leis da natureza. Quanto a essas leis não há exceções “já que todas as espécies são o que elas devem ser, apresentando da mesma forma a variedade na unidade e a unidade na variedade” (CANGUILHEM, 2012, p.86). As leis naturais valem para todos e, ao menos no campo da biologia, aplicam-se à manutenção da vida e da espécie. E partindo desse ponto, podemos suspeitar que nos territórios de exceção pode haver, sim, alguma coisa de anormal.

Se supomos que a normalidade é o que permite a sobrevivência em meio às pressões que são próprias ao ambiente, ou seja, que o normal para a juventude é viver; e considerando que há uma mortalidade acentuada de jovens em tais territórios, é prudente questionarmos essa anormalidade que, em princípio, é pelo menos uma anormalidade estatística, aquela que desvia na curva de Gauss. Essa anormalidade pode estar então no meio, no indivíduo ou em ambos?

Quanto ao meio, podemos levar em conta a existência de um novo sistema de normas nesses territórios, que se mantém por meio de uma lei despótica e caprichosa (GUERRA, 2012b). Não se trata da lei normatizada pelo Estado, mas uma variante que pode, em alguns casos, ser o inverso das normatizações sociais comuns. A penalização com a morte, por exemplo, é efeito dessa lei feroz e que contradiz um princípio fundamental dos direitos do homem. Podemos, seguindo a trilha de Canguilhem (2012), considerar o inverso da norma lógica não como uma nova norma lógica, mas tendo como resultado uma norma estética; ao passo que o

inverso de uma norma ética pode ser uma nova norma política (CANGUILHEM, 2012). A nova norma política desse território pode ser entendida a partir de uma tentativa do sujeito de marcar um lugar no mundo, com os meios que ele tem à mão, utilizando a linguagem que se apreende do discurso contaminado pela violência, ou seja, a política de se fazer existir, de ter um nome, tendo em vista que a morte está logo à frente, à espera. A consciência da morte é o que coloca todos os humanos em uma igualdade e a tentativa de destacar-se dessa igualdade constitui a experiência política. Segundo Arendt:

A morte, seja encarada no processo de morrer, ou na consciência interior de cada indivíduo de sua própria mortalidade, talvez seja a experiência mais antipolítica que existe. Significa que iremos desaparecer deste mundo de aparências, deixando a companhia de nossos semelhantes, que são a condição para a existência de toda política.

Assim, a política era um meio mediante o qual escapava-se da igualdade perante a morte para uma diferenciação capaz de assegurar alguma imortalidade (ARENDR, 1985, p.38).

Essa tentativa de escapar à igualdade sem uma nomeação ordenadora no discurso contemporâneo parece impelir alguns jovens a esse apelo último de marcar o nome através de um *nomear para* o mal. Considerando assim que nem sempre a norma ética é o que está em jogo em um território marginal, mas que pode operar aí seu inverso, uma nova norma política, nos aproximamos um pouco mais do que os jovens definem como “Normal”, e que diz respeito a um “gozo do mal”, às nomeações de assassino e criminoso que eles possam encarnar em algum momento da adolescência; a esse sistema de punições através da tortura, agressões ou a morte. Retomando Lacan (1973-74), esse *nomear para* pode ser extrapolado aqui como *nomeado para o mal*, o que parece ser, nessa ordem de ferro, o modo que alguns sujeitos encontram para existir politicamente.

O gozo aí em jogo, em parte, concordante com o mundo contemporâneo que exige que se goze, requer, no entanto, certa disposição. Se consideramos, nesse contexto, o gozo do mal, podemos pensar que colocar-se a serviço dessa exigência, tendo como fim o acesso a um suposto prazer sem limites, traz consequências para o sujeito em sua economia libidinal⁸. Bertold Brecht ilumina esse ponto em um poema, quando escreveu: “como é cansativo ser

⁸ O filósofo Vladimir Safatle chama a atenção “que nenhuma perspectiva sociológica pode abrir mão de uma *análise das disposições subjetivas* que implica a compreensão da maneira com que os sujeitos investem libidinalmente os vínculos sociais mobilizando, com isto, representações imaginárias e expectativas de satisfação que muitas vezes acabam por inverter o sentido de determinações normativas que visam racionalizar tais vínculos” (SAFATLE, 2008, p.16).

mau” (BRETCH apud ZIZEK, 2014, p.162). É possível pensar que nessa nova norma política haja também mal-estar e quem pode esclarecer isso são, entre outros, os adolescentes que conduzem suas vidas na transgressão de uma norma social convencional, a tal “norma normal”.

Considerando o inverso dessa norma, uma “norma anormal”, a violência deve ser o substrato que a sustenta (em contraposição à paz - orientadora das regulações na sociedade). Nesse contexto, a violência está presente de antemão, antes do ato violento em si – aquele comumente noticiado nos jornais: é um pano de fundo sistêmico e invisível. É preciso levar em conta essa violência anterior – a que Zizek (2014) nomeia “objetiva” –, para não se acolher de pronto essa exigência social de se responder sempre urgente e irrefletidamente diante de um ato violento, quando esse surge. A resposta sem reflexão está do lado do uso da força e da coerção – também violenta, portanto – e não há garantias que produza efeitos subjetivos significativos se pensamos em uma sociedade menos violenta.

Se por um lado, o que é entendido como “normal” por um adolescente autor de ato infracional pode ser considerado diante desse contexto; por outro, o ato é visto pela sociedade como um desvio da norma e esta exige justiça. Sobre esse ponto, afirma Zizek (2014), a justiça é a exigência de que o gozo excessivo do Outro seja limitado, de que todos tenham acesso a um gozo igual. O homem justo seria aquele que não abre mão de seu gozo, mas que exige um limite ao gozo do Outro. Nesse ponto de vista a justiça se funda na inveja.

Para finalizar, retomamos uma frase de Canguilhem (2012) que chama atenção pela sua obviedade. Diz o seguinte: *“Um estômago é normal enquanto digere sem se digerir”* (CANGUILHEM, 2012, p.46). A normalidade aí estaria então relacionada à manutenção de uma função sem se deixar degradar por essa mesma função. Funcionar sem necessariamente morrer por isso. Trata-se do princípio de conservação e perpetuação da vida. Há que se questionar esses jovens acerca da maneira como escolheram funcionar-gozar, se esta não os estaria levando a uma rápida degradação. Talvez surja daí a possibilidade de construção de um outro nome que lhes dê um outro lugar, mesmo que isso não seja fácil. Além disso, pode haver aí uma indicação, extrapolando o órgão e o campo biológico, a de que uma suposta normalidade está menos para uma adaptação ao campo social e mais para um acordo do sujeito consigo mesmo. O normal estaria, então, mais relacionado ao nome que à norma.

7. ANORMAL

O que os outros se diziam: que Sorôco tinha tido muita paciência. Sendo que não ia sentir falta dessas transtornadas pobrezinhas, era até um alívio. Isso não tinha cura, elas não iam voltar, nunca mais. De antes, Sorôco aguentara de repassar tantas desgraças, de morar com as duas, pelejava. Daí, com os anos, elas pioraram, ele não dava mais conta, teve de chamar ajuda, que foi preciso. Tiveram que olhar em socorro dele, determinar de dar as providências de mercê. Quem pagava tudo era o Governo, que tinha mandado o carro. Por forma que, por força disso, agora iam remir com as duas, em hospícios. O se seguir.

(João Guimarães Rosa, “Sorôco, sua mãe, sua filha”)

O prefixo “a”, em seu sentido privativo, é o que permite, a partir da negação do normal, a afirmação, na língua, do “anormal”. A criação de uma palavra nova que carrega em si o afixo da exclusão é o que possibilita nomear e, por conseguinte, fazer surgir a categoria dos anormais. No campo da realidade, o que se observa, no entanto, é o efeito desse processo: o surgimento do desvio, do anormal, como sendo o que define o fenômeno originário como normal.

Percorremos, até então, um caminho que permite localizar a presença dessa categoria no campo social e sua relação com a violência e os sistemas de exclusão. É no produto-refugio da organização social atual, no território onde fica depositado o excesso, que tentamos verificar o estatuto da normalidade a partir de uma constatação de que há aí uma anormalidade estatística: os jovens nesses lugares de exceção morrem mais que os “*includos dentro*”. É possível que se invente e se identifique então, a partir dos recursos da língua que o corpo social dispõe, a figura do anormal. É o que pretendemos investigar nessa sequência: se os adolescentes que analisamos nesse trabalho podem ser relacionados ao anormal dentro de uma vertente histórico-epistêmica da construção desse conceito; ou seja, o anormal como conceito produzido pelo corpo social, justiça e psiquiatria em suas intenções de controle e poder. Em outras palavras, o anormal apresentado a nós por Foucault (2010), localizado na figura derivada de três tipos históricos: o monstro, o incorrigível e o masturbador (FOUCAULT, 2010).

Para avaliar a possibilidade dessa aproximação, retomaremos a seguir o percurso histórico feito por Foucault em “Os anormais”, verificando dois aspectos que nos interessam nesse trabalho: no campo social, em que medida os atuais sistemas de exclusão podem ter sua origem identificada no passado; e, no campo individual, como os jovens da atualidade, que se encontram em conflito com *a norma*, podem ser localizados no fio da história da construção de um conceito.

7.1. A cidade empestada

Persistimos sob a orientação de Walter Benjamin (2013): é preciso estudar a violência – e o poder – em seu contexto histórico. É por isso que retomaremos do passado dois modelos de exclusão que foram arquitetados e executados, e são parte da história do projeto humano em seu empreendimento de ocupar os espaços no mundo. O recorte histórico que trazemos se dá a partir das soluções que a sociedade europeia criou para lidar com dois problemas que lhe trouxe graves consequências durante a idade média: a lepra e a peste. Mesmo antes, já no século IV, enfrentava-se o problema de qual destino dar aos leprosos. Há textos que apontam que nessa ocasião, na Gália, as pessoas com lepra viviam à parte. No decorrer da idade média os leprosários se multiplicaram chegando a cerca de 19 mil estabelecimentos entre os séculos XI e XIII na Europa (FOUCAULT, 1987).

Foucault (2010) utiliza o problema da lepra na Idade Média como o modelo de segregação que veio a dar legitimidade ao Estado para excluir. No caso da lepra, o processo constituía na rejeição dos indivíduos para um mundo exterior, fora dos muros da cidade. Esse processo de exclusão vinha acompanhado da desqualificação do indivíduo, perda de sua cidadania e em sua declaração como morto – o que consistia, inclusive, na repartição de seus bens materiais (FOUCAULT, 2010).

Estes efeitos e mecanismos de poder e controle do Estado sobre os indivíduos foram estendidos, segundo Foucault (2010), para os loucos, os doentes, os criminosos, os desviantes, os pobres. Em meados do século XVII iniciou-se uma caça a esses indivíduos, incluindo outras categorias de anormalidade - os ociosos, os mendigos, vagabundos etc., - com sua exclusão dos espaços da cidade através da internação nos hospitais gerais. Tratava-se de um modelo que visava purificar, higienizar a comunidade (FOUCAULT, 2010).

Em fins do século XVII e início do XVIII a exclusão dos leprosos foi desaparecendo e, em seu lugar, (re)apareceu um outro modelo, direcionado ao problema da peste⁹. Ao contrário do controle da lepra, em que havia uma exclusão para fora da cidade, nesse outro modelo houve uma inclusão do pestífero nos espaços da cidade, geralmente nos subúrbios, em um território demarcado. Criou-se então, uma organização do Estado com fins de manter um constante policiamento desses territórios. Essa cidade em estado de peste era alvo de fiscalização permanente e, ao contrário da lepra - em que eram separados os puros dos impuros -, nesse novo modelo de controle operava-se a partir da observação dos territórios, das ruas, das casas e dos indivíduos. Tratava-se, portanto, de um controle minucioso do Estado que culminava em uma extensão de seu poder sobre os corpos (FOUCAULT, 2010).

Enquanto a lepra levava a um estado de adoecimento crônico e o Estado se encarregava de declarar o doente como morto (uma morte civil), em um processo de desqualificação jurídica e política do indivíduo; na peste havia o risco iminente de uma morte real e Foucault (2010) observa que, diante disso, são os indivíduos que “abandonam sua identidade, tiram a máscara, esquecem seu estatuto e se entregam à grande depravação dos indivíduos que sabem que vão morrer” (FOUCAULT, 2010, p.40). Nesse caso, a decomposição da individualidade do pestífero se dá por ele, por conta da consciência da morte próxima.

Essa substituição do modelo da lepra pelo modelo da peste marca um processo histórico, da invenção das tecnologias positivas de poder, aquelas tecnologias que permitem ao Estado incluir para observar, policiar e, em última análise, governar os corpos. Nesse ponto, Foucault (2010) remete a Canguilhem (2012) em sua tese sobre “O Normal e o Patológico”, para localizar nessa época, no século XVIII, o desenvolvimento das técnicas de normalização e sua aplicação nos diversos domínios do Estado: educação, medicina e exército.

Quanto ao primeiro modelo, o da lepra, sabemos as consequências que sua aplicação pelo Estado trouxe para nossa sociedade, sobretudo no que diz respeito à internação maciça nos hospitais psiquiátricos, na exclusão do louco dos espaços da cidade e na reação a esse modelo que constituiu e constitui o processo que conhecemos como reforma psiquiátrica. Não há como não comparar, na atualidade, com o movimento segregativo, patrocinado pelo Estado,

⁹ A lepra foi desaparecendo do continente Europeu mesmo sem nenhuma medida terapêutica específica. Tal fenômeno parece ter sido devido à segregação, ao fim dos grandes deslocamentos populacionais e à redução da densidade populacional por causa da peste (PINTO, 1995).

em que os usuários de drogas são levados para fora dos muros da cidade, nesse lugar distante do convívio social, geralmente nas zonas rurais - as chamadas comunidades terapêuticas. Podemos levantar a hipótese que se trata da aplicação de uma mesma tecnologia usada há alguns séculos, que legitima o poder do Estado para excluir, retirar da cidade.

Nesse sentido, diante das normas que regem o mundo contemporâneo, nesta organização baseada em exigências de gozo e consumo, podemos esperar que o resto produzido na atualidade esteja relacionado a essa lógica. Então, é possível considerar que as ações de exclusão contemporâneas se deem por meio da intervenção sobre aquilo que é o resto de uma sociedade do consumo – ou seja, são retirados da cidade aqueles que consomem desmedidamente e, sob o risco de (se) consumirem até à morte, tornam-se supérfluos. Afinal, nada menos interessante ao modelo atual, que alguém que não se mantém vivo o tempo suficiente para persistir consumindo cada necessidade criada. Ou seja: todos consomem, mas aqueles que perdem a medida e se tornam um risco – não a eles, mas ao modelo –, esses são retirados da cidade sob o pretexto que precisam aprender a consumir direito, com regras, normalmente. Essa é uma hipótese que nos permite pensar que o modelo da lepra não foi totalmente substituído pelo modelo da peste, mas que ambos coexistem como forma de controle dos indivíduos redundantes na atualidade.

Porém, o que nos interessa nesse trabalho é o segundo modelo, o que se refere a essa cidade empestada. Podemos comparar com o que chamamos anteriormente, de uma “*inclusão fora*”, ou seja, a destinação de um lugar de exclusão nos espaços da cidade com a finalidade de marcar a normalidade para o corpo social. Parece ser nesse mesmo sentido que Foucault (2010) relacionou o modelo da peste a um modelo de inclusão (FOUCAULT, 2010). Tal inclusão daquilo que seria destinado ao descarte se dá em espaços determinados da cidade, geralmente nos subúrbios, onde a presença do Estado é garantida sobretudo através de policiamento militar que tem a permissão do uso de seu poder para revistar, vigiar, enfim: policiar e governar os corpos dos indivíduos redundantes, em nosso caso, de maneira especial, os jovens das periferias.

Parece ser, também, o mesmo contexto citado por Bauman (2005) ao comentar o policiamento nos guetos negros norte-americanos e que se refere como “prisionização” da habitação pública. Essa forma de controle traz reminiscências das casas de detenção, como

novos conjuntos cercados, com seu perímetro mantido sob vigilância, utilização de revistas aleatórias, segregação, toque de recolher (BAUMAN, 2005, p.104).

Dessa transição de modelos, conforme assinala Foucault (2010), da lepra à peste, ou seja, da segregação por exclusão à segregação por inclusão, colhemos hoje os efeitos. É possível levantar a hipótese que ambos os modelos coexistam na atualidade, mas o primeiro enfrenta problemas, parece não haver espaço suficiente para onde destinar o refugio (BAUMAN, 2005). Assim, parece haver um privilégio no mundo contemporâneo, da exclusão dentro dos espaços da cidade, através do confinamento em um território mantido sob permanente vigilância. É a essa questão que Bauman (2005) se refere ao analisar os problemas que a sociedade de consumo enfrenta com seu lixo: “O “refugio humano” não pode mais ser removido para depósitos de lixo distantes e fixado firmemente fora dos limites da “vida normal”. Precisa, assim, ser lacrado em contêineres fechados com vigor” (BAUMAN, 2005, p.108).

A cidade em estado de peste pode ser o que define a cidade atual: um espaço em que se separa uma parte, no interior de seu território, para o destino dos indivíduos redundantes. O destino do descarte marca a fronteira da normalidade pela incorporação da negação ao normal: assim surge o anormal tanto na língua quanto na realidade social.

7.2. Os tipos anormais

A partir desse recorte histórico percebemos os processos que legitimam a criação de territórios da anormalidade, cuja função é, ao ser incluído do lado de fora, delimitar o dentro como o domínio da normalidade. Tais processos de exclusão nos espaços da cidade - ou de sua inclusão policiada - tornam possível ao Estado governar os corpos. É preciso, então, delimitar nesse mesmo recorte histórico, a quais indivíduos pertence esse corpo a ser governado. Traremos aqui como se deu a construção do conceito do anormal, esse personagem sobre quem o Estado, em nome do corpo social constituído pelos “normais”, se autoriza a intervir.

Foucault (2010) considera a questão da definição da anormalidade como um problema teórico e político importante. Trata-se de um arranjo das instâncias de controle que conclamam a medicina e a justiça a terem, sob seu domínio, não as categorias da doença e do crime, mas do

anormal. As práticas médico-jurídicas passam, então, a se referirem ao anormal e ao poder de normalização (FOUCAULT, 2010). Nesse contexto de divisão (ou soma) de poderes entre a medicina e a justiça, tais práticas operam a partir do princípio da porta giratória: “quando o patológico entra em cena, a criminalidade, nos termos da lei, deve desaparecer” (FOUCAULT, 2010, p.27).

Em suas considerações sobre o problema teórico da anormalidade, Foucault (2010) descreve três figuras constituintes desse campo. Trata-se do monstro, do indivíduo a ser corrigido e do masturbador (FOUCAULT, 2010). O anormal seria um produto desses três tipos sendo que tentaremos demonstrar como o último pode ser considerado um embrião histórico da figura do adolescente às voltas com o gozo autoerótico e como a droga na contemporaneidade parece desempenhar um papel fundamental na constituição deste “tipo político” e na delimitação da anormalidade.

O primeiro tipo, o monstro humano, é uma figura dos séculos XVIII-XIX e surge no campo jurídico-biológico como aquele que viola tanto as leis da natureza quanto as leis da sociedade. Trata-se de uma noção que combina o impossível com o proibido, “é o limite, o ponto de inflexão da lei e é, ao mesmo tempo, a exceção que só se encontra em casos extremos” (FOUCAULT, 2010, p.47). O monstro humano é a forma espontânea, a forma natural da contranatureza. “É o modelo ampliado, a forma, desenvolvida pelos próprios jogos da natureza, de todas as irregularidades possíveis. E, nesse sentido, podemos dizer que o monstro é o grande modelo de todas as pequenas discrepâncias” (FOUCAULT, 2010, p.48). Trata-se de uma figura rara, que aparece no campo social, e que conjuga as anormalidades biológica e jurídica (FOUCAULT, 2010).

Enquanto o contexto de referência do monstro é o campo social, surge, em âmbito mais restrito, no seio da família, um segundo tipo: o indivíduo a ser corrigido. Ele existe “nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que existe entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc.” (FOUCAULT, 2010, p.49). Trata-se de um indivíduo frequente, próximo à regra e, por isso, difícil de ser determinado. No entanto, é o indivíduo inassimilável ao sistema normativo de educação e o que o define é o fato de ser incorrigível (FOUCAULT, 2010).

O terceiro tipo, o masturbador, é o que nos interessará mais neste percurso. Ele aparece em um contexto ainda mais delimitado. Em vez de ser localizado no campo social, como o monstro; ou no contexto da família e das instituições que a cercam, como o indivíduo a ser corrigido; o campo do masturbador é o quarto, a cama, o próprio corpo (FOUCAULT, 2010). É interessante notar como as tecnologias de poder do Estado serão colocadas em prática a partir da definição desse tipo no campo da anormalidade. Assim se conseguirá acesso a um poder de controle que chegará, enfim, aos corpos dos indivíduos.

A história do poder sobre o corpo ganha destaque no século XVI a partir do surgimento de novos procedimentos de confissão e penitência. Em torno desses instrumentos a Igreja passa a fazer a identificação da carne ao corpo e, assim, pode se apropriar do corpo e da vida inteira dos indivíduos (FOUCAULT, 2010). A associação corpo-prazer-pecado torna-se a exigência necessária que permite, a partir dos métodos de confissão, um novo modo de exercício do poder. A masturbação é o primeiro jogo de prazer que associa a carne ao corpo e que será o objeto de vergonha a ser revelado nos confessionários e, portanto, alvo de controle e vigilância. Nesse contexto surge uma intensa campanha antimasturbatória, que não somente convoca a família a vigiar o corpo dos adolescentes, mas também permite ao Estado uma regulação no sentido de se produzir corpos dóceis e úteis (FOUCAULT, 2010).

Na mesma época, isto é, nos séculos XVI-XVII, vemos crescer no exército, nos colégios, nas oficinas, nas escolas, todo um disciplinamento do corpo, que é o disciplinamento do corpo útil. Aperfeiçoam-se novos procedimentos de vigilância, de controle, de distribuição do espaço, de anotação, etc. Temos todo um investimento do corpo por mecânicas de poder que procuram ao mesmo tempo torná-lo dócil e útil. Temos uma nova anatomia política do corpo. Pois bem, se em vez do exército, das oficinas, das escolas primárias, etc., examinarmos essas técnicas de penitência, o que se praticava nos seminários e nos colégios que se formavam a partir deles, veremos surgir um investimento do corpo que não é o investimento do corpo útil, que não é o investimento que se faria no registro das aptidões, mas que se faz no nível do desejo e da decência. Temos, diante da anatomia política do corpo, uma fisiologia moral da carne (FOUCAULT, 2010, p.166).

Nesse sentido, o poder da Igreja sobre os corpos se constitui na gestão de uma fisiologia moral, que se depreende da identificação da carne ao corpo. O pecado localizado no corpo solitário e desejante é o que deve ser revelado e torna-se parte importante da mecânica do controle. No entanto, alguma coisa parece fugir a este pretense governo sobre os corpos, e, diante da obrigação de confessar a sexualidade, começa a aparecer como fenômeno, o *corpo convulsivo*, o que coloca em risco o projeto de disciplinarização da Igreja – já que ela não sabe o que fazer com isso. Essa convulsão do corpo aparece como uma resistência a uma

cristianização dos indivíduos e será o motivo de uma batalha, por dois séculos e meio, entre a medicina e o catolicismo (FOUCAULT, 2010).

Tal história política do corpo, marcada pela tentativa de se “governar a carne sem cair na cilada das convulsões” (FOUCAULT, 2010, p.186), foi o que levou a Igreja, no século XVII a tomar medidas “anticonvulsivas” que incluíam mudanças nos procedimentos de confissão, além de uma solicitação à medicina: que cuide desse corpo convulsivo (FOUCAULT, 2010).

Essa carne, pela qual a Igreja assegurava seu controle sobre os corpos, corre de fato o risco de ser, agora, por esse outro modo de análise e de gestão do corpo, confiscada por outro poder, que será o poder laico da medicina (FOUCAULT, 2010, p.190).

É nesse contexto que a medicina passa a exercer um controle higiênico da sexualidade, ainda que com pretensões científicas. Feita essa retomada histórica, entendemos como surge a campanha antimasturbatória, que não se tratava de uma campanha moral, mas de uma patologização que ligava praticamente todas as doenças à masturbação. Segundo Foucault (2010), essa somatização - essa patologização - se deu por três vias diferentes:

- a ficção da doença total: a masturbação era em si, um problema que levaria à morte;
- a masturbação como causa de quase todas as doenças possíveis na literatura científica;
- delírio hipocondríaco criado pelos médicos, que faziam os doentes associarem suas doenças à masturbação.

Além disso, como método e efeito dessa campanha, seguia-se uma culpabilização dos pais no que concerne à vigilância dos filhos, “pois é porque os pais não querem cuidar diretamente dos filhos que esses acidentes podem se produzir. É a ausência de cuidado, é a desatenção, é a preguiça, é o desejo de tranquilidade deles o que finalmente está envolvido na masturbação das crianças. Afinal de contas, era só os pais estarem presentes e abrirem os olhos” (FOUCAULT, 2010, p.213).

Tal valorização da sexualidade da criança e do adolescente leva a uma modificação na estrutura da família a partir do século XIX, que passa a se constituir, naquilo que Foucault (2010) chamou de “família canguru”: o corpo da criança como elemento nuclear do corpo da família. Surge assim, uma família mais restrita, mais permeável ao controle. Desse modo,

percebemos como se torna possível o acesso ao corpo, como forma de controle e poder, a partir da campanha que pede aos pais que cuidem dos corpos de seus filhos.

A associação da masturbação à doença torna-se elemento central nesse modelo de governo dos corpos pelo Estado. Foucault (2010) traz uma descrição retirada de um dicionário médico, utilizado pelo “corpo médico sério” do século XIX. Transcrevemos aqui a descrição a respeito do jovem masturbador:

Esse rapaz estava no marasmo mais completo, sua vista tinha decaído inteiramente. Ele satisfazia onde quer que estivesse as necessidades da natureza. Seu corpo exalava um odor particularmente nauseabundo. Tinha a pele terrosa, a língua vacilante, os olhos cavos, as gengivas todas retraídas e cobertas de ulcerações que anunciavam uma degeneração escorbútica. Para ele, a morte era o termo feliz de seus longos padecimentos (FOUCAULT, 2010, 207).

Não é preciso muito esforço para fazer a associação dessa figura do masturbador ao do adolescente usuário de drogas da atualidade. Podemos pensar que está em curso uma mesma campanha de controle dos corpos, que pede aos pais que vigiem seus filhos para que estes não tenham acesso a um gozo autoerótico desmedido – dessa vez, o alvo é não mais a masturbação, mas o uso de drogas. Chama atenção nesse ponto, o fato que a sociedade encontrou um objeto que dispensa a campanha antimasturbatória. Essa campanha não é mais necessária (e provavelmente não seria mais possível), tendo-se em vista que existe hoje, um objeto que provoca o corpo e cumpre a função de marcar a anormalidade. Esse objeto - a droga - além de ser fonte de gozo (MILLER, 1995), também pode levar ao consumo do corpo e várias formas de adoecimento, bem como está associado a incontáveis doenças (FAVARO, 2011). A citação de Foucault, transcrita acima, pode ser lida na atualidade sem dificuldade, pensando no uso da droga em vez da masturbação¹⁰.

A história política do corpo segue o curso trazendo consigo as marcas daquilo que possibilitou a gestão do corpo individual, pelo corpo social, através do Estado (FOUCAULT, 2010). Tal história nos conduz até aqui e permite pensar que a droga assumiu uma função de destaque no que diz respeito às formas de controle. O fato de ela produzir alterações biológicas, poder ser

¹⁰ Deparamos aqui com uma questão concernente ao objeto droga. Parece haver alguma especificidade desse objeto em relação aos outros objetos de consumo, o que o destacaria dessa série. De acordo com Miller (1995), trata-se de um objeto causa de gozo, “o que nesse caso situa-se além do princípio do prazer, o que não está ligado a uma moderação da satisfação, mas pelo contrário, a um excesso, uma exacerbação da satisfação que converge com a pulsão de morte. (...) A droga como objeto dá acesso a um gozo que não passa pelo Outro e, em particular, pelo corpo do Outro como sexual” (MILLER, 1995, p.3).

associada cientificamente a várias doenças (FAVARO, 2011), ser fonte de prazer e poder levar à morte parece dar-lhe um lugar especial nessa história. Afinal, todo o esforço de propaganda feito contra a masturbação parece mostrar-se ainda mais plausível quando aplicado ao contexto do uso das drogas.

Estendendo para um problema político, que não iremos avançar mais nesse trabalho, é curioso notar como a política de guerra às drogas¹¹ encontra, nesse objeto de consumo privilegiado - a droga - a possibilidade de extensão do poder do Estado aos corpos dos indivíduos. Uma questão que pode surgir aí é se essa política teria fim sem que se colocasse em seu lugar, outra tecnologia de controle sobre as famílias e sobre os indivíduos.

Mas, percebemos a partir dessa história, como se pedia e se pede à família e à medicina o controle sobre a anormalidade, a partir das questões do gozo autoerótico e utilizando-as como pretexto para o acesso aos corpos a partir de tecnologias de poder. Tornada mais compacta e restrita, a família torna-se assim, mais acessível por meio das instâncias de poder – médico e jurídico. Esse pedido que o Estado faz às famílias, de controle da sexualidade de seus filhos, mesmo sendo tarefa impossível, resulta, em um primeiro momento na tomada de posse do corpo das crianças e dos adolescentes pela família, e posteriormente, na entrega de um corpo de aptidão e desempenho ao Estado – entrega-se a ele, um corpo normalizado (FOUCAULT, 2010). O Estado tenta garantir assim sua eficiência na produção de corpos úteis, como sendo aqueles corpos que habitam o território da normalidade.

Consideramos relevante trazer os elementos de que derivam – e delimitam – o campo da anormalidade no mundo atual, já que será desse campo que destacaremos o jovem homicida. Nosso estudo prossegue então, afastando das noções médicas e jurídicas que venham a ter função de controle e normalização dos indivíduos, para nos aproximarmos da noção de sujeito que, para a psicanálise, é aquele que pode nos ensinar sobre seus modos de gozo, suas relações com o Outro, seus sintomas.

¹¹ A política de guerra às drogas tem início no governo de Richard Nixon, em 1972, nos EUA e, ainda hoje serve de modelo para políticas de drogas em vários países do mundo, incluindo o Brasil. Essa política se baseia no controle cada vez mais estrito do uso de drogas, controle pelo Estado e criminalização do uso e, sua utopia, é a proibição total de todas as substâncias psicoativas (RODRIGUES, 2003).

8. ODEIA TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO¹²

Olhei e recuei. O próprio vidro parecia conjurado com o resto do universo; não me estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra. A realidade das leis físicas não permite negar que o espelho reproduziu-me textualmente, com os mesmos contornos e feições; assim devia ter sido. Mas tal não foi a minha sensação.

Então tive medo; atribuí o fenômeno à excitação nervosa em que andava; receei ficar mais tempo, e enlouquecer.

(Machado de Assis, O Espelho, 1994)

Em tal projeto humano que consiste em habitar e ocupar o planeta, há alguns impasses e dificuldades que provocam em cada sujeito um certo desconforto. As tentativas de compreensão do mal-estar social podem se dar através de diferentes olhares. A perspectiva da sociologia nos leva até determinado ponto, em que o indivíduo pode ser encarado como produto do meio social, vítima das pressões, contradições e desigualdades produzidas socialmente (WAISELFISZ, 2014). Podemos, no entanto, passar a uma outra lógica de compreensão dos fenômenos humanos que parece, a princípio, não se estender harmonicamente, na forma de um *continuum* do social ao individual. Parece haver aqui uma ruptura no campo epistêmico ao se tentar analisar tais questões sob a ótica da psicanálise. De forma análoga ao que Lacan (1985) chamou de falha epistemo-somática ao se referir à impossibilidade de o discurso da ciência dar conta de todo o sofrimento do corpo (LACAN, 1985), poderíamos considerar a existência de uma falha no discurso da sociologia caso ela pretenda compreender a totalidade dos fenômenos que se apresentam nos campos social e individual.

Lançaremos mão da psicanálise que pode nos auxiliar nas tentativas de elucidação das questões referentes ao mal-estar social. Desse modo, a perspectiva passa a ser lançada sobre o sujeito da psicanálise, o que nos permite fazer outras construções sobre os problemas contemporâneos.

¹² Encontramos em Zizek, em seu livro “Violência” (ZIZEK, 2014), sob o título “Teme a teu próximo como a ti mesmo!” a mesma natureza problemática da injunção judaico-cristã fundamental (“ama o teu próximo...”) que formulamos aqui. Para Zizek, há uma utilização do medo como forma de controle político. Assim, aproximar-se muito significa agressão, e a tolerância é exercida apenas a distância, nunca com o vizinho (ZIZEK, 2014).

Percorremos nesse trabalho um caminho que parte do estudo sobre o mundo contemporâneo marcado pela queda das identificações às figuras de autoridade, bem como pela violência; e seguimos na tentativa de avançar sobre a compreensão de como se dão a normalidade e a anormalidade nesse contexto. O passo que daremos a seguir será o de destacar desse meio o adolescente homicida e, a partir do estudo da singularidade de cada caso, tentaremos alcançar outra maneira de compreender essa forma de violência na sociedade.

Sabemos que a vida em sociedade é marcada por um certo desconforto. Observamos assim, um esforço dos humanos em obter felicidade, sua tentativa de permanecer em tal estado e a impossibilidade de se manter indefinidamente feliz (FREUD, 1930/2006). É o que Freud (1930/2006) nos ensina em sua obra “Mal-estar na civilização”. Uma das formas de lidar com esse mal-estar consiste em uma busca pelo prazer. Há um programa humano em tentar obter prazer e é este um dos princípios que norteia o funcionamento do aparelho psíquico de cada indivíduo. Podemos perceber, a partir desse princípio, que o humano busca o prazer e isso se dá de forma independente das regulações e das normas do mundo. Em outras palavras, tal programa é colocado em funcionamento mesmo que em desacordo com o normal social (FREUD, 1930/2006).

Se partimos então de um território marginal, onde as pressões de segregação contribuem para que parte dos indivíduos permaneça em tal lugar de exclusão, podemos extrair dele um subconjunto, o dos adolescentes e, no caso de nosso estudo, o adolescente homicida. Seguindo tal linha de raciocínio, podemos afirmar que o adolescente com uma passagem ao ato homicida pertence ao conjunto dos humanos e, assim, podemos considerar – como em todos os humanos – seu programa individual que consiste em procurar para si, alguma satisfação. Há em seu caráter humano, a mesma busca por prazer, mesmo que em desacordo com as leis que permitem certa harmonia na sociedade. Não sabemos, a princípio, se a execução de seu projeto o levará à felicidade, e a essa resposta só será possível ter acesso a partir de cada um – em sua singularidade. Não há resposta dada *a priori* nesse caso. Freud (1930/2006) afirma que “Não existe regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo” (FREUD, 1930/2006, p.91).

Nesse caso, especificamente, estamos diante de adolescentes, cujas existências são marcadas pela precocidade da morte, como os dados estatísticos nos mostram¹³. Há que se questionar de que modo uma existência marcada por dificuldades importantes poderia se beneficiar no empreendimento de um tal programa de obtenção de prazer que levasse em conta o princípio de preservação da vida. Em outras palavras, é possível questionar até que ponto o adolescente que consideramos nesse trabalho está disposto a orientar sua vida em busca de uma improvável felicidade, diante de uma provável morte precoce. Freud (1930/2006) questiona:

Enfim, de que nos vale uma vida longa se ela se revela difícil e estéril em alegrias, e tão cheia de desgraças que só a morte é por nós percebida como uma libertação? (FREUD, 1930/2006, p.95).

Essa é uma questão que tentaremos avançar. Afinal, até que ponto vale a pena perder uma parcela de satisfação para participar da civilização. Ou seja: em que medida, um sujeito cuja percepção do mundo lhe aponta que irá morrer em breve, se submeterá à lei. Privar-se de uma satisfação em benefício da existência da civilização parece não lhe fazer sentido, já que as contas de sua economia libidinal sugerem que estará em prejuízo e não irá ter como benefício a participação no mundo por muito tempo. Continuamos aqui, no percurso de Freud, que nos aponta que “Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso” (FREUD, 1930/2006, p.104).

É possível recolher elementos, a partir da clínica com adolescentes em situação de vulnerabilidade, que apontam como a percepção do sujeito dessa conta que não fecha, ou seja, desse prejuízo libidinal que parece não lhe garantir o prolongamento da existência, pode levá-lo a questões com a lei e à desconsideração pela manutenção dos pactos que possibilitam a existência da civilização.

Segundo Freud (1930/2006), a vida comunitária dos seres humanos tem um fundamento duplo: a compulsão para o trabalho e poder do amor. Desse modo o homem pode resolver dois aspectos que condicionam o funcionamento do mundo. Resolve a questão da fome e da autopreservação, através do trabalho; e preserva a espécie, por meio do amor (FREUD, 1930/2006).

¹³ p.29

Sabemos que o amor não é necessário à manutenção das espécies tendo-se em conta que é possível a reprodução sem o amor. Mas tal sentimento está presente na comunidade humana havendo, inclusive, uma lei que ordena a amar ao próximo como a si mesmo. O amor é, nessa perspectiva, o fator que possibilita a manutenção, em certa medida, dos vínculos afetivos dentro de uma família, dos vínculos de amizade que atenuam o peso da realidade, mas também é a maneira como a civilização suporta a existência da sexualidade como fonte de prazer. Parece ter sido necessário o amor para que o humano pudesse tolerar um mal-estar do sexo (FREUD, 1930/2006). Freud sugeriu que o indivíduo toleraria a sexualidade como fonte de prazer porque não existia, àquela época, um substituto como meio de propagação da raça humana (FREUD, 1930/2006). Parece haver aí um outro campo de investigação já que na atualidade percebemos alguns efeitos dessa constatação e das tecnologias que permitem a produção de novos seres humanos abolindo o (des)encontro sexual e o amor.

Mas, retomando uma questão feita por Freud, em por que amar ao próximo como a si mesmo, trazemos também seu esclarecimento: o humano ama no outro, o que há de semelhante em si (FREUD, 1930/2006). Freud coloca nos seguintes termos:

Ela merecerá meu amor, se for de tal modo semelhante a mim, em aspectos importantes, que eu me possa amar nela; merecê-lo-á também, se for de tal modo mais perfeita do que eu, que nela eu possa amar meu ideal de meu próprio eu (FREUD, 1930/2006, p.114).

Podemos tentar extrapolar esse ponto, partindo da percepção de que opera uma nova norma política nos territórios em questão – essa norma que se funda no inverso de uma norma ética – e deslizar para uma outra pergunta: por que odiar o outro? O estudo nos conduz à ideia de que se odeia o outro como se odeia a si mesmo. Um dos casos que apresentaremos neste trabalho, o do adolescente Hórus, talvez seja paradigmático dessa construção. Invertendo a afirmação de Freud, teríamos que “o outro merecerá o meu ódio, se for de tal modo semelhante a mim, em aspectos importantes, que eu possa me odiar nele”. É uma questão delicada e importante, porque estamos lidando com os laços estabelecidos entre os humanos, os pactos que permitem a continuidade da humanidade como civilização.

Devemos lembrar que o humano surge na natureza em condição de dependência de outro, ou, como afirma Freud (1926/2006), nasce ainda prematuro. O amor, tem aí lugar especial, por

ser o que permite o cuidado durante a infância e, por conseguinte, possibilita à criança sobreviver. O desamparo ou a perda do amor traz consigo a ameaça à vida, traduzido como um sentimento mau.

O que é mau, frequentemente, não é de modo algum o que é prejudicial ou perigoso ao ego; pelo contrário, pode ser algo desejável pelo ego e prazeroso para ele. Aqui, portanto, está em ação uma influência estranha, que decide o que deve ser chamado de bom ou mau. De uma vez que os próprios sentimentos de uma pessoa não a conduziram ao longo desse caminho, ela deve ter um motivo para submeter-se a essa influência estranha. Esse motivo é facilmente descoberto no desamparo e na dependência dela em relação a outras pessoas, e pode ser mais bem designado como medo da perda de amor. Se ela perde o amor de outra pessoa de quem é dependente, deixa também de ser protegida de uma série de perigos. (...) De início, portanto, mau é tudo aquilo que, com a perda do amor, nos faz sentir ameaçados (FREUD, 1930/2006, p.128).

Dessa forma, o indivíduo consegue traduzir o mau - o sentimento mau -, como aquilo que se produz ao se sentir desamparado. Podemos pensar, então, nos destinos que poderá dar a esse sentimento mau, de modo que alguns dos caminhos poderia ser o de dirigi-lo para si ou para o semelhante. Em uma nota de rodapé, Freud (1930/2006) esclarece um ponto que nos interessa neste percurso. Afirma: “Nas crianças delinquentes, criadas sem amor, a tensão entre o ego e superego está ausente, e a totalidade de sua agressividade pode ser dirigida para fora” (FREUD, 1930/2006, p.133). Percebemos assim, as consequências do sentimento de ameaça que surge da perda do amor do outro semelhante, como estando na gênese de um mal. Perder alguma garantia de amor, significa para a criança que necessita de cuidados, uma ameaça à própria vida - um mal - na constituição de sua subjetividade. As manifestações agressivas dirigidas a si ou ao Outro podem ser consideradas as resultantes desse “mal”.

É o mal que, se dirigido ao Outro, coloca-nos, como afirma Tendlarz (2013), diante da maldade. Podemos pensar aqui na maneira como a relação do sujeito com a linguagem pode afetar o discurso e o laço social. Estamos, portanto, no caminho inverso da proposição inicial nesse trabalho, ou seja, o percurso que traçamos anteriormente, que leva do discurso contemporâneo à apropriação que o sujeito faz dele e como isso pode afetar sua subjetividade. Nesse caso, o caminho será outro: partimos do campo subjetivo, das relações do sujeito com a linguagem e como, ao dirigir seu desconforto ao outro semelhante, perturba o laço social, e faz surgir no mundo, a maldade. Retomando a referência feita anteriormente a Roland Barthes (2013), “a língua aflui no discurso, o discurso refluí na língua, eles persistem um sob o outro, como na brincadeira de mão” (BARTHES, 2013).

8.1. A, de agressor

A existência da maldade e suas implicações no tensionamento do laço social traz questões quanto às maneiras de se preservar a existência desse laço. A civilização própria parece ter mecanismos de defesa contra seu desfalecimento completo e a invenção do amor parece ser um dos meios que permite a ela alguma continuidade. É, então, necessário para a civilização, tal mandamento “ama teu próximo como a ti mesmo”, que constitui uma defesa contra a agressividade humana (FREUD, 1930/2006).

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade (FREUD, 1930/2006, p.147).

Destruir a si mesmo ou ao outro podem ser considerados dois lados de uma mesma moeda, por terem, em sua origem, a agressividade. Este “instinto agressivo” é considerado por Freud (1930/2006) e Lacan (1948/1998) como constitutivo do *eu* e em sua relação com seus objetos. A agressividade pode, assim, ser sublimada, recalcada, atenuada pelo recurso ao diálogo, mas também pode ser manifestada (LACAN, 1948/1998; FERRARI, 2006). Para Lacan, o fundamento da agressividade é a identificação narcísica, de modo que não há identificação sem agressividade ou agressividade sem identificação (FERRARI, 2006). A relação com o outro é, portanto, fundamentalmente agressiva, sendo que Lacan “nunca renunciou à ideia de que, no nível profundo, o que há é a hostilidade e não a harmonia” (MILLER, 1991). Nesse sentido, Miller (1991) afirma que o Outro¹⁴ quase poderia ser escrito com o “A” de agressor (MILLER, 1991).

A agressividade está localizada na especularidade imaginária, surgida na fase que Lacan chamou “estádio do espelho”. Em uma etapa do desenvolvimento infantil, diante da insuficiência da formação do indivíduo – que coloca sua sobrevivência na dependência dos cuidados de um outro (LACAN, 1949/1998), “a criança antecipa, no plano mental, a unidade funcional do próprio corpo” (LACAN, 1948/1998). Observa-se nessa fase, uma identificação com o outro de modo que as reações da criança se dão em um registro ambivalente em que se

¹⁴ Outro, em francês: *Autre*

confundem o passivo e o ativo, o ser e o semelhante. Lacan exemplifica: “A criança que bate diz que bateram nela, a que vê cair, chora” (LACAN, 1948/1998, p.116). Suas condutas revelam o plano imaginário como formador do eu, a partir de observações das condutas infantis que revelam “o escravo identificado como déspota, ator com o espectador, seduzido com o sedutor” (LACAN, 1948/1998, p116).

Há nisso uma espécie de encruzilhada estrutural onde devemos acomodar nosso pensamento, para compreender a natureza da agressividade no homem e sua relação com o formalismo de seu eu e de seus objetos. Essa relação erótica, em que o indivíduo humano se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo, eis aí a energia e a forma donde se origina a organização passional que ele irá chamar de seu eu (LACAN, 1948/1998, p.116).

Inicialmente surge, portanto, o sujeito que se estrutura rivalizando consigo mesmo. Encontra-se alienado nessa organização passional a que chamará “eu”. “Essa forma se cristalizará, com efeito, na tensão conflitiva interna ao sujeito, que determina o despertar de seu desejo pelo objeto do desejo do outro” (LACAN, 1948/1998, p116). Tal fixação a um “ideal” imaginário, surge então como efeito de antecipação diante da impotência biológica do bebê; ou, em outras palavras, a formação do *eu* se dá antecipadamente frente à condição de prematuridade com que os humanos vêm ao mundo.

A constituição do *eu* a partir de identificações imaginárias lhe dará um lugar de destaque, na medida em que a cultura tentar reduzir nessa instância – o eu – toda a subjetividade. Ou seja, a cultura que visa a uma objetivação do ser, procurará localizar e encerrar no *eu*, toda a dimensão subjetiva (LACAN, 1948/1998). Lacan cita, como exemplo, o assombro provocado por van den Steinen, ao proferir “Eu sou uma arara” (LACAN, 1948/1998, p.120). Tal profissão de identidade permite refletir que qualquer outra promulgação “Eu sou isso”, “eu sou aquilo”, irá traduzir, em última instância, que “Sou semelhante àquele em quem, ao reconhecê-lo como homem, baseio-me para me reconhecer como tal” (LACAN, 1948/1998, p.120). Só será possível compreender tais fórmulas a partir de uma referência à verdade do “Eu é um outro” (LACAN, 1948/1998, p.120) e, nesse sentido, a fala de um dos adolescentes cujo caso traremos adiante, “Eu sou assassino”, irá remeter então, à dimensão dessa identificação imaginária. Em uma dinâmica especular, podemos pensar que se considerar assassino está relacionado àquilo que faz constituir o “eu” a partir da identificação ao semelhante.

O adolescente assassino será o sujeito que destacaremos da cultura, na medida em que, sendo o elemento que rompe com a organização e pactuação social, será também aquele que nos permite considerar as tensões em jogo no estabelecimento de um laço com o outro. Em um território específico, a presença de vários elementos de uma série, ou seja, um número maior de adolescentes que levam suas vidas à margem da lei, permite pensar como se dá a presença dessa agressividade manifestada na subjetividade. Tal agressividade que faz surgir no campo social, a violência, supõe a dificuldade no uso da palavra diante dos conflitos inter-humanos, ou seja, o ato de agredir surge diante do impossível de dizer. Segundo Lacan, o diálogo, em si, parece constituir uma renúncia à agressividade (LACAN, 1948/1998, p.109).

Em tais territórios marginais, parece ficar evidente que o corpo social existe no limite de seu rompimento, em que as forças de destruição operam degradando o laço social e a presença do amor como mandamento já não é tão evidente. Estamos considerando aqui, é preciso lembrar, não um território geográfico marcado pela pobreza ou pela carência, mas um território constituído por vários territórios subjetivos que operam no rompimento do laço social no que concerne à legalidade, bem como na produção de constantes “guerras” com outros territórios semelhantes. É nesse lugar que a morte tem presença marcada, sobretudo para os jovens que se colocam como instrumentos da violência. O adolescente que aí se encontra pode carregar uma dupla dimensão, tanto da potência da juventude, das possibilidades de vida, da esperança sagrada de continuidade da espécie; mas também como sujeito do mal, impuro, o que traz a marca da violência, o ser abjeto, instrumento da morte. Nesse sentido, podemos pensar em um “adolescente tabu”, aquele que carrega em si, ao mesmo tempo, o nome do sagrado e do impuro.

8.2. Adolescência

É preciso traçar aqui algumas considerações sobre a adolescência, sobretudo no que diz respeito à contemporaneidade e, em particular, o adolescente em conflito com a lei.

A adolescência é um conceito que surge em fins do século XIX e início do século XX e marca um período particular na vida humana, diferenciado, por esse termo, da infância e da vida adulta (STEVENS, 2004). Apesar de não ser um conceito psicanalítico, podemos empregá-lo no sentido de entender como cada sujeito experimenta esta transição. Esse período pode ser mais ou menos superposto à puberdade, experiência universal dos humanos,

que consiste na maturação do corpo biológico e que se dará por processos bioquímicos diferentes nos meninos e nas meninas – e com consequências orgânicas também diversas.

Freud (1905/2006), em os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, localiza no fenômeno da puberdade a passagem da pulsão sexual auto-erótica para a pulsão dirigida a um outro objeto sexual.

Com a chegada da puberdade introduzem-se as mudanças que levam a vida sexual infantil a sua configuração normal definitiva. Até esse momento, a pulsão sexual era predominantemente auto-erótica; agora, encontra o objeto sexual. Até ali, ela atuava partindo de pulsões e zonas erógenas distintas que, independentemente umas das outras, buscavam um certo tipo de prazer como alvo sexual exclusivo. Agora, porém, surge um novo alvo sexual para cuja consecução todas as pulsões parciais se conjugam, enquanto as zonas erógenas subordinam-se ao primado da zona genital (FREUD, 1905/2006, p.196).

Será nesse momento que o sujeito irá reconsiderar as escolhas de objeto já feitas e poderá se decidir por tais escolhas. “O sujeito tem, então, que repassar suas escolhas de objeto, mesmo que a escolha já esteja colocada; ele tem que decidir, nesse momento, sua escolha pela existência” (STEVENS, 2004, p.28).

Nesse sentido, Alexandre Stevens irá conceituar a adolescência como sintoma da puberdade; ou seja, a adolescência será a resposta que o sujeito dará diante de uma nova vida que irrompe no corpo e no mundo (STEVENS, 2004). A delicadeza dessa fase está em um encontro com um impossível e as tentativas do sujeito de se localizar e se nomear aí. A esse impossível - ou seja, o real da puberdade que irrompe no corpo, o surgimento de um corpo novo -, o adolescente poderá dar várias respostas possíveis. Cada maneira de constituir uma resposta pode ser entendida como um sintoma da adolescência, aquilo que lhe permite responder com palavras ou atos, a uma crise, a uma ausência de nome que dê conta do real – ou seja, àquilo que constitui o real como impossível, inapreensível em sua totalidade pelo saber.

O real que surge no corpo, como uma desordem sem nome, é o que o adolescente tentará organizar, nomear, sintomatizar. “A linguagem, o referencial simbólico da infância, não responde ao vazio de significação que se abre” (FERREIRA & CUNHA, 2014, p.82). A busca da verdade sobre si que o adolescente procura, pode ser entendida como a construção de uma verdade, algo que coloca o dito – a fala – sobre o fato – a desordem do real. Podemos entender como tais respostas tentam dar conta de uma “crise da adolescência”, se pensamos a

crise como a falta de um nome, uma certa inoperância do simbólico sobre a desordem do real. Miller (2011) diferencia a ordenação do simbólico da desordenação do real. Afirma que “o real não é uma ordem. Ele é mais um caos que uma ordem. O real é feito de elementos esparsos, dispersos. Contrastando com ele, brilha o esplendor do simbólico” (MILLER, 2011, p.126).

A puberdade será esse real que surge da irrupção de um corpo novo e “o adolescente é convocado a se confrontar com essa emergência pulsional que se impõe a ele, na intimidade de seu corpo” (CUNHA, 2014, p.37). A puberdade, para os humanos, evidencia um não-saber fazer com esse corpo, a falta de um saber sobre a relação sexual. O que nos animais se dá na forma de um instinto, no humano se dá na forma de um desencontro. É a isso que a psicanálise chama de inexistência da relação sexual (STEVENS, 2004).

Para os animais, o instinto é, então, um saber no real que faz com que não haja nenhum problema quanto à relação sexual. No ser humano, esse saber no real não existe; portanto dois humanos, macho e fêmea, não sabem muito bem o que fazer juntos. Eles o sabem pois que o aprendem, mas não o sabem *a priori*. Falta-lhes um saber no real sobre o que complementa os sexos: é isso a não relação sexual (STEVENS, 2004, p.31).

A adolescência é, então, esse tempo de colocar à prova a falta de um saber sobre o real, mesmo que se tente inventar alguns nomes. Para o psicanalista Philippe Lacadée (2011) a adolescência é um tempo lógico em que o sujeito busca uma nova maneira de ser que o liga a um novo lugar, longe do círculo familiar, em outras companhias. O adolescente, percebendo as modificações de seu corpo, coloca em questão os significantes ideais do Outro parental. Diante da estranheza de sua metamorfose, depara-se com algo intraduzível na língua do Outro e se confronta com um impasse, um vazio. Na tentativa de contornar esse vazio, o adolescente passa à dimensão do agir, o que pode permitir a ele “inventar outras cenas, outras comunidades de vida, outros lugares de traduções, e mesmo a correr riscos, pôr sua vida em jogo” (LACADÉE, 2011, p.28).

A questão é saber qual preço o adolescente terá de pagar para ultrapassar essa etapa de riscos, essa etapa decisiva que é, como a psicanálise nos ensina, a do encontro do sujeito com o desejo sexual, a etapa do remanejamento da vida sexual infantil e da escolha do objeto de amor. Como o adolescente lidará com isso? Qual será sua margem de manobra entre os sobressaltos que surgem e a herança de sua infância? Arriscará toda a sua vida ou saberá consentir com o sacrifício de uma parte do gozo que aí se mostra em jogo? (LACADÉE, 2011, p.28).

O adolescente confronta-se, então, com um vazio e sobre isso tentará dar um tratamento, ou seja, tomará uma posição na língua mesmo que, em alguns casos, isso se dê da forma mais incômoda e desrespeitosa com o Outro (LACADÉE, 2011, p.21). Assim, há um trabalho a ser feito durante essa delicada transição e este consiste em identificar seu lugar de sujeito diante do Outro social, destrinchar seu romance familiar e responder ao enigma da sexualidade (GRECO, 2011a).

Percebemos, no entanto, que o surgimento de uma nova lógica que passa a operar no mundo contemporâneo traz consequências também à adolescência. Para Miller (2015), “o adolescente de hoje permanece ‘suspenso em um futuro líquido no sentido de Zygmunt Bauman’” (MILLER, 2015, p.4). Pode-se observar, nesse sentido, uma multiplicação dos elementos que dariam resposta ao vazio de saber da adolescência e, dentro dessa lógica, sendo tais elementos descartáveis e substituíveis, levariam a nomeações igualmente descartáveis e sempre substituíveis, que acabariam por prolongar indefinidamente a adolescência, fazer dela, uma procrastinação.

Por outro lado, nos territórios marginais de que falamos, constatamos algumas diferenças. A adolescência, termo derivado de um verbo no gerúndio, traz consigo a ideia de uma ação em andamento, que requer um tempo para acontecer. Parece, no entanto, que para alguns jovens, não há tempo para adolecer, não há tempo para compreender. É o que observamos em alguns casos em que há a impressão que a adolescência não aconteceu: passou-se da infância à vida adulta por imposição do tempo. A proximidade da morte, como nos mostra a estatística e a realidade desses jovens, parece, mais uma vez ter influência aqui. O efeito disso seria uma adolescência abolida ou colabada. Tal “imiscuição do adulto na criança” (MILLER, 2015) anteciparia, no jovem, as obrigações de uma vida adulta, sem que se tivesse tempo para uma transição mais delicada. O adulto tomaria conta desse corpo infantil e o tratamento que se dá a esse encontro com o real seria então mais precário, com nomeações frágeis, algumas vezes extraídas de uma realidade violenta. Tal é o caso do adolescente que se nomeia “assassino”, “patrão”, como sendo a reposta adulta que dá diante de um mundo em que não vê a possibilidade de viver por muito tempo.

Tais observações, a respeito de um possível encurtamento da adolescência em alguns jovens, são também apresentadas no trabalho “Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas:

uma discussão psicanalítica acerca da adolescência”. Sobre isso, os autores dessa pesquisa afirmam:

Esperamos, dessa maneira, evidenciar nossa hipótese de que, contrariamente à constatação de uma ampliação da adolescência na atualidade, no caso dos jovens com quem realizamos nossas pesquisas, parece haver, antes, um curto-circuito entre infância e vida adulta, quase suprimindo o compasso de espera que a experiência da adolescência instala. Dessa maneira, soluções rápidas e instáveis se realizam no cenário do narcotráfico, compondo a sujeição de seus gozos e corpos a uma ordenação alienante ao Outro do crime (GUERRA et al., 2012a, p.249)

Poderíamos assim, pensar a delinquência, por um lado, como uma resposta adulta, com suas obrigações, deveres e responsabilidades no “mundo do crime” diante de uma adolescência colabada; mas, por outro lado, também podemos pensá-la, como afirma Miller (2015), como a socialização do sintoma na adolescência - a maneira que o sujeito encontra de participar do laço social através de seu sintoma.

Será esse adolescente delinquente, que tem imiscuído na criança, o adulto, que portará em seu ser, o sagrado e o criminoso, ou seja, será o sujeito que irá carregar, ao mesmo tempo, a potência da juventude e o mal que traz a morte - será ele próprio, o tabu.

8.2.1. O adolescente tabu

Tabu é uma palavra ambivalente por comportar em um mesmo termo os conceitos de sagrado e impuro. Freud (1913/2006) descreve as sociedades totêmicas e analisa como elas se organizam em respeito a determinados tabus e como alguns desses acabam se repetindo, de certa forma, em todas as sociedades. Os tabus que ordenam uma comunidade são proibições a serem obedecidas. A transgressão a um tabu implica em um ritual de vingança e punição que tem como finalidade evitar que tal violação se repita (FREUD, 1913/2006).

Freud (1913/2006) afirma que o violador do tabu transforma-se, ele próprio, em tabu. Esse indivíduo transgressor passa a ser considerado como alguém que carrega um poder perigoso que poderia ser transferido pelo contato com a pele, tal como numa infecção. É assim que o indivíduo-tabu, aquele que violou a regra e se transformou em signo de transgressão, passa a encarnar, mais que a ambivalência do termo que define a um só tempo sagrado e impuro; também o demoníaco, aquele que não pode ser tocado (FREUD, 1913/2006).

Há duas proibições básicas relacionadas aos tabus das sociedades, desde as mais primitivas, e que nos foram ilustradas por Freud, no mito de Édipo. Trata-se da proibição do parricídio – e daí derivamos a proibição do homicídio, a ordem de não matar – e da proibição do incesto, - o que nas sociedades primitivas consistia na proibição de ter relações sexuais com membros do mesmo clã totêmico. Essas duas leis básicas, presentes em todas as sociedades, são o que possibilita o surgimento da civilização e a manutenção de certa ordenação nas comunidades humanas (FREUD, 1913/2006). A proibição ao assassinato e a proibição ao incesto são, portanto, as leis garantidoras da existência do pacto e do laço social.

Desde as sociedades primitivas observa-se, então, que a violação de um desses tabus deve ser punida, vingada na pessoa do transgressor, para evitar que o mal se dissemine (FREUD, 1913/2006). Tal é o caráter contagioso e demoníaco do tabu – que se reflete no medo de imitá-lo.

A análise de Freud sobre as sociedades totêmicas e os tabus nos conduzem à reflexão de por que necessitamos de tais leis para a garantia da existência da civilização. Freud lembra que não existe lei que obrigue o homem a beber ou comer, ou o proíba de colocar as mãos no fogo. A lei existe somente quando se é necessário proibir aquilo que se deseja. Aquilo que a “própria natureza proíbe e pune, seria supérfluo para a lei proibir e punir” (FREUD, 1913/2006, p.129)

Por conseguinte, podemos sempre com segurança pressupor que os crimes proibidos pela lei são crimes que muitos homens têm uma propensão natural a cometer. Se não existisse tal propensão, não haveriam tais crimes e se esses crimes não fossem cometidos, que necessidade haveria de proibi-los? Desse modo, em vez de presumir da proibição legal do incesto que existe uma aversão natural a ele, deveríamos antes pressupor haver um instinto natural em seu favor e que se a lei o reprime, como reprime outros instintos naturais, assim o faz porque os homens civilizados chegaram à conclusão de que a satisfação desses instintos naturais é prejudicial aos interesses gerais da sociedade (FRAZER, 1910 apud FREUD, 1913/2006, p.129).

Logo, presume-se que também a proibição de matar se relaciona às fortes tentações dos homens em matar os outros. Depreende-se daí a construção de Miller (2008) ao afirmar não haver nada mais humano que o crime. Afinal, somente sendo humano será possível violar as proibições dessa sociedade. A consciência de culpa surge, nesse contexto, como a percepção

da condenação interna de um ato pelo qual realizamos um determinado desejo (FREUD, 1913/2006, p.80).

As punições às violações de tais proibições estão relacionadas, como afirmamos, à necessidade de interromper a propagação da maldade, tal “infecção” pelo tabu. É nesse momento que a sociedade se vinga e procura, através do castigo, dar vazão ao impulso proibido que nela também está presente. O castigo, um dos fundamentos do sistema penal, proporciona aos executores, a oportunidade de cometer o mesmo ultraje, sob a aparência de uma expiação (FREUD, 1913/2006). Percebemos assim, que o impulso a cometer o ato proibido está presente tanto no criminoso, como na sociedade que dele se vinga. Na atualidade, podemos perceber com clareza esse fenômeno, através dos atos de “justiçamento”, de “fazer justiça com as próprias mãos” – atos que, com certa frequência, os jornais noticiam. Em nosso país, por exemplo, os linchamentos são comuns¹⁵ e refletem o desejo de vingança pela sociedade, no sentido de satisfazer seus impulsos de violar certas leis básicas.

Podemos inferir daí que um adolescente, ao cometer um ato homicida, rompe com um pacto social fundamental e transforma-se ele próprio em tabu. Torna-se o indivíduo demonizado, que não pode ser tocado sob o risco de se espalhar e espelhar o mal. A vingança virá, sob o pretexto de se expiar o mal, mas terá como efeito a identificação do adolescente ao impuro, ou, como nos esclarece um dos casos, ao monstro, aquele que encarna em si o mal social e, por isso, deve ser mantido fora de qualquer possibilidade de laço. Esse adolescente tabu é considerado, pelo corpo social, um risco altíssimo, que deve ser mantido o mais distante possível, por lembrar à sociedade o que ela é capaz de fazer.

Apresentamos em seguida, três casos clínicos que irão nos ajudar a pensar o rompimento desse pacto social fundamental pelo adolescente. O relato do adolescente homicida pode nos ajudar a pensar o que é radicalmente singular e o que podemos apreender como sendo o particular de um grupo e, por fim, o que faz parte do universal dos humanos. Tentaremos, a partir da psicanálise, avançar no entendimento da relação entre o adolescente e o crime e, em última análise, a relação entre o sujeito e o laço social.

¹⁵ Segundo estudo recente, no Brasil se pratica um linchamento por dia, sendo que nos últimos sessenta anos, aproximadamente um milhão de brasileiros participaram de linchamentos (MARTINS, 2015).

9. APRENDIZ

Armei-me contra a justiça.

Fugi. Ó bruxas, ó miséria, ó ódio, meu tesouro foi confiado a vocês!

(Arthur Rimbaud, “Uma Temporada no Inferno”)

À primeira vista são todos muito parecidos. O uso das gírias, bonés, correntes e tatuagens, tênis e roupas coloridas pode passar a impressão de terem mais semelhanças entre si do que com os membros de suas famílias. É preciso fazer resistência ao empuxo classificatório contemporâneo que universalizaria e “*sindromizaria*” o conjunto dos adolescentes moradores das periferias das grandes cidades. Formalizar um conjunto de sinais e sintomas que comporiam uma *síndrome* só teria função de separar o já segregado. Se há um conjunto particular em questão, é o conjunto dos *adolescentes* ao qual pertencem os indivíduos em transição da infância para a vida adulta. É esse processo em andamento que pode indicar o pertencimento ao conjunto, embora outros critérios, como os limites de idade, também possam ser usados para definir a adolescência. Fazer um conjunto pode ter sua utilidade para a saúde pública, a justiça, a educação – em um Estado que funciona através de regulações; ao passo que desconsidera, mesmo que momentaneamente, a dimensão divisível, subjetiva, de cada elemento do conjunto.

Para a academia e para o corpo social seria interessante trabalhar com a ideia de um conjunto que contém o subconjunto dos *adolescentes da periferia* - na medida em que, contidos, resultam em dupla função: atende aos interesses da academia em produzir dados estatísticos exigidos em um mundo sempre mais e mais quantificável. Uma segunda função, de contenção, em resposta à demanda social, de fazer sossegar aquilo que agita nos corpos desses meninos e meninas que estão à procura de seu lugar no mundo.

Se podemos resistir a essa ideia é porque a clínica psicanalítica nos aponta o caminho inverso a essa tentativa de agrupar em um conjunto universal aquilo que é radicalmente singular. É preciso assumir a posição de aprendiz e consentir que o adolescente nos ensine sobre os arranjos que cada um constrói ao tentar tornar essa travessia um pouco menos turbulenta. Em nosso esforço como aprendizes, deparamo-nos com o modo como cada adolescente se apropria do léxico de um conjunto, a maneira de cada um de utilizar da linguagem para tentar dar conta daquilo que se passa consigo. Assim, podemos aprender, a partir da experiência

singular, qual estratégia funcionou e o que não deu certo, o que lhe trouxe problemas e o que lhe apazigua, o que o liga à vida e o que o empurra para a morte.

As instituições de saúde que se propõem a acolher e a atender os adolescentes podem se inserir nesse contexto. Se foi eleito um sintoma específico para nomear a entrada na instituição, é possível que seja criado um subconjunto contido no conjunto dos adolescentes. Assim, os sintomas da toxicomania, anorexia, questões com a sexualidade, isolamento, sintomas psicóticos, podem ser os nomes que regulam a entrada nos serviços e é desejável que os profissionais das instituições estejam atentos aos possíveis efeitos disso. Dessa forma, entendemos que o sintoma deve ser encarado não como uma finalidade para o funcionamento do serviço, mas como um meio para se produzir tratamento. Assim, o sintoma passa a ser um pretexto e não uma sentença.

Esse pretexto, esse texto anterior que o sujeito apresenta, deve ser acolhido mas, pela experiência da transferência, pode ser possível se ter acesso ao texto singular, indicativo do modo como cada adolescente se insere na linguagem. Assim, o encontro de um adolescente com um analista pode representar uma chance de ajudá-lo a editar seu texto, naquilo que esteja causando embaraço. Não é sem sentido, portanto, que um pedido de ajuda surja na forma de uma demanda de “desembolar”: “Quero ‘desembolar’ com você”¹⁶. Há aí uma oportunidade!

Traremos na sequência três casos clínicos de adolescentes com história de terem praticado ao menos um ato homicida. O vínculo transferencial estabelecido pelos adolescentes foi fundamental para o tratamento e não aconteceu em função da pesquisa. Pelo contrário, foi a riqueza dos elementos que surgiram nessa prática que provocaram a ideia de se produzir este trabalho. Desse modo, nossa investigação se dará a partir dos relatos de adolescentes que estiveram em tratamento e foram registrados em prontuário.

Os casos tratam de temas delicados, da vida e da morte, do começo ao fim, do A ao Z. É importante ressaltar que é neste contexto que o analista pode se fazer, como afirma Lacan, ao menos dois: o analista para ter efeitos, e o analista que, em respeito a esses efeitos, os teoriza

¹⁶ “Desembolar na conversa” é uma gíria usada com frequência pelos adolescentes e equivale a resolver um problema por meio do diálogo.

(LACAN, 1974-5). É neste ponto que clínica e pesquisa podem ser conciliadas – sempre com o privilégio da primeira. É aí, entre o A e o Z, que o analista pode se fazer aprendiz.

9.1. CASO 1: A, DE ASSASSINO

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte Severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte
de fome um pouco por dia

(João Cabral de Melo Neto, Morte e vida Severina)

Joker tinha 16 anos quando foi encaminhado a uma instituição de saúde para iniciar um tratamento. Estava internado em um Centro Socioeducativo (CSE) e houve demanda dessa unidade devido à dificuldade em lidar com o adolescente que vinha apresentando constantes rompantes de agitação e heteroagressividade, além de várias tentativas de evasão.

Nessa ocasião estava há três meses internado no CSE e disse que havia ido àquele atendimento “*para ter lazer*”. Seu trabalho era “*vender drogas*”. Estava bastante agitado, mal conseguindo se manter assentado para conversar. Antes da internação vinha fazendo uso abusivo de maconha e cocaína. Contou que ficou cinco dias usando cocaína ininterruptamente e considerou que talvez precisasse mesmo tratar disso (apesar de estar abstinente nesses três meses em que estava na internação). O que demandou de fato naquele primeiro encontro foi uma ajuda para conseguir “*pagar de bonzinho*”¹⁷ e ter seu tempo de internação reduzido.

Tentou explicar sua dificuldade: “*minha cabeça tá a mil, nem tudo posso te contar*”. Planejava sair da internação e ir para outro país, onde morava a mãe. Sobre os atos infracionais disse: “*Meu negócio é matar e roubar. Disso que gosto. Gosto da sensação de matar! É bom demais!*”(…) “*Sou a ovelha negra da família. Só eu que sou do mal. O resto é todo do bem... O capeta atenta*”.

Quando Joker estava com um ano de idade, sua mãe se mudou do Brasil. Foi criado, então, pela avó materna. “*Desde essa época sou encapetado. Eu nem usava drogas e já passava a*

¹⁷ “Pagar de bonzinho”: fazer-se de bonzinho para conseguir benefícios da Justiça.

mão na bunda das meninas, ia pro centro roubar". Falou sobre o pai poucas vezes, somente quando questionado. Disse que ele era alcoólatra, conheceram-se quando Joker tinha dez anos: *"Foi meio sem graça. Ele me abraçou e falou que era meu pai"*. Quando embriagado o pai perguntava se Joker o amava. Aos 13 anos foi morar com a mãe, ocasião em que conheceu a irmã: *"Eu cuidava dela... Era como se fosse minha filha"*. Retornou ao Brasil aos 14 anos, após ter entrado em vários conflitos com o padrasto e se envolvido em gangues. Veio viver com a avó, a quem dizia dever "obediência e respeito".

Com o início do tratamento (incluído aí o tratamento medicamentoso) houve melhora na agitação, passou a se assentar em uma poltrona no fundo da sala: *"Eu sou patrão, tenho que assentar na cadeira de patrão"*. (...) *"Agora já tô de boa, com a cabeça no lugar. Já consigo pagar de bonzinho pra diminuir meu tempo preso"*. Falou sobre sua relação com a criminalidade, não tinha arrependimentos. Ironizou os "crackeiros" dizendo o quanto lucrava com eles. Perguntado sobre a tatuagem com a inscrição *"Deus é fiel"* no antebraço, imediatamente se levantou e mostrou uma arma tatuada na perna. *"E tem esse 'A'"* – tatuado na mão. *"É de 'Adriana'¹⁸ e de 'Assassino'"*. Riu ao falar disso: *"Gosto de ser assassino"*.

Começou a dar aulas da língua que aprendera fora do Brasil para os outros adolescentes na unidade do Centro Socioeducativo, gostando de ir aos atendimentos *"para desembolar"*. Falou sobre seu planejamento para quando saísse da internação: ou voltar a morar com a mãe e trabalhar no outro país ou continuar no tráfico. *"Porque virar trabalhador pra ganhar oitocentos reais, isso eu não faço. Isso eu ganho por dia"*. Estava compondo alguns funks que cantava nos atendimentos. As letras das músicas eram relacionadas a mulheres, drogas, dinheiro, marcas de tênis e motos.

Pedi para trazer um exame que teria acusado hepatite B. Preocupado se isso poderia matar. Em outra ocasião falou sobre a guerra no tráfico, as mortes de vários colegas e que, por isso, algumas vezes pensava em abandonar o crime. *"Quero viver"*.

9.1.1. Joker em ato

¹⁸ Nome fictício da mãe.

Começou a cometer atos infracionais quando a mãe lhe enviou um *videogame* de presente e ele começou a roubar os jogos em um shopping popular.

Depois de algum tempo de tratamento falou sobre o ato que cometera e pelo qual estava de fato “preso”. Estava vendendo drogas e um rapaz, a quem nomeou “*noiado de crack*” o chamou de “*noiado de pó*”. Assassinou esse rapaz com vários tiros. Explica: “*não sou noiado, sou empresário do crime*”. Esse teria sido seu quarto assassinato. “*Já fiz muita mãe chorar*”. (...) “*Vejo esses meninos aqui¹⁹ e lá na prisão e dá dó. Eles não são ninguém. Não ganham dinheiro, não têm família, não são nada. Tenho dó. (...) Eu não. Eu sou grande no tráfico. Sou patrão*”.

9.1.2. Alguns efeitos na posição subjetiva

Passou a se questionar de que estava se tratando porque sabia que não era da droga. Não tinha mais vontade de usar, nem “fissura”. Enfim, não era isso que estava em jogo. Em uma ocasião disse: “*Quero ter a oportunidade de viver até os 25 anos*”. Passou a dizer que não queria mais essa “*vida de crime, quero ser MC²⁰*”. O que estava em jogo era a vida.

Foi marcado um atendimento no dia de seu aniversário de 17 anos. A mãe estava fora, o pai não ia visitá-lo e Joker estava “*na tranca²¹*”. Havia já parado de usar a medicação, disse ter se arrependido: “*por não ter a cabeça que tenho hoje*”. Queria ter uma namorada séria, ter um filho: “*quero deixar alguma coisa no mundo*”. Nesse dia estava bastante incomodado com uma mensagem que a mãe lhe enviou pelo seu aniversário em que ela se culpava por seu destino: “*Mas ela não tem culpa de nada! É a melhor mãe do mundo*”. Criticou as atitudes dos outros internos do centro socioeducativo: “*só sabem falar de tênis, de dinheiro*” (...) “*parece que tão na idade da pedra, tudo tem que ser resolvido na mão. Tem hora que acho que tô num hospício*”.

Lembrou-se de quando iniciou o tratamento: “*Eu tava demais*”. Surpreendeu-se por ter entendido que é possível resolver problemas “desembolando”. Disse: “*Mais vale uma mente*

¹⁹ Referindo-se à instituição onde estava se tratando.

²⁰ MC: Iniciais de “mestre de cerimônias”, utilizado no Brasil para se referir, geralmente, a cantores e compositores de rap, hip-hop e funk. Originalmente o termo se referia àqueles que conduziam uma festa.

²¹ Gíria utilizada para se referir ao acautelamento.

articulada que uma PT²² armada". Mantinha o propósito de virar "MC", queria fazer outro desenho por cima da arma tatuada em sua perna.

Passaram-se sete meses desde o início do tratamento e Joker veio para um último atendimento. Estava visivelmente incomodado, agradeceu o tempo que havia passado no serviço e disse que não seria mais possível retornar porque iria começar um curso. Nesse dia queixou-se de um agente socioeducativo que o levou ao atendimento e estava "na sua cola". "Esse agente me olha do mesmo jeito que a sociedade me olha". Fala de sua percepção de ser impossível levar a vida "no asfalto". "A gente só tem lugar na favela". Estava irritado, decidido a brigar com o agente. "É tudo um jogo. Lá na internação, na sociedade. Até aqui.²³ É tudo um jogo". Ele estava de fato muito incomodado nesse atendimento, foi feita uma intervenção: "Entre no jogo!". Ele riu bastante, disse que era isso mesmo. Apaziguou-se, concordou em continuar o tratamento. Depois do atendimento foi visto pela equipe se desculpando com o agente.

Joker não mais retornou. Evadiu em uma das saídas para o curso que estava fazendo. Deixou algumas mensagens em sua página do *facebook*, uma delas com um trecho de uma música do *Racionais MC's*, intitulada "Jesus chorou": "Não entende o que eu sou, não entende o que eu faço/ Não entende a dor e as lágrimas do palhaço". Sua foto no perfil da rede social era a do Joker, o palhaço coringa. Pouco depois disso fomos informados que Joker morreu após um episódio de *overdose* de cocaína.

9.1.3. Considerações psicanalíticas sobre o caso

Apresentamos aqui algumas pontuações sobre o caso feitas a partir dos atendimentos, de conversas com equipe do Centro Socioeducativo, construção do caso com a equipe da instituição onde se deu o tratamento e supervisão feita pela equipe com a psicanalista Nieves Soria Dafunchio.

No período em que viveu com a mãe neste outro país, Joker se envolveu em vários conflitos com seu padrasto que, segundo ele, "batia na minha mãe, traía ela e me batia também". A mãe, à época em que o adolescente estava acautelado no Centro Socioeducativo, disse: "ele

²² PT é termo usado em referência a pistola, arma de fogo.

²³ Referindo-se à instituição de saúde.

quer ser o homem da minha vida e mandar em mim”. Joker, por outro lado, disse que sua mãe não acreditava quando ele relatava as *“traições que o padrasto fazia”*.

O sujeito se encontrava totalmente fora da dimensão do amor. Ante um pai apagado, encontra no padrasto a figura de um Outro gozador e odioso, que bate e trai. A mãe não lhe dá crédito, não os defende do padrasto. Joker cai do desejo do Outro materno, como filho não desejado. À avó, diz dever respeito, mas não se fala de amor. Há um desamparo fundamental, frente ao qual não toma a posição de um objeto, identificando-se com o resto (o que poderia ser uma saída depressiva), mas, pelo contrário, tomando o centro da cena, fazendo-se notar de modo desafiador e provocativo, rivalizando com o padrasto, sobre quem queria prevalecer, em ato, como o mais violento.

Joker chegou ao Centro Socioeducativo com um diagnóstico feito por médicos estrangeiros. Tal diagnóstico, visto com grande frequência atualmente, é o lugar-comum nosológico para quadros que englobam agitação motora, oscilação de humor, “inadaptabilidade” a regras e problemas escolares: TDAH, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Lá foi medicado e ele definiu de maneira precisa o motivo: *“eu tomava remédio porque eu sou imperativo!”*. Sua dita “imperatividade” nos aponta o que era seu funcionamento psíquico: um excesso de gozo ao qual não conseguia resistir. O gozo desregulado, um imperativo fora da lei do significante, é marcado pelo ressentimento e desprezo. O ódio dirigido ao Outro é o modo pelo qual ele consegue tirar o ódio de si, atacando o corpo do outro. Tendlarz (2013) aponta que na medida em que esse gozo como mal se enlaça ao semelhante nos encontramos com a maldade (TENDLARZ, 2013).

Joker vê a si mesmo como possuído pelo demônio (“encapetado”), desde o final de sua infância, antes mesmo de usar drogas. Essa suposta possessão demoníaca toma a forma de um imperativo, como uma força pulsional proveniente de um lugar obscuro (o Mal), que o invade, ficando ele em posição passiva, parasitado por um gozo maligno.

Descrevia o pai como “alcoólatra”, o que não impedia que se dessem bem. Joker o defendia ferrenhamente diante das queixas da mãe sobre a sua ausência e o fato de ele não pagar a pensão. O adolescente, em uma ocasião em que conversava com a mãe por telefone no Centro Socioeducativo, ameaçou não mais falar com ela, caso fosse à polícia delatar seu pai.

Há um ponto de identificação, de cumplicidade com o pai alcoólatra, que não cumpre com suas responsabilidades: toma o pior do pai para voltar-se contra a mãe que o abandona, localizando seu gozo na transgressão da lei, como ovelha negra. Neste ponto, tanto o pai, quanto o padrasto fazem série: homens que estão à margem da lei. Se ele quer ser homem, deve tomar as credenciais dessas referências, identificações imaginárias ali onde o nome do pai se ausenta.

É interessante o que diz a mãe, que ele queria ser seu homem. Trata-se de uma grande ambição: não se contenta em convocar a mãe do lugar de criança abandonada; quer ser o homem da mãe, realizando assim o gozo proibido em sua dupla vertente: assassino e incestuoso. O “A” que marca em seu corpo nos aponta essa duplicidade.

O uso de drogas – maconha e cocaína – se inicia na adolescência, à época em que fazia pequenos roubos no centro da cidade. Chama atenção o fato de começar a roubar em resposta a um presente enviado por sua mãe. Afirmava que queria ser “*reconhecido e respeitado*” na região onde morava, além de ter “*poder e fama*”. Fazia questão de frisar que não roubava “*por necessidade*”, uma vez que sua família lhe dava “*luxo e coisas de marca*”. Ali onde o sujeito sofre por falta de amor próprio, busca impor o reconhecimento e o respeito à força: poder e fama viriam para superar a ausência de títulos de virilidade transmitidos simbolicamente, transformando-se, ele mesmo, em pai terrível, ainda mais terrível que o próprio pai. Uma maneira distinta da edipiana, de vencer o pai no fantasma.

O tratamento que o sujeito havia conseguido, até então, dar ao gozo foi a invenção e o registro do “A, de assassino” e suas identificações com o crime. Parece haver aí uma tentativa do adolescente em encontrar um lugar no mundo, tendo, como ponto de partida, já uma falta de lugar. Afinal, sua história traz a marca do abandono do desejo do Outro e, Joker toma, do pior, o nome com que se apresenta ao mundo. Quando o outro semelhante suspende a identificação, ao dizer que Joker é “noiado”, a resposta surge como agressão extrema e o crime.

Quando coloca em questão esse nome artificial, percebe que não tem lugar “no asfalto”, queixa-se que as pessoas se afastam dele quando está no centro da cidade. Esse poderia ser um caminho para o tratamento. Encontrar um nome menos mortífero que lhe permitisse ter

um lugar. Esse nome que, por outro lado, não seria um nome do ideal do bem. Afinal, seria preciso circunscrever algo do mal e do proibido que Joker trazia marcado em si.

O caso suscita outras questões, como a relação com a culpa, que aparece na mensagem em que a mãe lhe envia pelo seu aniversário. Também aparece no relato a diferença entre os primeiros atos infracionais (quando começa a roubar em um shopping popular), e a passagem ao ato homicida, desencadeada por uma frase: “Você é noiado de pó”. Os primeiros atos (roubos) parecem se situar na dimensão do *acting out*, na medida em que pode ser observado um endereçamento ao Outro materno. Iremos retomar esses pontos mais à frente, nessa dissertação.

O destino do adolescente, que evade do Centro Socioeducativo e, pouco depois, morre intoxicado por cocaína, nos leva a pensar nos limites de nossa prática e em que ponto a teoria pode nos auxiliar a entender a relação desse sujeito abandonado com a vida e a morte.

9.2. CASO 2: AS PALAVRAS NÃO CABEM NA LINHA

Vim pelo caminho difícil,
a linha que nunca termina,
a linha bate na pedra,
a palavra quebra uma esquina,
mínima linha vazia,
a linha, uma vida inteira,
palavra, palavra minha.

(Paulo Leminski)

Ana tinha 16 anos quando foi levada ao Sistema socioeducativo para internação. Havia sido apreendida por envolvimento com o tráfico de drogas e porte de arma. Um outro ato, no entanto, a incomodava mais: um assassinato na linha de trem. “*Saiu no jornal, você não viu?*”.

9.2.1. O ato

Ana entrou para o tráfico de drogas aos 13 anos, mesma ocasião em que começou a fazer uso de maconha. Segundo contou, fora apreendida várias vezes por roubo, assalto a mão armada, formação de quadrilha. Tinha 15 anos quando cometeu esse assassinato. Havia guardado

trezentas pedras de crack para o “patrão” e, em seguida, uma mulher comprou cocaína com ela. Durante a noite o crack sumiu e logo suspeitaram dessa mulher e suas duas filhas. No outro dia conversou com o patrão e um “gerente” e decidiram que Ana deveria matar a mulher. “*Eu tava muito doida de droga. Se eu não matasse, eles iam me matar*”. Ela, o patrão e o gerente, cada um, matou uma das mulheres. “*Foi na linha de trem, saiu no jornal*”. Depois do crime foi para o interior, onde mora o pai, e ficou um tempo “foragida”.

9.2.2. O começo do tratamento: poucas palavras

Foi apreendida e, pouco tempo depois da internação, encaminhada para iniciar um tratamento devido ao abuso de drogas. Anteriormente estava em uso intenso de maconha e cocaína, mas nessa ocasião já se encontrava há alguns meses sem usar drogas. Nesses primeiros atendimentos chamava a atenção um marcado embotamento afetivo, quase sem mímica facial, a monotonia do tom de voz, além da dificuldade de contato visual.

Fez uma demanda frouxa para se tratar por causa do uso de cocaína que a deixava “*ainda mais nervosa*”. Se havia um certo incômodo pelo envolvimento com o crime era pela participação nesse assassinato. Um outro incômodo ao falar do pai que é policial militar: “*não gosto de policial, eu trafico*”. E uma vontade: queria se alistar no exército. Disse: “*não gosto dessas coisas de enfermagem não. Quero entrar pro exército pra mexer com aquele negócio de guerra*”.

Com o tratamento houve uma importante mudança nesse embotamento afetivo observado inicialmente. Parece ter entendido que pode falar e fala bastante, apesar de manter um certo estranhamento no afeto. A construção a seguir é fruto, portanto, de o que Ana fala nesses anos de atendimento.

9.2.3. A história: as palavras que cabem

A história é fragmentada e vem sendo construída pouco a pouco. Esses fragmentos são confirmados por ela quase sempre com um “*é!*”, ao final de cada uma de suas afirmações.

Chegou certo dia dizendo que estava tentando emprego em uma loja de calçados. Ao falar disso se lembra de uma cena, aos 7 anos. “*Foi quando meu pai abandonou nós*”. Ana tem um

irmão e cinco irmãs. O pai saiu de casa e os deixou com a mãe em uma cidade do interior e passaram muitas dificuldades. Para um desfile de sete de setembro a professora pediu que providenciasse um determinado tipo de calçado. A mãe não conseguiu comprar e ela não participou do desfile. Culpa o pai por isso.

Vieram para a região metropolitana de Belo Horizonte, a mãe trabalhava como empregada doméstica e mantinha a casa com seu salário, além de uma quantia razoável que o pai pagava de pensão. Ana não aceitava o dinheiro do pai, justificando assim sua entrada para o tráfico, aos 13 anos. *“Faltou apoio em casa”*. Diz que o pai gostava mais de seu irmão, por ele ser homem.

O sistema socioeducativo faz demanda à psiquiatria porque Ana vinha ficando “nervosa e agitada” na internação. Ela confirma, diz que vinha tendo “surto”, às vezes batendo a cabeça no chão. No atendimento falou sobre uma amiga que conhecera no sistema socioeducativo e participara de um sequestro a um casal. Disse: *“se fosse eu tinha matado todo mundo, já ia ser presa mesmo...”*

Ainda no início do tratamento passou a apresentar insônia, lembrando-se de um outro ato. Um rapaz tentou abusar dela. *“Eu falei que não gosto de homem e ele insistiu. Ai dei vários tiros nele”*. *“Depois disso minha mente mudou, passei a ter nojo de homem”*. *“Você acha esquisito mulher com mulher?”* Estava namorando uma menina na internação nessa ocasião. Não mais falou do assassinato desse rapaz, poucas vezes retomou o crime na linha de trem, sempre justificando que se não o fizesse seria morta.

Nessa ocasião falava do pai com um discurso de ódio, *“não gosto dele, odeio policial”*. Um policial teria tentado abusar sexualmente dela e foi “salva” pela irmã que chegou na cena e interveio.

Estava há seis meses em tratamento quando participou de uma “rebelião” fazendo grave ameaça de morte a uma agente. Persistia com a ameaça, mesmo durante o atendimento. Passou a ouvir vozes boas e ruins. As ruins mandavam bagunçar e quando muito incomodada com as vozes chutava portas, ficava agitada. Após ajuste na medicação as vozes reduziram e posteriormente sumiram.

Depois disso apaziguou-se, passou a falar de vários relacionamentos com outras adolescentes na internação. As relações eram marcadas pela ambivalência, juras de amor, fazia cortes na pele com as iniciais das namoradas, algumas marcas de mordidas que uma delas lhe deu. Após uma das namoradas ter sido desligada da internação queixou-se que estava muito triste e, por isso, fazendo cortes na perna. *“Tô me automutilando”*. Com essa menina havia planejado se casar e queria ter dois filhos. A namorada seria a mãe. Ela seria o pai, ou mãe... não sabe. Algumas vezes com pensamentos de matar uma dessas meninas com quem se relacionou.

Passou a fazer um curso no corpo de bombeiros e, aproveitando-se de uma saída, evadiu. Foi para a cidade do pai e este a levou a um advogado. Ambos a aconselharam a retornar e se apresentar à justiça. Ficou lá algumas semanas, sem se envolver com o crime. Retornou para a casa da mãe, logo envolvendo-se novamente no tráfico e foi apreendida com grande quantidade de droga. *“Saiu até na televisão”*. Planeja fugir novamente: *“não tô a fim de trabalhar, quero que meu pai me sustente”*. Inventou um outro sobrenome e disse que passaria a usá-lo: *“é nome de branco”*.

Estava estudando para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) porque acreditava que ficaria na internação até os 21 anos e queria dar prejuízo ao Estado. Seu objetivo era passar em uma faculdade particular e o Estado seria obrigado a pagar as mensalidades. Sua dificuldade é a redação, diz que as palavras não cabem na linha, não pode cortá-las para continuar na linha de baixo.

Chegou para um atendimento de chinelo. Disse que havia sido acordada às pressas e não deu tempo de calçar o tênis. *“Não gosto de andar descalça, odeio que fiquem olhando pro meu pé”* – lembra do episódio do sete de setembro em que ficou de fora do desfile por não ter o tênis. Aproveitou uma ocasião em que foi levada a um hospital por um agente socioeducativo para chamar a atenção dos funcionários e pacientes que lá estavam. *“Eu cheguei de algema e falei pra todo mundo que sou filha de polícia. É!”*.

Trouxe então outra cena: era criança e os pais ainda moravam juntos. O pai foi à padaria e uma pessoa o ameaçou com uma arma. Relata toda a calma do pai em sair andando da padaria, ir para casa, tomar o café da manhã, tomar banho, pegar a arma e ir matar essa pessoa

em um bar. Ela estava ao lado de onde aconteceu o fato e o presenciou. *“Sou ruim igual meu pai”*.

A mãe aparece pouco em seus relatos. Diz que a mãe criou os filhos sozinha, sem ajuda, e a ela não quer nenhum mal. Em uma das várias vezes que evadiu da internação, foi para a casa do pai (em outra cidade) e, logo em seguida, para a casa da mãe. Envolveu-se novamente com o tráfico, mas não estava em uso de drogas. *“Aí tive um surto”*. Agrediu a sobrinha de cinco anos com gravidade. Diz não se lembrar do fato, os familiares lhe contaram. No atendimento constrói uma versão: rivalizava com essa sobrinha há um tempo, *“ela é muito folgada”*. *“O pai dela não liga pra ela. Aí ela foi lá pra casa e começou a desrespeitar minha mãe. Endoidei com ela... quase matei ela”*.

Relembra, então, o assassinato na linha do trem: é o que mais a incomoda. Não iria correr o risco de ser morta, afinal o *“patrão”* já havia matado sua própria esposa e não teria por que poupá-la. Diz: *“minha mãe ia sofrer muito se eu tivesse morrido”*. Fala que há quem mate *“por gosto”* e há quem mate *“por medo”*. *“Só tem um jeito de sobreviver na favela: se você tiver medo”*. *“Eu matei foi de medo”*.

9.2.4. Algumas considerações

Ana nos apresenta sua saga na busca pelo pai. A cena ocorrida na infância, em que assiste o pai assassinando uma pessoa ao lado de onde ela jogava futebol, parece marcar que há um caminho para ser visto, que se dá através do crime. Ou seja, haveria um modo de existir no mundo, através da prática do mal. Essa marca ela traz consigo e aparece nas várias vezes em que pergunta se foi vista na televisão, no jornal, em virtude de seus atos.

O pai-policial, figura que representaria duplamente a lei, abandona a família. Ana fica, mais que descalça, sem chão. Não sabe bem por onde caminhar e tentará reencontrar o pai em sua aventura mítica. Ela o procura após cometer o assassinato e após as várias vezes que evade da internação. Também o anuncia nos serviços de saúde, e, por fim, quer atuar para manter-se contida e ser sustentada por um pai-Estado. Sua busca se dá a partir da marca que o pai lhe transmite, identifica-se com o pior dele.

Outro ponto que nos interessa nesse estudo será o momento da adolescência para Ana. Ela se apresenta masculinizada e o encontro com o outro sexo lhe é insuportável. Atira em um rapaz que tentara abusar dela, ato que marca um antes e um depois. Passa a ter nojo de homem e começa a se relacionar somente com mulheres. Esse momento de redefinição da escolha do objeto, que seria próprio da adolescência, não parece fazer sentido para Ana. Afinal, teria que, antes, ter se posicionado quanto à sexualidade. Assim, não sabe dizer se será pai, se será mãe, se é homem ou mulher. Parece estar alienada a uma vontade de gozo, a serviço de um Outro do gozo. Passa a vida tentando buscar esse Outro gozador que a abandona.

A alienação ao Outro traz à tona a questão da responsabilidade. Quando a adolescente fala do crime, justifica-o (quer torná-lo justo), afirmando ter sido cometido em defesa de sua vida. A maneira como conseguiu responder por isso, até então, foi essa: quer salvar sua vida. E o movimento de salvar-se confunde-se com o movimento de manter-se internada. Foram várias atuações, muitas delas às vésperas de conseguir algum benefício que lhe progredisse a sanção. Nesse movimento se faz ser presa, o que durou alguns anos. A não manifestação do sentimento de culpa não nos permite desconsiderá-lo, no entanto, como o motor desse circuito. A culpa estrutural parece ser anterior ao ato. O ato é um chamado à punição que vem realimentar a culpa. Assim, o circuito que parte da culpa, passa pela infração, para garantir a sanção se reatualiza para Ana, indefinidamente. Dessa forma parece ser necessária outra maneira de responder pelo ato, responsabilizar-se, como uma aposta em sair desse circuito mortífero.

Apointa duas saídas para sua vida: ou pelo futebol, ou pelo crime. Fez alguns testes em escolas de futebol, saiu-se bem. Sua outra opção é continuar no tráfico de drogas. Suas duas possibilidades aparecem na cena em que vê o pai matar. Estava no futebol e vê o pai praticar uma infração. Afirma que o pai é culpado por sua entrada no crime, remetendo à cena do desfile de sete de setembro: ele a abandonou e, por isso, ela recorreu ao tráfico²⁴. O mito

²⁴ Parece ser pertinente pensar na aplicação do conceito de "imagem indelével", de Maleval (2009) para esse caso. Para esse autor, a imagem indelével é uma das possibilidades usadas pelo sujeito psicótico para compensar a falta da fantasia fundamental. Seria, portanto, um enquadre do gozo, uma maneira de fazer um anteparo (mesmo que precário) ao Outro gozador. Dessa forma, seria uma espécie de estabilização que poderia permitir que uma psicose não apresente manifestações clínicas na forma de fenômenos elementares. De acordo com o estudo de Maleval, todas as imagens indeléveis possuem alguns pontos em comum, sendo a conotação sexual um dos elementos mais relevantes de tais configurações. Há sempre algo do corpo que a princípio aparece velado e que, posteriormente, acaba se revelando: seja a nudez, o sexo, ou a morte. Há também uma degradação do corpo nessas imagens, principalmente no modo como o sujeito age orientado por elas. Apesar de seu caráter de estabilização, as imagens indeléveis se mostram ineficientes em mascarar a condição de dejetivo. Além disso, o

freudiano de “Totem e tabu” indica que será o assassinato do pai que irá trazer, com a dimensão da culpa, a possibilidade do laço social. Um caminho para esse caso talvez passe por uma solução além do pai; além dessa identificação mortífera.

Há, no entanto, uma outra hipótese acerca desse caso, relacionada à mãe. Fala pouco sobre ela, mas são dignos de nota alguns comentários: quando diz que a mãe iria sofrer muito se ela fosse morta, ou quando afirma que “quase matou” a sobrinha por ter desrespeitado sua mãe. Outra situação que chama atenção é que suas atuações no tráfico sempre se dão quando está na casa da mãe. (Quando está na casa do pai não tem esse envolvimento). Nossa hipótese está em suas dificuldades em se separar do Outro materno. Atua no tráfico, faz-se masculinizada – e aí poderia estar uma relação ambivalente com a mãe, que, segundo Ana, interessa-se apenas por seu irmão. A ambivalência aparece também em seus relacionamentos amorosos com as meninas. Mas, talvez o ponto principal nessa relação possa ser encontrado nos atos mais graves de Ana. Quase mata a sobrinha, um espelho de si, com quem rivaliza – igualmente abandonada pelo pai e que desrespeitou a mãe da adolescente. E, por fim, esse assassinato que tanto a incomoda: mata essa duplicidade mãe-filha. Interrompe, através do assassinato dessas mulheres – mãe e filhas que se drogavam juntas –, a relação mãe-filha que, no seu caso, não foi interdita pelo pai.

Talvez nesse ponto possa ser localizada sua responsabilidade. Se, no início dessa dissertação afirmamos que a língua lhe permitiria dizer “não” à ordem de matar, podemos supor que há aí algo dela. Nesse ponto em que afirma não ter tido escolha entre matar ou não, pode haver um “sim”, uma decisão camuflada em toda essa história mítica.

O tratamento tem alguns efeitos modestos, permite uma mudança afetiva, e possibilita que Ana fale sua história para que possa localizar-se nela. No início do tratamento apresentava-se mortificada, mas o tom monótono da fala deu lugar a ironias, risos, às vezes chegando para o

enquadramento possibilitado por tais imagens inevitavelmente conduzem o indivíduo à uma exclusão social, uma vez que suas existências são bussoladas por modos de agir que invariavelmente assumem características cruas e obscenas (MALEVAL, 2009). No entanto, não estamos seguros de qual seria essa imagem no caso Ana. Seria a imagem do pai, "ruim como ela", matando? Ou uma imagem construída a partir da dupla mãe-filha? De todo modo, preferimos apenas indicar essa possibilidade, sem afirmar sua incidência, considerando a importância teórica da imagem indelével - como elemento de compensação da falta da fantasia fundamental na psicose - na discussão sobre o crime psicótico.

atendimento “bolada”²⁵, dizendo que estava com depressão. Com frequência criticando os cortes de cabelo, as roupas, os calçados, sobretudo dos homens da instituição. Esse estado de mortificação, que se deu após o assassinato, pode ser associado ao que Lacan chamou de “morte do sujeito” (LACAN apud TENDLARZ, 2013). Segundo TENDLARZ, “depois do ato homicida não pode dizer mais nada, nem sair do vazio da significação que produz seu ato” (TENDLARZ, 2013, p.98).

Ana traz alguns esboços de soluções: inventa um outro sobrenome - que não tem um significado específico para ela, a não ser por entender que seja “nome de branco” e poder ser associado a uma carreira no futebol. Foi uma das poucas adolescentes de sua unidade de internação a fazer o Enem. Falou algumas vezes da dificuldade da redação: as palavras não cabem na linha.

Talvez não haja palavras que deem conta do que aconteceu na linha do trem e, nesse sentido devemos considerar a resposta possível que Ana conseguirá construir a respeito de seus atos, de modo que possa ver-se implicada neles. Disso dependerá a continuidade desse renascimento, já que parece ser necessário que construa uma resposta para seu abandono, para que possa novamente ter acesso ao laço social. De outra maneira continuará provocando sua prisão e sua retirada da civilização pela quebra de um pacto fundamental.

9.3. CASO 3: MÍOPE

Foi apenas como se ele tivesse tirado os óculos, e a miopia mesmo é que o fizesse enxergar. Talvez tenha sido a partir de então que pegou um hábito para o resto da vida: cada vez que a confusão aumentava e ele enxergava pouco, tirava os óculos sob o pretexto de limpá-los e, sem óculos, fitava o interlocutor com uma fixidez reverberada de cego.

(Clarice Lispector, Miopia progressiva)

Hórus foi levado para atendimento por demanda do Sistema Socioeducativo. Constava em um relatório a afirmação do juiz de se tratar de um “*monstro*” que deveria ser mantido afastado do convívio social. A solicitação inicial era de uma avaliação psiquiátrica com fins de auxiliar a decisão se o adolescente poderia ou não conviver com os outros na unidade de internação.

²⁵ Gíria que se refere a um incômodo; incomodada.

Está com 17 anos. Durante esse primeiro atendimento estava tranquilo, dizendo ter sido levado por causa de uma gripe. Mas, disse, logo em seguida, que na semana anterior matara um adolescente em uma outra unidade onde estava acautelado.

9.3.1. O ato de Hórus

Conta que foi apreendido pela polícia por roubo a carros. Gostava de roubar carros específicos, com certo padrão de luxo *“porque chama mais atenção”*. Também por esse motivo roubava apenas aparelhos de telefone celular *“da moda”*. Depois que saíam da moda, perdia o valor, e os vendia ou dava. Chegou a participar do tráfico de drogas *“por uns cinco dias”*, mas não gostou da atividade. Explica que *“dá muito trabalho”*.

Fala sobre o lugar onde estava anteriormente e cometeu o assassinato. Era um alojamento para quatro pessoas, onde ficavam de quinze a vinte adolescentes. Estava nesse lugar já há algumas semanas e, em determinado dia, um adolescente chegou *“pagando de bandido²⁶”*, *“querendo mandar”*. Logo se desentenderam e esse adolescente o ameaçou de morte. À noite tiveram outro desentendimento e Hórus o estrangulou. Em seguida, desferiu vários golpes com um objeto pontiagudo. Contou mais de trinta golpes - cena que vinha se lembrando e trazia certo incômodo. *“Foi de uma vez: onde tinha corpo eu ia furando”*. Fala que se *“arrependeu um pouco”*. Não pela morte do adolescente, mas porque imaginava o sofrimento da mãe desse menino. (O relato da justiça é que Hórus arrancou os olhos do adolescente).

Logo depois do ato foi transferido de unidade socioeducativa e lá se encontrava no *“isolado”*. Estava achando bom ficar sem a presença de outros adolescentes. Diz que não gosta muito de conversar, prefere ficar *“no seu canto”*.

Nesse primeiro atendimento falou de seus três graus de miopia e que, por isso, não estava enxergando bem.

9.3.2. Alguns pontos da história

²⁶ Fazendo-se passar por bandido

O adolescente conta que morou em outro estado com a mãe até seus dois anos de idade. Logo em seguida mudou-se para Belo Horizonte, não sabe explicar como. Aqui ficou morando debaixo de um viaduto até os 4 anos, na companhia de uma menina e um homem, a quem nomeia irmã e avô (ele não soube explicar ao certo se eram mesmo parentes ou se se conheceram na rua).

Foi na rua, debaixo do viaduto em que morava, que conheceu José, presidente de uma igreja evangélica e que fazia um trabalho social com população vulnerável. Narra o primeiro encontro: “*Eu olhava fixamente para ele e sentia que ele ia me adotar*”. Pouco tempo depois José o encontrou em um orfanato e, de fato, o adotou. Diz que esse encontro marcou a separação entre a parte ruim (anterior) e a parte boa de sua vida.

Combinamos de ele retornar na semana seguinte e concordou.

Nos atendimentos fala sobre os vários livros que lê - alguns relacionados ao Espiritismo, que o pai lhe dá. Também comenta sobre o cotidiano na unidade de internação, a relação amistosa com os agentes e as visitas “*sem muito assunto*” do pai.

Explica que tem tido um fenômeno que nomeia como “*sonhos lúcidos*”. São sonhos em que percebe que está sonhando e, por isso, consegue manipulá-los. Em um dos últimos sonhos “*o cérebro*” o jogou dentro de um outro sonho, no sítio do pai. O sonho termina aí.

Havia morado os últimos oito meses no sítio do pai, em uma cidade do interior. Mudou-se para lá para ajudar a cuidar da propriedade onde ficava toda a semana sozinho. O pai ia aos finais de semana quando levava comida para o restante dos dias. Conta uma passagem no sítio: o pai guardava há 14 anos uma garrafa de uísque. Em um dia bebeu todo o conteúdo: “*tinha que aparecer eu para estragar tudo!*” – comenta.

Não tem muito assunto com o pai, fica “*sem jeito*” para lhe pedir as coisas que quer. O pai é cabelereiro e faz maquiagem para noivas. Não havia se interessado em aprender esse ofício.

Recentemente contou ao pai sobre os “*sonhos lúcidos*”. Diz que ele lhe explicou como funcionava isso, mas não entendeu: “*Eu só via a boca dele mexendo e o som saindo*”.

A partir de uma conversa com um outro adolescente que desejava fazer uso de hormônio feminino para ter corpo de mulher, Hórus pede para usar um hormônio masculino. Cuida de confirmar se foi entendido que deseja fazer uso do hormônio masculino, para não ter erro. Quer ter “*mais corpo*” e enumera os vários incômodos que tem: magrelo, rosto fino, braço fino, nas costas só tem osso, coxa feia, um osso estufado no peito...

Fala do primeiro roubo, com um colega na escola. Mais que da sensação de roubar, gostou de não ter sido visto. Depois desse roubo passou a ser do mal, diz que antes era do bem.

Chegou para um atendimento trazendo os óculos novos, na mão. Quer mostrá-los, mas diz que não irá usá-los, a não ser quando estiver lendo seus livros. Havia lido um livro espírita naquela semana e se lembrou de uma cena na unidade onde cometera o ato. Via, no banheiro, um menino escuro com “*o olho arregalado*”, olhando para ele. Foram vários episódios (antes do ato homicida).

Fala de um interesse em armas, “*o homem fica mais poderoso*”. “*As meninas gostam de criminoso*”. Pensa em entrar para o exército, mas não quer “*defender a pátria*”: quer ser fotografado com as armas.

Vem fazendo uso de medicação e se sente mais tranquilo. Começa a manifestar vontade de participar de atividades com outros adolescentes.

9.3.3. Conversa com o pai

José, pai adotivo do adolescente conta a história de como se conheceram e diz que o filho “*sempre deu trabalho*”. Quando tentava colocar limites, Hórus atuava, destruía suas tesouras, cortava os dedos das luvas que usava para trabalhar. Diz que o filho passou a produzir armas, ler textos sobre o satanismo. Fabricou uma faca onde escreveu que o diabo o possuía. Nessa primeira conversa, o pai trouxe um vídeo da época em que Hórus morou no sítio, gravado pelo próprio adolescente. Nas imagens, ele aparece ao lado de um bezerro que havia decapitado e arranca uma de suas patas a machadadas - com bastante esforço.

Está angustiado com essa situação, diz que procurou o juiz pedindo intervenção sobre o filho. Acredita que ele não possa viver em sociedade.

9.3.4. Algumas considerações

O mito egípcio de Hórus narra, entre outras histórias, a luta que culmina na perda de um olho do personagem. Em uma das versões da história, o olho arrancado de Hórus vem a ser substituído por um amuleto que lhe confere proteção embora não lhe dê visão total. Podemos extrair daí a ideia da associação entre uma função alterada – a visão – e um ganho – proteção (BULFINCH, 2206; BARTLETT, 2011).

O método de investigação na psicanálise propõe que se extraia do mito, a estrutura. É preciso tentar isolar da experiência subjetiva, das histórias e mitos de uma existência, os pontos de repetição, de impossibilidade e a maneira como se articulam seus operadores mínimos. É possível assim, a partir de um esforço de reflexão, evitar que se entorpeça pelos atos presentes na história mítica, sobretudo no que diz respeito aos atos violentos. A fixação nos atos nos impele a agir, retira o tempo para compreender. A respeito disso Zizek (2014) propõe:

Há razões para mirarmos obliquamente a violência. A premissa subjacente de que parto é a de que há algo intrinsecamente mistificador numa consideração direta: a alta potência do horror diante dos atos violentos e a empatia com as vítimas funcionam inexoravelmente como um engodo que nos impede de pensar (ZIZEK, 2014, p.19).

Nesse sentido, podemos investigar no caso em questão, como se encontra o humano no criminoso; em outras palavras, podemos tentar extrair o que está na estrutura das histórias míticas que recobrem o adolescente, incluindo as histórias que provocam o horror e os nomes que a ele são atribuídos por isso. Segundo Miller (2008), não há nada mais humano que o crime. Ele afirma que “o que parece mais inumano foi reintroduzido no humano por Freud. Nesse sentido, o crime desmascara algo próprio da natureza humana, ainda que seguramente exista em nós a simpatia, a compaixão e a piedade. O humano pode traduzir-se, precisamente, pelo conflito entre essas duas vertentes da Lei e do gozo” (MILLER, 2008, p.3).

Há alguns elementos na singularidade desse caso que merecem destaque. Chama atenção o objeto olhar, que parece trazer uma dupla vertente: é o objeto que faz despertar no sujeito o

mal, “o lado mau”, ao passo que pode encontrar-se aí, também, uma tentativa de solução. O adolescente parece utilizar de sua miopia como anteparo ao olhar ameaçador do Outro. Segundo observação da psicanalista Irene Greiser, em discussão sobre esse caso, é a maneira do sujeito de, diante de um Outro não *barrado*, tratá-lo como um Outro “*borrado*”. A relação com o Outro não passa pela simbolização, retorna no real, na forma de uma alucinação visual: um menino com o olho arregalado para ele. Nesse sentido, a recusa inicial em usar os óculos seria um anteparo a esse Outro gozador.

De sua história podemos considerar como, já de início, apresentou-se como objeto capturado pelo olhar do pai, debaixo do viaduto. O olhar do Outro capta o dejetivo - como ele se apresentava -, tenta oferecer cuidados e o sujeito não consente. Mantém-se em posição de objeto a ser rejeitado, passa a fazer pequenos furtos, estragar as ferramentas de trabalho do pai, entre outros atos. Parece haver aí, em uma construção aparentemente paradoxal, uma tentativa de conservar o amor do Outro, fazendo-se rejeitado. Afinal, foi essa a maneira como fez-se ser visto e cuidado – como resto. Diante do desamparo originário, foi essa a resposta que lhe permitiu tornar-se dependente de um outro semelhante.

Um outro ponto que nos parece importante é a frase dita pelo adolescente, na cena em que bebe o uísque do pai: “*Tinha que aparecer eu para estragar tudo*”. Poderíamos pensar nesse sujeito que se apresenta ao olhar do outro como estragado, despedaçado, resto e em seu gozo de estragar, despedaçar, produzir o resto. Destruir no Outro o mal que há em si. O assassinato, cometido dentro de uma unidade de internação, pode trazer a mensagem mais clara e mais grave desse sujeito. Faz um estrangulamento, processo que se dá face a face, arranca os olhos do semelhante e, através dessa passagem ao ato, tenta eliminar seu kakon, seu mal interior, no Outro.

Um último ponto que trazemos aqui é o do caminho da responsabilização neste tratamento. A psicanálise “supõe um tratamento dirigido a um sujeito de direito a que sempre se considera responsável por seus atos e capaz de tomar uma posição ante eles, independente de sua enfermidade” (TENDLARZ, 2013, p.59). Interessa-nos, portanto, a significação subjetiva do crime, o que possibilita conceber o humano no criminoso. Segundo Lacan, “a psicanálise soluciona um dilema da teoria criminológica: ao irrealizar um crime, ela não desumaniza o criminoso” (LACAN, 1950/1998, p.137). Estamos, no entanto, diante de um ato que consiste no rompimento de um pacto social fundamental, um pacto que permite a existência da

civilização: não matar. E é por isso que a psicanálise aponta outro caminho, que não o da desresponsabilização. A retirada da responsabilidade – seja por questões da legislação dos países, da nomeação como doente, louco, ou monstro, ou seja, alguém que não poderia ou teria o que dizer sobre o que fez – essa desresponsabilização consistiria em negar o único direito do sujeito: a tomada da palavra (MESA & MUÑOZ, 2012, P.203). É a partir da palavra que será possível ao sujeito tomar posição diante do ato e, mesmo que o rechace, possa ver-se implicado nele.

É interessante notar, e esse caso nos ensina com clareza, tal situação em que matar é análogo a fazer-se matar; matar o mal que há em si. Não permitir que o sujeito tome a palavra e se inclua em seu ato, implica em redobrar o abandono original, mantê-lo fora da lei e dos pactos que permitem a existência da civilização. Significa, em última análise, mantê-lo na exclusão, deixá-lo só, às voltas com suas tentativas de se fazer matar.

9.4 TRÊS TRAGÉDIAS MÍTICAS

Trazemos aqui as histórias míticas de adolescentes cujos atos violentos parecem recobrir a engrenagem do funcionamento psíquico. Ao extrairmos do mito, a estrutura, podemos afirmar, a partir das considerações feitas sobre cada caso, que se tratam de três casos de psicose. No primeiro, temos o sujeito parasitado pelo “gozo do mal”, em que as identificações imaginárias se dão diante da não inscrição do nome do pai. Nos dois últimos casos, há presença de fenômenos elementares, entre outros pontos já mencionados que nos remetem à estrutura psicótica.

Para Žižek (2014), a potência do horror pode cegar. As histórias trágicas parecem esconder os pontos invariantes que estão na ordenação dos atos violentos. O mito terá a função de revestir essa estrutura. Isso nos remete a Édipo que ao descobrir ter sido ele o assassino de seu pai e o esposo de sua mãe, enterra os colchetes de ouro nos olhos e diz: “Assim eles²⁷ não mais verão (...) o mal que sofri, nem o que causei; assim as trevas doravante os impedirão de ver aqueles que eu não devia ter visto, e de ignorar aqueles que, apesar de tudo, eu gostaria de ter conhecido!” (SÓFOCLES, 2013). É, nesse sentido, que o mal revelado nas histórias, em sua eficiência para despertar a repulsa, pode nos impedir de ver além do mito.

²⁷ “Eles”: referindo-se aos olhos.

No mito de Sófocles, Édipo não planejara matar o pai ou desposar a mãe. Ele mata um estranho em um ataque de raiva aparentemente imotivado, em um cruzamento de Delfos (SÓFOCLES, 2013). No mito de Joker, ele mata um estranho também em um ataque irracional, cuja elaboração virá *a posteriori*. Joker reproduz o próprio mito de Édipo: encerra no “A”, que tatua em sua mão, o “assassino” e o amor pela mãe, de quem queria ser o homem. Encontra aí a maneira de traduzir que a lei não incidiu para proibir o gozo do homicídio e do incesto, não possui o tíquete que lhe permite participar da civilização. Entendemos, assim, que ao afirmar ser impossível “levar a vida no asfalto”, o adolescente traduz sua mais íntima dificuldade em participar da pactuação social, em “entrar no jogo”.

No segundo caso, Ana nos remete ao mito de Electra. Essa personagem (também criada por Sófocles, autor de Édipo-rei) planeja por anos o assassinato de sua mãe, com quem tem uma relação ambivalente. Idealiza o pai apesar de suas provas de ele ser cruel, egoísta, infiel. O pai de Electra – assim como o pai de Ana – também já havia matado (HALBERSTADT-FREUD, 2006). Segundo Halberstadt-Freud (2006), para Electra, seu pai não poderia ter sido muito mais do que um mito de um pai invisível. Curioso notar que Electra apresenta-se masculinizada e a intensa negação do vínculo amoroso com a mãe poderia indicar a repressão do oposto. Ainda para Halberstadt-Freud (2006), “a bissexualidade pode levar à assexualidade, como demonstra Electra. Sem ser homem ou mulher, consola-se com sua superioridade moral em relação a sua sensata irmã, Chrysothemis, a qual representa a mulher sadia” (HALBERSTADT-FREUD, 2006, p.34). Ana, também sem saber se é homem ou mulher, em sua história mítica mata mãe e filhas, espelho da própria ambivalência da adolescente e sua mãe.

O terceiro caso – Hórus - será o mito de uma parte, quando ainda não há corpo. Nessa história não há pai, nem mãe, e, portanto, nem Electra, nem Édipo. O que existe são pedaços: um braço fino, um osso estufado, um olho míope. Hórus se encontra em uma fase anterior, às voltas com seu corpo despedaçado e com suas partes, em especial o olho e o olhar. Será então, o mito de um adolescente com o corpo fragmentado e que procura descobrir a receita para se fazer um homem. Parte animais em pedaços, fura o corpo do semelhante, arranca os olhos, pergunta pelos hormônios que poderiam lhe dar corpo. Se retiramos o horror das cenas, todo esse trabalho remete a um processo investigativo que visa descobrir como se constrói um corpo.

Todas essas três tragédias acabam por trazer, como consequência, os efeitos da primeira tragédia: o mito de Caim²⁸. Após assassinar seu semelhante, Caim recebe como condenação Divina, viver errante pelo mundo, desvinculado da civilização.

9.4.1 *Acting out* e passagem ao ato

Lacan afirma que “o gesto de Caim não requer grande culpabilidade” (LACAN apud TENDLARZ, 2013). Para a psicanálise, a destruição do outro consiste na manifestação da estrutura fundamental do ser humano e não significa, necessariamente, que tal ato venha a ser criminoso. Trata-se de destruir aquele que representa a alienação imaginária (TENDLARZ, 2013).

Assim, o ato homicida que, a princípio, pode ser pensado como um ato imotivado, nos conduz ao estudo da lógica que o orienta (TENDLARZ, 2013). Dessa maneira, podemos pensar em duas vertentes do ato: o *acting out* e a passagem ao ato. Tanto em um como em outro caso “podemos encontrar uma estrutura significativa que permite ‘interpretar’ o sujeito em relação ao ato” (TENDLARZ, 2013, p.12).

No *acting out* o ato pode ser incluído em uma trama discursiva e, desse modo, encontra-se, na montagem do cenário em que se dá o ato, um lugar simbólico do outro. “Este cenário é a palavra, e o sujeito atua nesse cenário sob o olhar do Outro” (FARAH, 2012, *on line*). Dentro de um dispositivo analítico, um *acting out* é um chamado à interpretação. Também chamado no Brasil de “atuação” (ROUDINESCO, 1998), para Lacan, o *acting out* seria a criação e a sustentação da própria cena, em um nível de demonstração que implica uma intencionalidade, mesmo que inconsciente (LACAN, 1962-63).

Podemos pensar os primeiros atos do adolescente Joker em que, após a mãe lhe enviar do exterior um aparelho de *video game*, começa a praticar furtos de jogos no centro da cidade. Parece haver uma mensagem direcionada ao Outro materno cuja interpretação poderia ser algo do tipo: “o que você me dá não é suficiente, não é o que eu preciso. Por isso eu furto, coloco em prática o mal que há em mim”. É por haver a possibilidade de interpretação, como

²⁸ (Gênesis 4:11-12) “Agora serás amaldiçoado pela própria terra que engoliu o sangue de teu irmão, derramado por ti. Quando cultivares o solo, negar-te-á o sustento e virás a ser um fugitivo, errante sobre a terra.”

essa que propusemos para efeito de exemplificação, que Lacan (1962-63) aproxima o *acting out* do sintoma. Essa atuação demonstra um desejo desconhecido pelo sujeito. “O *acting out* é um sintoma. O sintoma também se mostra como outro. Prova disso é que deve ser interpretado (LACAN, 1962-63, p.139).

Já a passagem ao ato, segundo Miller (2014), “desvela a estrutura fundamental do ato” (MILLER, 2014, p.2). Ele se inscreve sob a forma da urgência e, em ato, abandonam-se os equívocos do pensamento, da fala e da linguagem (MILLER, 2014).

Na passagem ao ato, pelo contrário, não há mais espectador. Há o desaparecimento dessa cena e digamos que o sujeito está eventualmente morto. É ele, morto, quem olha os outros e lhes dirige sua questão, e lhes faz sentir o porquê de seu olhar (MILLER, 2014, p.7).

Na passagem ao ato há uma descontinuidade, uma ruptura da cadeia de motivos. Será nesse sentido que a psiquiatria irá considerá-lo como “imotivado”. Dessa forma, o que se constrói sobre uma passagem ao ato, surge *a posteriori* (TENDLARZ, 2013). Quando é possível fazer essa reconstrução podem ser identificadas palavras ou frases que desencadeiam o ato. Pode ser observada, também, uma mudança na posição subjetiva: após a passagem ao ato, o sujeito já não será o mesmo.

O ato homicida de Joker pode ser, assim, considerado uma passagem ao ato desencadeada por uma frase: “*Você é noiado de pó*”. A construção sobre o ato surge depois, durante os atendimentos. Joker diz como essa frase lhe traz incômodo ao fazer vacilar suas precárias nomeações como “assassino”, “patrão”, “empresário do crime” – o que lhe daria um lugar diferente dos outros a quem nomeava “*noiados de crack*”.

No caso da adolescente Ana, parece haver, a princípio, um certo planejamento para a execução do ato. No entanto, não há elementos que nos façam pensar em um chamado à interpretação. Também pouco se produz *a posteriori* sobre o ato. E, talvez seja a dificuldade dessa construção, a impossibilidade de colocar palavras na linha – no ocorrido na linha de trem – que faça com que a passagem ao ato venha a fazer série. Será depois disso que agredirá a sobrinha e reconhece que “quase a matou”. Esse último ato trará as características mais claras da passagem ao ato, quais sejam: a urgência, a peremptoriedade, o caráter imotivado e a construção após o ato. Afinal, será depois dessa agressão que ela concordará que sua

rivalidade com a sobrinha tem alguma coisa a ver com as semelhanças que carregam entre si, sobretudo em relação a um pai que abandona. Chama atenção, também no caso de Ana, outras formas de passagem ao ato que aparecem como autopunição. Ela bate a cabeça no chão, faz cortes na perna. Diz: “tô me automutilando”.

Finalmente, o ato de Hórus. Nele se observa a tentativa de eliminar o mal que há em si no outro semelhante. O sujeito apresenta um delírio de estar possuído pelo diabo, frase que escreve no cabo de uma faca. Esse mal interior é o que Guiraud nomeou Kakon (MESA & MUÑOZ, 2012) e será ele o objeto que se tenta eliminar no ato homicida (SALUM, 2008). Em referência aos crimes imotivados descritos por Guiraud, Lacan (1946-1998) apresenta os diferentes modos de passagem ao ato na psicose. Uma das formas do ato presentes nos casos de crimes imotivados, ou crimes de kakon, se dariam pela extração do objeto (SALUM, 2009). Nele, haveria a extração do objeto do gozo por meio da retirada de uma parte real do corpo do outro (TENDLARZ, 2013). Tal parece ser o caso do adolescente Hórus que, invadido pelo olhar do Outro, busca extrair o objeto no corpo do outro semelhante. Será no espelho do outro que irá arrancar o objeto de gozo.

Percebemos, a partir dos casos, como a passagem ao ato consiste em impulsionar o adolescente do instante de ver até o momento de concluir. Há aí um curto-circuito no tempo de compreender²⁹ (TENDLARZ, 2013). Somada às questões que trazemos aqui, há que se considerar também a adolescência no mundo contemporâneo como o momento em que a dimensão do agir ultrapassa a dimensão do sentido (LACADÉE, 2011). Dessa forma, os jovens se colocam em risco diante das dificuldades que encontram frente a solicitações simbólicas. Para Lacadée:

Aplicado aos jovens, o termo condutas de risco designa comportamentos cujo traço comum é a exposição a uma probabilidade considerável de se machucar ou de morrer; de prejudicar o futuro pessoal ou pôr a saúde em perigo. (...) Algumas dessas condutas assumem a forma de um modo de vida; outras se tornam uma passagem ao ato (LACADÉE, 2011, p.56).

O que os casos nos ensinam é que esse jogo que coloca sempre a morte em questão pode representar, paradoxalmente, uma tentativa de existir. Para Lacadée, as condutas em que o adolescente se coloca em perigo “constituem numa maneira de se assegurar o valor da

²⁹ Lacan, a partir de um problema de lógica, traz uma reflexão sobre o tempo, em que este apresenta três partes constitutivas: o instante de olhar, o tempo de compreender e o momento de concluir (LACAN, 1945/1998). Esse raciocínio passou a ser aplicado ao tempo da sessão analítica.

existência, de afastar para bem longe o medo de sua inconsistência e da própria insignificância – tentativas de existir mais do que de morrer” (LACADÉE, 2011, p.57). É o que observamos a partir de nossas hipóteses a respeito de Joker tentar existir pela nomeação de assassino, patrão; ou dos impasses de Ana em se separar do Outro materno; ou ainda, da maneira de Hórus se fazer ser visto como resto. A precariedade das tentativas fica evidente no destino dos jovens: Joker morre após um episódio de overdose, Ana provoca seu encarceramento continuamente e Hórus está nas mãos da justiça que o classifica como monstro e, com isso, pretende mantê-lo fora do convívio social.

10. O CRIME E O CRIMINOSO

De fato, o processo contra Grenouille transcorreu com extrema rapidez, já que não só as provas eram esmagadoras, como o próprio réu, ao ser ouvido, reconheceu sem delongas os crimes de que era acusado.

Perguntado quanto aos seus motivos, não soube dar nenhuma resposta satisfatória. Sempre repetia apenas que precisara das moças e, por isso, as liquidara.

(Patrick Süskind, O perfume: a história de um assassino)

Em “Totem e Tabu” (1913/2006), Freud descreve o festival ateniense da Bufônia, em que um boi era morto e, após esse sacrifício, instituía-se um processo regular para julgamento, inclusive com a convocação de testemunhas. Ao final, os participantes do festival concordavam que a responsabilidade pelo crime devia ser atribuída à faca e esta era jogada ao mar (FREUD, 1913/2006, p.141). Essa descrição mostra de maneira caricatural como as relações entre o crime, o autor e a responsabilização podem se dar de maneira embaraçada, com desfechos que remetem ao cômico³⁰. Vemos, no entanto, que o estudo do crime e do sujeito que o comete revela que se trata de um tema complexo em que sujeito, lei e civilização estão imbricados. Dessa maneira, entendemos que a respeito do ato homicida não pode haver explicação unilateral, sob o risco de cairmos em um reducionismo sociológico, psicológico ou jurídico.

Neste trabalho partimos de considerações a respeito das novas configurações do mundo contemporâneo, das crescentes manifestações de violência, bem como das relações sociais dentro de uma parcela excluída da população; elementos que provavelmente estarão em jogo nas situações de assassinatos cometidos por adolescentes. No entanto, o estudo psicanalítico nos aponta que a explicação sociológica pode contribuir para desresponsabilizar o sujeito, ao considerá-lo vítima de uma lógica social. É nesse sentido que a culpa pode cair sobre o Estado e, diante de um assassinato, a resposta a ser dada tornar-se unicamente um chamado ao restabelecimento de direitos.

A Psicanálise compartilha algumas noções com o Direito (por exemplo, culpa e responsabilidade), mas as conceitua de maneira diferente levando-se em conta que o Direito não irá considerar o inconsciente e a pulsão como estruturantes do humano. Para a psicanálise, o sujeito do inconsciente é estruturalmente culpável, o que torna necessário haver

³⁰ Foucault comenta, a respeito destes discursos cotidianos de verdade que matam e que fazem rir, afirmando que estão presentes no próprio âmago da nossa instituição judiciária (FOUCAULT, 2010).

alguma resposta que parta dele. Ademais, como afirmamos anteriormente, a respeito das relações entre a linguagem e o discurso, diante da possibilidade de um ato homicida, é sempre possível ao adolescente a escolha por dizer “não”.

Partimos de uma escolha metodológica, quanto ao estudo psicanalítico de cada caso, como o que permite demonstrar que há algo de radicalmente singular em cada situação e que as generalizações que a pesquisa científica requer nem sempre são possíveis. Esse método deixa claro que não há regra geral que vá explicar o ato homicida, bem como não se pode prever genericamente os efeitos que tal ato terá sobre o sujeito. Também será impossível generalizar os efeitos que a sanção sobre o ato terá sobre o assassino. A psicanálise, em suas considerações sobre a criminologia, nos aponta que o estudo do caso a caso é a única via que nos permite aproximar de uma explicação do fenômeno do ato homicida.

A psiquiatria, por sua vez, sobretudo a psiquiatria clássica, desde o século XIX passa a estudar o fenômeno do homicídio. Traremos aqui, sob uma perspectiva histórica, algumas contribuições da psiquiatria que podem nos ajudar, em alguns aspectos, a pensar a clínica atual. Abordaremos os principais marcos na evolução histórica dos conceitos na clínica psiquiátrica, desde os autores clássicos até as classificações contemporâneas. Além de recolher alguns elementos das descrições clínicas da psiquiatria clássica, essa retomada nos permite pensar criticamente as classificações atuais, na medida em que excluem a dimensão subjetiva de seus critérios diagnósticos. Após esse breve percurso em um recorte histórico da psiquiatria, retomaremos o estudo a partir da perspectiva psicanalítica em suas elaborações atuais sobre o tema da passagem ao ato homicida na adolescência.

10.1. Psiquiatria e criminologia

Segundo Foucault, no século XIX a psiquiatria passa de uma disciplina do delírio para uma psiquiatria do instinto e, com isso, começa a se ocupar das patologias do ato, e, por conseguinte, do criminoso (FOUCAULT, 2010). Será essa noção de instinto que permitirá à psiquiatria avançar suas fronteiras para além da loucura. Na primeira metade do século XIX, Prichard será o primeiro a descrever as loucuras sem delírio, ou loucura moral (FOUCAULT, 2010). A criminologia começa a se tornar objeto de interesse médico e surge como disciplina com a ideia de haver uma especificidade do homem criminoso. A partir disso, tentará relacionar certas atitudes e funções do indivíduo a partes do cérebro (ou à conformação

craniofacial) (EY, s.d.). Foi Cesare Lombroso quem defendeu a existência na espécie humana, de uma raça de criminosos. Os diferentes conjuntos de características físicas levariam à definição se haveria uma predisposição à violação, ao homicídio ou ao roubo. Para Lombroso, seria uma característica atávica - o que chamaríamos atualmente de genética - que definiria o “criminoso nato”. No entanto, no Congresso de Paris em 1899, a escola francesa (Morel, Magnan, Feré) contestou essa hipótese, lançando a ideia de uma “degenerescência mental” que levaria a pensar em uma condição menos específica e mais multifatorial (EY, s.d.). Morel traz a ideia de uma degenerescência que se inicia na infância em que o indivíduo não teria faculdades morais para impedi-lo de cometer um assassinato (BERCHERIE, 1989).

...encontravam-se, desde a mais tenra idade, os sinais da inércia intelectual (“eles aprendem com dificuldade e esquecem rapidamente”) e a depravação das tendências morais. “Suas tendências inatas para o mal fizeram designá-los, do ponto de vista médico-legal, pelo nome de maníacos instintivos. O incêndio, o roubo, a vagabundagem e as propensões precoces para toda sorte de desregramentos formam o triste balanço de sua existência moral, e esses infelizes... povoam em grandes proporções as instituições penitenciárias para a primeira infância e os presídios” (BERCHERIE, 1989, p.116).

Observamos, nesse princípio da história, uma mudança epistêmica na psiquiatria, que passa a se interessar pelos atos e pela infância. Baillarger irá marcar essa mudança ao propor que o que caracteriza o louco é uma espécie de sonho. Para ele, esse sonho seria um estado no qual o indivíduo não é dono de sua vontade, é atravessado por processos involuntários (FOUCAULT, 2010). Segundo Foucault (2010), Baillarger irá fundar a segunda psiquiatria, essa que se interessa pelos atos e automatismos.

É o momento – esses anos 1845-1847 – em que os psiquiatras tomam o lugar dos alienistas. Esquirol é o último dos alienistas, porque é o último a formular a questão da loucura, isto é, da relação com a verdade. Baillarger é o primeiro psiquiatra da França (na Alemanha é Griesinger, mais ou menos na mesma época), porque é ele o primeiro a levantar a questão do voluntário e do involuntário, do instintivo e do automático, no âmago dos processos da doença mental (FOUCAULT, 2010, p.135).

No início do século XX, em uma das últimas edições do “Tratado”, Kraepelin lança a expressão “Personalidades psicopáticas” como uma categoria de seu sistema de classificação nosológica (BERCHERIE, 1989). Aí terá início, na psiquiatria, o conceito dos atuais “Transtornos de personalidade” (MESA & MUÑOZ, 2012). Kurt Schneider retoma o uso dessa expressão e propõe dez tipos de psicopatia. Destacaremos aqui três desses tipos: a “**psicopatia dos desalmados**”, marcada por embotamento afetivo, indivíduos carentes de

compaixão e vergonha. São grosseiros, frios - e Kraepelin os nomeia “inimigos da sociedade”. Os “desalmados” conhecem as leis, as entendem, mas não se subordinam a elas porque não as sentem. Seria uma condição de apresentação precoce, desde a infância. No segundo tipo, os “**psicopatas explosivos**”, estariam os indivíduos que não contém o afeto e o autodomínio mesmo diante de motivos insignificantes. Aí seriam incluídos os crimes por acessos de cólera. Um terceiro tipo, entre os dez tipos de psicopatia para Kurt Schneider, seriam os “**Psicopatas abúlicos**”, marcados por influenciabilidade excessiva, sugestionáveis, falta de vontade. São indivíduos que absorvem a vontade de um outro. Um exemplo seriam alguns casos de crimes cometidos na guerra³¹ (MESA & MUÑOZ, 2012).

Entre outros teóricos, há um psiquiatra francês dos anos cinquenta, Léon Michaux, que escreveu um livro chamado “A criança perversa” e que irá dividir a classificação em “Perversões constitucionais”; “Perversões adquiridas: infecciosas, pré-demenciais e episódicas”; “Perversões reacionais e condicionais”. O que nos interessa nessa obra é notar como Michaux se preocupa com a resposta que será dada diante do primeiro ato criminoso. Segundo afirma, se não há intervenção adequada, pode-se criar uma “tradição de malignidade” (MESA & MUÑOZ, 2012). Com ele concorda Leo Kanner, psiquiatra norte-americano:

Os sentimentos de culpa, gerados pelo primeiro delito e pela hostilidade que o moveu, e que no procedimento corrente das audiências permanecem sem manifestar-se nem redimir-se, empuxam cada vez mais a criança à convicção da maldade inaceitável e a uma reação agressiva, contínua e habitual (MESA & MUÑOZ, 2012, pp.89-90, tradução nossa³²).

Ainda entre os teóricos da psiquiatria clássica, Jaspers realiza um estudo psicopatológico de vinte casos de homicídio e define os três tipos predominantes nas ações homicidas: a debilidade mental, a menos-valia ética ou moral e a nostalgia. Essa última definição, a

³¹ De acordo com essa classificação, poderíamos considerar o adolescente Hórus um representante do primeiro tipo – a psicopatida dos desalmados –, na medida em que parece não “sentir a lei” desde a infância, demonstra certa frieza e é considerado pela justiça incapaz para o convívio social. Joker poderia ser um “psicopata explosivo”, aquele que mata em um acesso de cólera diante de uma frase dita. No terceiro tipo, o psicopata abúlico, Ana seria uma representante, já que comete o crime aparentemente sob influência do “patrão”. Trazemos essas aproximações no intuito de exemplificar a classificação proposta por Schneider, mas nosso estudo conduz a outra maneira de analisar cada caso, o que nos distancia dessas categorias e do conceito de psicopatia.

³² Texto original: *Los sentimientos de culpa generados por el primer delito y por la hostilidad que lo movió, y que en el procedimiento corriente de los estrados quedan sin manifestarse ni redimirse, empujan cada vez más al niño a la convicción de la maldad inaceptable y a una reacción agresiva, continuada y habitual* (MESA & MUÑOZ, 2012, pp.89-90)

nostalgia, será a noção principal desse seu trabalho. Para Jaspers, se a limitação das faculdades intelectuais e morais da criança cumprem um papel potencializador do ato homicida, essa nostalgia, uma espécie de melancolia, será o produto da perda de referências familiares, da pertinência a um lugar, ou seja, daquilo que se chama sujeição (MESA & MUÑOZ, 2012). Interessante retomar esse conceito trazido por Jaspers, que está na contramão da psiquiatria forense de sua época, mas que nos possibilita aproximar a uma noção própria da adolescência que desenvolvemos anteriormente nesse trabalho. Afinal, sendo a adolescência esse período de desligamento das referências familiares, do pertencimento a um lugar; e uma busca de um novo nome e lugar no mundo, percebemos como há um certo efeito de “melancolização”, nostalgia, nessa fase da vida, - o que poderia contribuir, como afirmou Jaspers, para atos criminosos.

Não é objetivo nesse trabalho um enquadramento classificatório, mas é interessante notar, a partir dos três tipos predominantes de autores de atos homicidas que Jaspers nos apresenta, como poderíamos localizar os três casos que apresentamos anteriormente. O jovem Hórus, com um quadro de uma psicose desencadeada, estaria no campo definido por Jaspers como a debilidade mental; a adolescente Ana, em sua identificação de “ser ruim como o pai”, poderia ser um exemplo do tipo da menos-valia ética e moral, e, por último, Joker, em sua falta de referências parentais, e nos efeitos que isso lhe trouxe, estaria para essa nostalgia que Jaspers descreve. São tentativas de aproximação ao estudo feito no passado por esse importante teórico da psicopatologia e da psiquiatria, mas tais comparações mais ilustram que definem, na medida em que o enquadramento em uma classificação é o movimento inverso do método que propomos nesse trabalho. Afinal, não procuramos aqui encaixar o caso estudado em uma classificação pronta, mas, ao contrário, nossa intenção é extrair do caso singular, único, ou seja, daquele que não faz parte de um conjunto, algumas indicações de um modo de funcionamento particular. Poderíamos assim pensar no particular dos adolescentes, ou o particular da psicose – entendendo o particular como a parte do universal (GARCIA, 2012). E será justamente nesse ponto que, ao retomarmos a psiquiatria, iremos nos afastar dela, na medida em que as classificações atuais não levam em conta a singularidade em cada caso.

Dessa forma, não pretendemos aqui fazer uma revisão mais extensa sobre os teóricos da psiquiatria que contribuíram para o estudo da criminalidade, mas o objetivo é retomar a história. Assim, conseguimos perceber a passagem da medicina dos alienistas à psiquiatria que se interessa pelos atos e automatismos, bem como as classificações que surgem a partir de

então. Tais descrições da psiquiatria clássica permitem localizar os atos homicidas dentro de alguns tipos: uma **constituição de caráter**, que estaria relacionada à falta de afeto e sentimentos diante dos outros e, portanto, na falta de remorso; uma **tendência ao crime** que inclui os explosivos, reivindicativos e os que agem por imitação (abúlicos); o **desencadeamento da psicose** como possibilidade de provocar uma passagem ao ato homicida; e, por último, **o ambiente**, que inclui as situações familiares, o meio hostil em que vive o jovem (MESA & MUÑOZ, 2012).

Das classificações atuais da psiquiatria, não há um transtorno que inclua a criminalidade, mas alguns transtornos que poderiam predispor à incapacidade de adequação às normas sociais. Merece destaque, o transtorno de personalidade antissocial, classificado na Décima Edição da Classificação Internacional de Doenças, a CID 10, como “Transtorno da personalidade dissocial”. Como afirmamos acima, esse transtorno da personalidade surge a partir das classificações de Kraepelin e sua forma atual consiste no agrupamento de critérios, tais como a incapacidade de adequação às normas sociais, impulsividade, desrespeito, irresponsabilidade e ausência de remorso³³. O quadro clínico geralmente tem início na adolescência, antes dos 15 anos e inclui, nessa classificação, o que é conhecido também por psicopatia ou sociopatia (APA, 2014; SADOCK, 2007; OMS, 1987).

Percorremos até aqui o caminho da psiquiatria clássica à psiquiatria contemporânea, bem como observamos a generalização presente nas classificações atuais. Sob esse ponto de vista, o estabelecimento de critérios diagnósticos para um transtorno mental levará, em sequência, à proposta de um tratamento e prognóstico, dentro de protocolos mais ou menos específicos.

³³ A 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Associação Psiquiátrica Americana) define o Transtorno da Personalidade Antissocial (correspondente ao Transtorno da Personalidade Dissocial da CID-10) a partir dos seguintes critérios diagnósticos: (A) Um padrão difuso de desconsideração e violação dos direitos das outras pessoas que ocorre desde os 15 anos de idade, conforme indicado por três (ou mais) dos seguintes: (1) **Fracasso em ajustar-se às normas sociais** relativas a comportamentos legais, conforme indicado pela repetição de atos que constituem motivos de detenção. (2) Tendência à falsidade, conforme indicado por mentiras repetidas, uso de nomes falsos ou de trapaça para ganho ou prazer pessoal. (3) Impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro. (4) **Irritabilidade e agressividade**, conforme indicado por repetidas lutas corporais ou agressões físicas. (5) Descaso pela segurança de si ou de outros. (6) **Irresponsabilidade** reiterada, conforme indicado por falha repetida em manter uma conduta consistente no trabalho ou honrar obrigações financeiras. (7) **Ausência de remorso**, conforme indicado pela indiferença ou racionalização em relação a ter ferido, maltratado ou roubado outras pessoas. (B) O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade. (C) Há evidências de transtorno da conduta com **surgimento anterior aos 15 anos de idade**. (D) A ocorrência de comportamento antissocial não se dá exclusivamente durante o curso de esquizofrenia ou transtorno bipolar. (APA, 2014, grifos nossos).

Interessa-nos, porém, nesse trabalho, o estudo das particularidades e singularidades que cada caso nos apresenta, para, a partir daí, pensarmos em outras respostas a serem dadas diante de um adolescente que cometeu um assassinato. É o que tentaremos avançar em seguida.

10.2. Psicanálise e criminologia

O objeto da criminologia no campo do Direito está relacionado à busca de uma verdade que se desdobra em duas faces: a verdade do crime e a verdade do criminoso (LACAN, 1950/1998). Há uma outra relação com a verdade, que abordamos nas considerações sobre o método neste trabalho, e que consiste na verdade que se produz como efeito de revelação.

Ninguém sabe disso melhor que o psicanalista, que, no entendimento do que lhe confia seu sujeito assim como no manejo dos comportamentos condicionados pela técnica, age por uma revelação cuja verdade condiciona a eficácia (LACAN, 1950/1998, p.127).

Para Lacan, nem o crime, nem o criminoso são objetos que se possam conceber fora de sua consciência sociológica. Nesse sentido, é preciso levar em conta a existência de uma nova ordem no mundo marcada pelo “declínio da figura paterna, que conduziu e produziu a desconstrução dos ideais, que funcionavam temperando a agressividade e tensão próprias da civilização” (TENDLARZ, 2013, p.3). Observamos, portanto, um déficit na função simbólica que serviria para regular o acesso violento ao outro semelhante e sua destruição. Nesses tempos, marcados pela violência, parece que os meios que restam a alguns jovens para a resolução de conflitos se dão pela eliminação do adversário (MESA & MUÑOZ, 2012).

A sociedade, por sua vez, tenta resolver a relação do crime com a lei, através do castigo, cuja realização, segundo Lacan, exige um assentimento subjetivo, ou seja, uma subjetivação da punição é necessária para que ela possa ter alguma significação (LACAN, 1950/1998). Torna-se fundamental, portanto, perguntar pelas lógicas subjetivas, os modos de organização subjetiva de cada adolescente que descumpriu a proibição essencial da cultura: não matar. É por isso que utilizamos de uma premissa da investigação psicanalítica, que consiste em considerar cada caso em sua singularidade. Será esse o caminho que permitirá, ao mesmo tempo que se produza conhecimentos para uma pesquisa, que também se possa atribuir ao sujeito a responsabilidade pela dimensão ética de suas ações.

Estamos, portanto, em uma perspectiva da clínica psicanalítica que irá considerar todo sujeito responsável por seus atos. Há nesse ponto, outra questão em jogo, que difere do campo do Direito, que se trata da temporalidade. Diante de sujeitos jovens, saímos de uma consideração do tempo cronológico do Direito - aquele que define a responsabilidade levando em conta a idade do indivíduo -, e passamos a considerar um outro tempo: o tempo lógico da constituição do sujeito. O adolescente, portanto, não é definido aqui como o sujeito pertencente a uma faixa etária específica, mas sim, cada adolescente dentro dessa delicada transição que, para cada um, se dará de uma maneira. “A psicanálise tem descoberto que a constituição do sujeito não se move na diacronia do tempo cronológico, já que é efeito de estrutura e seu ordenamento se opera em tempos lógicos” (MESA & MUÑOZ, 2012). Trata-se de uma questão importante, já que na prática com adolescentes, frequentemente é necessário fazer articulações entre o campo da clínica e o campo do direito e, considerações diferentes sobre tal temporalidade, podem suscitar algum impasse.

Um outro ponto que marca a diferença da perspectiva da psicanálise em relação aos outros campos, diz respeito às carências existentes no meio em que se desenvolve o indivíduo. Ora, o abandono, a pobreza, as questões na transmissão do amor são fatores comuns a muitos casos de adolescentes homicidas, mas não significa que todo adolescente que se encontre nessa situação venha a se tornar assassino. Ou seja, as marcas da violência no mundo não são, necessariamente determinantes da vida do sujeito. Afastamos, assim, da afirmação de que o jovem é produto da sociedade (WAISELFISZ, 2014), de modo que interessa mais à psicanálise a maneira como cada adolescente subjetivou aquilo que pode haver de miséria em seu mundo. Desse modo, o estudo mais aprofundado dos casos clínicos nos mostra essa relação singular do sujeito com o laço social. O adolescente Joker, por exemplo, ao afirmar que não possui “lugar no asfalto”, mais que indicar as questões referentes aos sistemas de exclusão social, nos indica sua dificuldade no estabelecimento do laço. Do mesmo modo, Ana, ao utilizar de uma construção teórica para justificar que não tinha escolha diante do assassinato – não poderia dizer “não” –, nos permite pensar que há, ao contrário do que diz, um “sim” que a implica em seu ato.

Uma última diferença que elencamos aqui, e que difere nas visões da clínica psicanalítica e de outros campos, é a que leva em consideração uma tal inocência do jovem. Assim, psicólogos, psiquiatras e juízes podem questionar o que leva uma criança ou um adolescente a matar, chegando aos argumentos de que se trata de um louco, doente, ou alguém com algum dano

moral. A questão que os embaraça é como explicar, em alguns casos, uma espécie de satisfação ao cometer o ato, ou ao atuarem de alguma maneira a provocarem sua punição ou sanção. É o que a psicanálise irá avançar, a partir da descoberta freudiana, de que a criança não é inocente (FREUD, 1905/2006) e, posteriormente, com o conceito lacaniano de gozo, que possibilitará entender a satisfação retirada do horror, do mal ou do sofrimento.

10.3. Crimes na guerra

Em dois dos casos que apresentamos, dos adolescentes Joker e Ana, a passagem ao ato homicida se dá em condições relacionadas ao tráfico de drogas. Diante do contexto em que se dá o tráfico, frequentemente nomeado pelos adolescentes como “guerra” e em face de uma política vigente de guerra às drogas em nosso país, podemos pensar nos assassinatos cometidos como sendo crimes em situação de guerra.

Pode haver aí um prejuízo ao objetivizar o adolescente como sendo um instrumento dessa guerra, o que levaria à sua vitimização e, conseqüentemente, sua desresponsabilização. Mas não podemos recuar aqui diante das conseqüências que tem para um adolescente e para a civilização, o fato de terem sido executores de um homicídio, mesmo que em meio à guerra.

A presunção de inocência, uma garantia constitucional em nosso país, parece ter um outro significado quando se propõe um entendimento sociológico da infância e adolescência. Presume-se que, por uma questão cronológica, sejam eles inocentes, mesmo a despeito do ato que porventura tenham cometido. São reforçadas assim, as designações de atos “imotivados” e “forçados” a esses homicídios cometidos pelos mais jovens. Tal entendimento nasce de dois prejuízos precisos da modernidade: o primeiro que supõe o comando da vida psíquica pelo “eu” da consciência (LACAN, 1948/1998; MESA & MUÑOZ, 2012); o segundo que considera que a capacidade de juízo do adolescente se encontra em formação e está delegada ao adulto que dele se ocupa (MESA & MUÑOZ, 2012). Podemos considerar que as duas suposições implicam a exclusão da responsabilidade, seja por entender como inimputável a prática de um ato que está fora do domínio do “eu”, ou por considerar que o adolescente homicida seja imaturo e vítima da guerra.

Em um estudo psicanalítico realizado na Universidade de Antioquia, na Colômbia, acerca de crianças homicidas que mantêm relação com a “guerra” no local, os autores consideraram

alguns modos de participação na guerra, a partir de entrevistas com as crianças (MESA & MUÑOZ, 2012). Muitos dos jovens pedem para serem admitidos, são voluntários no mundo do crime. Outros entram na “guerra” por uma vontade prática, sem expressar necessariamente um desejo: participam desse contexto por questões econômicas, para ajudar nas contas da família. Em um terceiro grupo, os jovens estão envolvidos por uma vontade com entusiasmo, ou seja, participam dos crimes por vingança, necessidade de fazer uma imagem ideal, ou uma busca pouco clara pela própria morte (MESA & MUÑOZ, 2012).

O estudo indicou que geralmente essas crianças entram nos grupos por desejo, por aventura. No entanto, os primeiros contatos com execuções de inimigos os conduzem a um sentimento de medo e perplexidade nos combates. Com frequência, deparam-se em confrontação com os próprios preceitos morais.

Trata-se, pois, de um momento de corte, de rompimento de certa continuidade da experiência da vida, ou de iniciação, pois eles são confrontados, em sua maioria, em seus sentimentos de compaixão, asco e com o zelo mais íntimo que vela por sua sobrevivência própria (MESA & MUÑOZ, 2012, p.51, tradução nossa).

Depois desse primeiro contato, observou-se dois caminhos possíveis: a criança deixa o crime diante da sustentação dos preceitos morais próprios; ou há um fascínio e fixação de gozo nos atos, o que leva a uma compulsão ou coação à repetição³⁴. Também é interessante notar as observações a respeito das tentativas de reinserção social, marcadas pela resistência dos jovens – em alguns casos chegando a passagens ao ato suicidas ou desencadeamento de psicose.

Observamos uma similaridade dos dados colhidos pelos pesquisadores da Colômbia com os relatos dos adolescentes envolvidos na guerra do tráfico no Brasil. Podemos considerar, a partir dos casos que trazemos para esse trabalho e de alguns casos estudados na Colômbia, que os homicídios executados na guerra podem se dar sob diferentes formas. Um primeiro tipo seriam os **homicídios de vítimas anônimas**, em que o outro é visto como uma massa amorfa e o crime é colocado em prática para resolver uma situação de guerra: “ou eu ou o outro”. Algumas vezes não se sabe ao certo se se matou ou não (MESA & MUÑOZ, 2012). O relato do adolescente Joker, em uma análise mais superficial, poderia ser incluído nesse tipo.

³⁴ Os autores diferenciam a compulsão à repetição como sendo um empuxo que se mantém na cadeia significante; e a coação à repetição como sendo um empuxo não processado pelo sujeito em que o que se coloca em jogo é um empuxo ao real (MESA & MUÑOZ, 2012).

Os assassinatos anteriores ao que levou à sua apreensão, são descritos como crimes regulares na guerra em que se mata um outro qualquer, essa massa amorfa. Uma análise mais detalhada do caso, no entanto, nos leva a outras considerações. Um segundo grupo são as **execuções ordenadas**, quando se cumpre uma ordem. Seria o caso da adolescente Ana, que afirma ter cumprido uma ordem de seu “patrão” como forma de preservar a vida. Nesse conjunto pode haver uma identificação com a vítima, já que ela poderia ser um familiar ou a própria pessoa. É comum se instalar, nesse caso, sentimento de compaixão. Não há, no entanto, como se enganar diante da morte que foi causada - diferente do primeiro caso, em que não há certeza se matou ou não. Um terceiro tipo são os **homicídios de costume**: o assassino faz parte de um grupo de limpeza e o assassinato é incorporado ao cotidiano. Um último grupo dos homicídios em situação de guerra é a dos **assassinatos de significação pessoal**, em que os crimes são movidos por vinganças do passado (MESA & MUÑOZ, 2012).

Nesses tipos de homicídio podemos identificar ainda duas posições do sujeito diante do crime cometido. Uma relação de **exterioridade**, em que o adolescente considera que os mortos pertencem ao Outro; ou seja, identificam-se como instrumentos de guerra, movidos pelas ordens dos padrões, forçados pelo Outro e, portanto, não responsáveis pelas mortes. Uma segunda relação, de **intimidade**: trata-se dos homicídios próprios. Nesse caso, o adolescente se vê implicado no assassinato, incluindo algo de si no ato, talvez uma satisfação (MESA & MUÑOZ, 2012).

Tais classificações são maneiras de pensar os crimes cometidos pelos adolescentes na “guerra”, embora, como toda classificação, trata-se de uma tentativa de extrapolação e, algumas vezes não será possível estabelecer se se trata de um caso ou outro.

10.4. As instâncias morais e o Outro da lei

Como descrito anteriormente, a respeito das construções da psiquiatria clássica acerca do criminoso, há algumas nomeações referentes às instâncias morais presentes em muitas dessas classificações. As várias teses irão considerar a perda, a deterioração ou a não aquisição de uma capacidade moral, deixando a suposição de que essa instância ou preexiste ou se adquire. Seguiremos aqui o caminho que parte das formulações sobre os diques morais, em Freud (1905), a posterior elaboração acerca do supereu e suas relações com a culpa, bem como os efeitos disso para a civilização.

Freud constata a necessidade do surgimento de barreiras para a pulsão sexual, que irão se manifestar como asco, vergonha ou moralidade (FREUD, 1905/2006). Serão tais obstruções à pulsão sexual que permitirão a participação do homem na civilização, bem como uma certa normalidade individual. A consequência desse processo será o desvio dessa energia do campo sexual para outros fins, operação que Freud chamou sublimação, e que irá fornecer, como afirmou, “poderosos componentes para todas as realizações culturais” (FREUD, 1905/2006).

Também sobre o mecanismo desse processo de sublimação pode-se arriscar uma conjectura. As moções sexuais desses anos da infância seriam, por um lado, inutilizáveis, já que estão diferidas as funções reprodutoras - o que constitui o traço principal do período de latência - , e por outro, seriam perversas em si, ou seja, partiriam de zonas erógenas e se sustentariam em pulsões que, dada a direção do desenvolvimento do indivíduo, só poderiam provocar sensações desprazerosas. Por conseguinte, elas despertam forças anímicas contrárias (moções reativas) que, para uma supressão eficaz desse desprazer, erigem os diques psíquicos já mencionados: asco, vergonha e moral. (FREUD, 1905/2006, p.168).

A partir de 1923, Freud irá se referir à instância moral do supereu, como sendo resultado de dois fatores: o desamparo original dos humanos, que os colocam em relação de dependência de outros em sua infância; e a necessidade de renúncia às pulsões incestuosas e parricidas após a dissolução do complexo de Édipo (FREUD, 1923/2006). Assim, o supereu pode ser entendido a partir da subordinação ao amor do Outro, de quem o sujeito depende para sua sobrevivência, mas, sua outra vertente pode ser interpretada de maneira equivocada, como uma instância normativa, herdeira do complexo de Édipo, aquela que portaria as normas da civilização para o sujeito. O que se pode observar no entanto, a partir da teoria freudiana, é que a instância do supereu é essencialmente pulsional, constitui-se como pulsão de morte. Dessa forma, apelar a ela “nos levará a mostrar o paradoxo que produz para a própria civilização a tramitação dessa tendência mortífera” (MESA & MUÑOZ, 2012, p.101-2), e não seria, portanto, um caminho para a harmonia social.

Esse paradoxo surge na medida em que o supereu institui para o sujeito as proibições da civilização, manifestando-se como lei simbólica, mas, por outro lado, revela uma face cruel, o

que aparece como pulsão de morte. A respeito dessa outra face do supereu, Campos (2015) afirma:

Portanto, o supereu, que representa a lei do pai morto, legisla, mas não de modo absoluto, uma vez que tem de conviver com a incidência de uma face obscura de um pai feroz e diabólico, e suportá-la. Esse resto vivo do pai morto empurra o eu para um desmesurado imperativo do gozo, pois o supereu também é herdeiro do isso e filial a um pai primevo, tirânico, cruel e demoníaco, que propala a pulsão de morte (Campos, 2015, p71).

Estamos diante da duplicidade do supereu que, por um lado proíbe o acesso ao gozo, por outro exige que se goze. Somado a isso, observa-se no mundo contemporâneo, cada vez mais um imperativo de satisfação que uma proibição do gozo. A crescente pressão do discurso capitalista leva a um movimento infinito de obediência às exigências de consumo – em última análise, exigências de gozo. “Ao contrário das barreiras contra o gozo existentes no tempo de Freud, representadas pelo recalque e pelo supereu paterno, o que há hoje é um imperativo de satisfação, um imperativo de gozo, emblemático do supereu materno. Passa-se do proibido para o obrigatório” (BARRETO, 2010, p.46).

Essa exigência de gozo pode ser percebida em alguns casos de adolescentes envolvidos na criminalidade. Há, no entanto, dois caminhos possíveis para o cumprimento dessa ordem: um imperativo do supereu que se dirige para dentro, manifestando-se como empuxo ao castigo, ou, por outro lado, pode manifestar-se para fora, como um dano dirigido à sociedade (MESA & MUÑOZ, 2012). Essas duas possibilidades teriam sua execução mais radical nessa fase particular da vida – a adolescência – nas formas do homicídio e suicídio (esse último podendo ser entendido, também, como “fazer-se morrer”). Um aumento nessas modalidades de morte entre os mais jovens poder ser relacionada a uma aparente indiferença ou ausência de sentido para a vida própria, bem como a desvalorização da vida do outro. Na adolescência, a falta de sentido para sua vida e a do semelhante merece uma atenção especial diante das dificuldades e impasses na construção de um nome e um lugar no mundo característicos desse período da vida.

No caso dos homicídios praticados por adolescentes, estamos portanto, diante de uma manifestação agressiva extrema dirigida ao outro semelhante – o outro especular, descrito anteriormente. Mas o estudo nos conduz a levar em consideração a relação do sujeito com o Outro, escrito com “o” maiúsculo, designado por Lacan para se referir a uma função

simbólica que representa o lugar da linguagem, e que pode ser encarnado pela autoridade, pelos pais, pela sociedade, pela lei. “O Outro, na sua dimensão de alteridade inteiramente remetida ao Simbólico e à linguagem, surge aí para convocar o sujeito a se inserir em seus sistemas significantes, como forma de organizar uma representação do que a imagem lhe apresenta” (GRECO, 2011b, p.5). O inconsciente será constituído a partir da relação com o Outro, esse lugar de palavras. Em outros termos, essa função irá se relacionar à maneira como se constituirá o inconsciente da criança, a partir do lugar que ocupa no desejo do Outro em uma dimensão simbólica³⁵ (MESA & MUÑOZ, 2012).

Diante disso, podemos pensar que o sujeito se constitui em resposta ao Outro, já que, inicialmente é dele dependente. Isso não pode ser confundido com uma construção que levaria à ideia de o sujeito ser vítima do amor ou desamparo do Outro, mas, pelo contrário, permite localizar como o sujeito irá responder e se estruturar, diante de sua relação com o Outro. Trata-se, portanto, de uma relação dialética que irá estabelecer as condições para duas operações fundamentais: a alienação ao Outro e a separação do Outro.

Inicialmente temos que a criança depende do Outro e sua posição implicará um consentimento com sua lei. Assim, a criança estará alienada subjetivamente ao desejo do Outro. A adolescência poderá ser, então, a fase em que o sujeito se separa do Outro e, nessa operação, incorpora a lei do inconsciente. Percebemos aqui, como é delicada essa passagem na adolescência, em suas implicações com a lei. Se anteriormente estava submetido à lei do Outro, nessa fase o adolescente terá que lidar com sua lei. É curioso notar a existência no campo jurídico do termo “adolescentes em conflito com a lei” para designar aqueles que foram apreendidos por alguma infração. Ora, a psicanálise nos mostra que o adolescente, em alguma medida, sempre estará em conflito com a lei, já que pode ser nesse período que ele venha a lidar com a separação do Outro da lei para que possa operar a lei própria, do inconsciente (MESA & MUÑOZ, 2012).

³⁵ É interessante notar que cada sujeito se constituirá em resposta ao Outro e as respostas serão diferentes mesmo que o Outro seja encarnado pelas mesmas figuras. Assim, para exemplificar, a figura materna encarnará o Outro da linguagem para uma criança, que em resposta a isso se constituirá de uma maneira e, essa mesma figura, encarnará para outro filho, um outro Outro da linguagem, permitindo que este último se constitua de maneira diferente. Isso nos possibilita colocar em questão o termo sociológico “famílias disfuncionais”, e observamos que de uma mesma família, um filho pode ser estudioso, o outro criminoso e um outro de outra forma.

Nesse sentido, para Lacan, a alienação ao desejo do Outro terá valor estruturante, na medida em que o desejo do sujeito se constituirá em resposta ao desejo do Outro. Ou seja, o sujeito desejará o que o Outro deseja, faltará a ele o que falta ao Outro. Lacan definiu assim, ao afirmar que “o desejo é o desejo do Outro” (LACAN, 1959-60).

Toma grande importância a relação do sujeito que se constitui em resposta ao Outro, na medida em que, na prática clínica torna-se necessário proceder a essa investigação, e tentar localizar o lugar que o adolescente ocupa no desejo do Outro. Para Mesa e Muñoz (2012), “se o sentido da existência vem ao sujeito humano de sua posição em relação ao desejo do Outro, o momento em que vacila para o sujeito a garantia do Outro, vacila, por sua vez o sentido para sua existência” (MESA & MUÑOZ, 2012, p.151, tradução nossa³⁶). Assim, é possível questionar os efeitos que terão, para a constituição do sujeito, o fato de ter ocupado um lugar de resto, sujeito não desejado, no campo do Outro. Se seu desejo se constitui a partir disso, podemos pensar que o sentido de sua existência pode se encontrar abalado.

Os casos que estudamos nessa dissertação mostram como o Outro com que o sujeito se depara na infância é descrito como insuficiente, sem amor, que abandona, odeia ou desconsidera. Alienar-se ao desejo desse Outro, encontrar aí um lugar de amparo e amor se apresentará, desde o início, de forma complicada - ou impossível. Os efeitos desse encontro alienante se refletirão no sentido da existência para esse sujeito abandonado – ou, mais provavelmente, na falta de sentido. É possível assim, inferir que a chegada da adolescência redobrará a questão com a existência. Afinal, diante da falta de um nome – ou da construção de uma nomeação precária – nessa fase de alienação ao Outro, quando for a ocasião da adolescência, o momento de separação trará uma segunda dificuldade, já que é nesse período da vida que o sujeito irá buscar, em seu desamparo, um novo nome. O que já se constitui como crise, será nesse caso uma crise duplicada já que os pontos de ancoragem do sujeito em relação à sua infância remetem ao abandono. Diante de uma crise redobrada, sem *pontos de onde*³⁷ se reconhecer

³⁶ Original: “Sin embargo, dejamos abierta una afirmación que nos permite pensar que si el sentido de la existencia le viene al sujeto humano de su posición en relación con el deseo del Otro, el momento em que se tambalea para el sujeto la garantía del Otro, se tambalea, a su vez, el sentido para su existencia” (MESA & MUÑOZ, 2012, p.151).

³⁷ Lacadée utiliza a expressão “ponto de onde” para se referir a um ponto de apoio nessa transição da adolescência para que, ao procurar um novo nome e lugar no mundo, ele tenha um ponto que lhe dê lugar no campo do Outro. “O adolescente deve inventar sua própria abertura significativa em direção à sociedade, a partir do *ponto de onde* ele não se vê mais como a criança que foi, aprisionado no desejo do Outro, ou seja, de onde pode perceber, de maneira contingente, certa visão de si mesmo e do mundo” (LACADÉE, 2011, p32).

amado por um Outro, o adolescente irá manifestar, nos atos mais graves, a desconsideração por si e pelo Outro.

Se percebemos com maior facilidade essa desconsideração pelo Outro na gênese do ato homicida, é preciso também levar em conta a desconsideração por si implicada no homicídio. Assim, podemos observar em alguns casos, uma tendência suicida camuflada sob esse ato: diante da impossibilidade de dirigir para si a vontade de destruição (devido à falha da tensão entre o eu e o supereu), o sujeito dirige essa pulsão mortífera para o mundo externo³⁸.

10.5. Culpa e responsabilidade

Para Freud, é fundamental a existência da culpa para que haja a civilização. É através desse “sentimento” que o grupo tem controle sobre a tendência à agressão do indivíduo (FREUD, 1930/2006, p.130-1). O mal-estar existente na civilização seria então esse sentimento de culpa que, por um lado, impede o homem de ser feliz, mas, por outro, possibilita que possa conviver com outros humanos sem que, necessariamente, matem-se uns aos outros. Para Campos (2015), “o sentimento de culpa nada mais é que uma variedade topográfica da angústia, reconhecida também como medo do supereu” (CAMPOS, 2015, p.98). No entanto, muitas vezes o sentimento de culpa não é reconhecido como tal (um sentimento manifesto no eu), mas se tem provas de sua existência por algumas manifestações, entre elas a necessidade de punição.

Sobre isso, afirma Freud:

A tensão entre o severo superego e o ego, que a ele se acha sujeito, é por nós chamada sentimento de culpa; expressa-se como uma necessidade de punição. A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada. (FREUD, 1930/2006, p130-1).

³⁸ Freud cita Franz Alexander, que a partir de um estudo de Aichorn sobre a delinquência, afirma que “nas crianças delinquentes, criadas sem amor, a tensão entre ego e superego está ausente, e a totalidade de sua agressividade pode ser dirigida para fora” (FREUD, 1930/2006, p.133).

Dessa forma, a psicanálise entende que a culpa é estrutural e anterior. É a causa que precede o crime. A punição recebida pelo criminoso é entendida, então, como o efeito buscado e desejado inconscientemente.

A culpa, nesse caso, deve ser considerada além do fenômeno. Estando num estágio anterior, como sendo a causa que impulsiona o crime, a culpa não será necessariamente assumida pelo assassino nem identificada pelos entrevistadores. “Trata-se de uma culpa sem reconhecimento egoico, nem afirmada em uma verdade, mas desconhecida e inconsciente, sem razão nem porquê: uma ‘culpa-gozo’” (TENDLARZ, 2013, p.41).

O sentimento de culpa irá apontar, na medida em que é fundamento da civilização, a complexa relação entre sujeito, lei e civilização. Retomaremos as implicações entre culpa e responsabilidade adiante, mas nessa sequência abordaremos essa triangulação (sujeito, lei e civilização) que permite a aproximação da psicanálise ao direito, mesmo que afastados em suas definições e demarcações como campos epistêmicos distintos.

Nesse sentido, a psicanálise não desconsidera a necessidade de proteção diante da violação de direitos, mas entende que há, em cada um, uma instância subjetiva que lhe possibilita tomar uma decisão sobre a morte do outro.

Analisando a questão do direito (ou dos direitos) de cada um, um chamado ao restabelecimento de direitos, para a psicanálise, implica a instalação do direito ao gozo do um, na mesma medida em que se exclui o Outro. Assim, há uma relação lógica em que quanto mais se estabelece a dimensão do direito, mas se debilita a dimensão do dever (MESA & MUÑOZ, 2012). Podemos pensar, no entanto, a partir da construção que fizemos até aqui, que no campo da psicanálise consideramos que ao adolescente há um direito fundamental a ser resguardado. Esse direito está localizado na própria construção lógica da adolescência e consiste na garantia de que possa encontrar seu lugar no mundo. Em outras palavras, a garantia de acesso à palavra, à fala, às possibilidades de construções diante do real que irrompe na adolescência. Será esse direito que fará com que o adolescente, a despeito de qualquer adjetivo que o acompanhe, possa ser considerado humano.

Essa é uma questão que merece destaque, uma vez que o rompimento do sujeito com o pacto social provoca um empuxo à sua desumanização. O crime fundamental, o assassinato,

derivado do tabu do parricídio, será então um divisor histórico do sujeito que, a depender da intervenção da lei, o situará dentro ou fora da civilização. Essa intervenção da lei pode ser entendida, nesse contexto, em três situações. Pode ser considerada oportuna, **justa**, e nesse caso pode ter consequências “terapêuticas”. Por outro lado, pode ser aplicada em **excesso** e, será seu próprio efeito a exclusão do sujeito do tecido social. Podemos pensar nesse caso, em uma lei aplicada em nome da vingança social. Uma terceira situação consiste na **omissão** da lei. Aí também poderá se observar, como efeito a exclusão, na medida em que autoriza o assassino em sua ruptura com o laço social, e permite sua auto-exclusão (MESA & MUÑOZ, 2012). A respeito da primeira situação, que consiste na aplicação justa da lei, Mesa & Muñoz (2012) afirmam:

A opção segundo a qual a intervenção oportuna da lei sanciona o ato criminoso cometido então contra a vítima, mas também sobre o laço social, permite fazer do sujeito criminoso um cidadão, no sentido de restaurá-lo no território da lei que vale para todos, como única via possível de restaurar o laço social (MESA & MUÑOZ, 2012, p.168, tradução nossa³⁹).

Dessa forma, as consequências do ato homicida para o assassino irão variar de acordo com a aplicação da lei. Pode ser que surja aí uma possibilidade de inscrever o ato no registro simbólico e, como efeito disso, permitir novamente a participação do sujeito no laço social. A psicanálise, a partir de Lacan, considera assim, o assentimento subjetivo do criminoso à sanção que lhe é imposta necessário para a significação da punição (LACAN, 1950/1998).

O assentimento subjetivo se difere de uma aceitação dos fatos, um sujeito que admite ter transgredido a lei. Também é distinto de uma manifestação de remorso ou arrependimento. Implica uma operação inconsciente que “fundamenta-se na surpresa do sujeito frente à evidência, um modo de tomada de posição do sujeito frente a seu ato, que, rechaçando-o, pode, no entanto, ver-se implicado nele” (MESA & MUÑOZ, 2012, p.201). Dessa forma, é uma operação que carrega um paradoxo, posto que estrutura-se como denegação. Assim, há uma suspensão da repressão, sem um reconhecimento do reprimido. Nesse movimento pode haver uma localização do sujeito em relação a seu ato para que possa assim, implicá-lo na relação de responsabilidade e culpabilidade inconsciente.

³⁹ Original: “La opción según la cual la intervención oportuna de la ley sanciona el acto criminal cometido entonces contra la víctima, pero también sobre el lazo social, permite hacer de el sujeto criminal un ciudadano, en el sentido de restaurarlo en el territorio de la ley que vale para todos, como única vía posible de restablecer el lazo social” (MESA & MUÑOZ, 2012, p.168).

No entanto, se não há assentimento subjetivo, a punição será tomada como vingança do Outro. E como, segundo Lacan, quem faz a lei não está seguro que ela venha a garantir a justiça, recorre-se à psiquiatria, como instrumento que possa transformar o castigo para que este não seja encarado como vingança do Outro. No lugar do castigo enquanto vingança, “surge a tentativa de intervenção científica via psiquiatrização do criminoso ou via pedagogização da sanção penal, convertendo o castigo em educação” (MESA & MUÑOZ, 2012, p.227). Ao que parece, os efeitos disso estão mais para um alívio na angústia dos operadores da justiça que, de fato, para constituírem-se em efeitos subjetivos para o criminoso, no sentido de uma responsabilização.

E, como o grupo que faz a lei não está, por razões sociais, completamente seguro da justiça dos fundamentos de seu poder, ele se remete a um humanitarismo em que se exprimem igualmente a revolta dos explorados e a consciência pesada dos exploradores, para os quais a noção de castigo tornou-se igualmente insuportável. A antinomia ideológica reflete, aqui como em outros aspectos, o mal-estar social. Ela agora busca sua solução numa formulação científica do problema, isto é, numa análise psiquiátrica do criminoso a que deve reportar-se, após examinar todas as medidas de prevenção contra o crime e de proteção contra sua recidiva, o que podemos designar como uma concepção sanitária da penologia (LACAN, 1950/1998, p.139).

Para a psicanálise, no entanto, a partir da consideração do sentimento de culpa como inconsciente e o que irá motivar o crime, o fato de o criminoso buscar como fim ser castigado, o torna responsabilizável. Enquanto a via jurídica entende a responsabilidade como um consentimento do *eu* à sanção, ou seja, uma concordância egoica e consciente com a punição, a psicanálise levará em conta o inconsciente diante da resposta que o sujeito dará ao crime, tendo em vista sua culpa estrutural. Em uma orientação psicanalítica, será essa resposta que o sujeito construirá que o fará responsável por seu ato. Em outras palavras, é necessário que o sujeito reconheça sua falta para que dê uma significação à sanção dada pelo crime que cometeu e, assim, possa haver alguma possibilidade de o castigo modificar sua relação com o ato criminoso (TENDLARZ, 2013).

A responsabilidade surge então, como o elemento final de um circuito e será uma aposta em encerrá-lo. Tal circuito parte da culpa estrutural e a prática do crime será o meio de se produzir a punição como resposta à culpa inicial. Desconsiderar a dimensão da responsabilidade nesse sentido, será manter o curto-circuito que parte da culpa, passa pelo crime, chega ao castigo, reatualiza a culpa e se reinicia.

Propomos as seguintes representações esquemáticas:

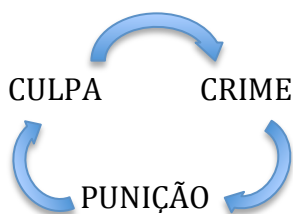


Figura 2: curto-circuito do crime



Figura 3: circuito da culpa à responsabilidade

Será a responsabilidade então, que possibilitará a saída de um curto-circuito mortífero, representado por matar e fazer-se matar, essas duas vertentes de um mesmo empuxo à morte. A noção de responsabilidade em psicanálise reside na resposta do sujeito do inconsciente. Para Tendlarz (2013) “ser declarado responsável por um ato permite a um sujeito conservar sua humanidade, na medida em que tenta produzir sua implicação em tal ato e assim poder tomar posição diante dele” (TENDLARZ, 2013, p.68). É essa noção de responsabilidade que nos orientou na condução do tratamento dos três casos que apresentamos nessa dissertação. A partir da abertura de um espaço para que o adolescente fale – sem julgá-lo louco, monstro ou criminoso –, apostamos que possa haver a possibilidade de ele se inserir em seu ato e dar sentido à punição que lhe foi dada.

Mesa e Muñoz (2012) elencam quatro deduções enganosas diante do crime cometido pelos mais jovens, caso sejam desconsideradas as contribuições da psicanálise para a criminologia. A primeira consiste na suposição de que a participação das crianças – e podemos extrapolar aqui para os adolescentes – em grupos criminosos a serviço de um líder os absolvam da responsabilidade. Essa construção destitui o sujeito da responsabilidade. A segunda dedução enganosa é supor que esses sujeitos não expressam culpa por não manifestarem arrependimento, vergonha ou propósito de mudança. Aqui se destitui o sujeito do inconsciente. A terceira suposição é que removê-los do sistema jurídico de responsabilidade, pela presunção de inocência do jovem, terá um efeito apaziguador. O engano se dá pelo

“desconhecimento da dimensão mortífera da culpa que opera muda, terminando por levá-lo ao limite último de ‘fazer-se matar’” (MESA & MUÑOZ, 2012, p.188). A quarta dedução enganosa é supor que a idade impeça a compreensão da ilicitude. Desconhece a tese da condição polimorfa perversa da criança⁴⁰.

Percebemos assim, como a culpa não será originada na razão nem no pensamento, bem como não está vinculada ao desenvolvimento orgânico do indivíduo. Está relacionada à pulsão de morte e sua dimensão mortífera faz empuxo à destruição. Essa destruição pode ser destinada ao exterior, como nos casos de homicídio, ou ao próprio indivíduo, como nos casos de suicídio. Ou ainda, pode manifestar-se como agressão ao outro, em uma tentativa de se fazer matar. Vemos, por exemplo, como no caso Joker a mensagem que a mãe lhe envia em seu aniversário, culpando-se por seu destino, o deixa incomodado. “Mas ela não tem culpa de nada!”. Por outro lado, no caso Ana, a culpa aparece em dois momentos, sempre localizada no outro. Diz que o pai é culpado por sua entrada no crime e, localiza no “patrão” a culpa pelo assassinato. O que observamos, no entanto, é como essa engrenagem movida pela culpa estava em pleno funcionamento em seu caso, de modo a mantê-la sempre presa⁴¹. O adolescente Hórus é levado para atendimento como aquele que não deve ter vínculos sociais. Nesse sentido, não haveria nem a possibilidade de ele se responsabilizar, já que, para a justiça seria um “monstro”. Sobretudo nesse caso, a tomada da palavra pelo adolescente é uma possibilidade de responsabilização, bem como uma intervenção no aparelho jurídico ao humanizar o criminoso.

Esses casos nos mostram que após a prática de um ato homicida, diante da não manifestação da culpa no *eu*, teremos acesso não a uma apresentação do sentimento de culpa, mas colheremos alguns de seus efeitos. Isso nos leva a questionar a classificação da psiquiatria atual que propõe como critério diagnóstico do “Transtorno de personalidade dissocial” a “ausência de remorso” em sua vertente fenomênica e manifestação consciente.

⁴⁰ Freud traz uma novidade para o conhecimento do século XX ao afirmar que a criança não é inocente. Está marcada muito precocemente pela dimensão da sexualidade, a partir de um encontro traumático que será reprimido. Haverá uma defesa que instaura os diques morais, não como submissão do sujeito à lei, mas como resposta ante a emergência de um gozo excessivo, perverso. “É instrutivo que a criança, sob a influência da sedução, possa tornar-se perversa polimorfa e ser induzida a todas as transgressões possíveis. Isso mostra que traz em sua disposição a aptidão para elas; por isso sua execução encontra pouca resistência, já que, conforme a idade da criança, os diques anímicos contra os excessos sexuais - a vergonha, o asco e a moral - ainda não foram erigidos ou estão em processo de construção” (FREUD, 1905/2006, p.180).

⁴¹ O termo jurídico seria “acautelada” mas optamos por trazer nesse trabalho as noções como são relatadas pelos adolescentes (muitas vezes sem eufemismos e deixando às claras aquilo que a língua obriga a dizer).

Dessa forma, diante da falta do sentimento de culpa no registro da consciência, podemos localizá-la em algumas situações. Pode haver um retorno do assassinato nos sonhos de angústia, bem como pode surgir um sentimento de presença vigilante da vítima. Pode também haver um rompimento do laço social marcado pela hostilidade com o semelhante, sentimento de ameaça e repetição do ato homicida. Outras manifestações são caracterizadas pelos impulsos autodestrutivos (toxicomanias, fazer-se matar, estados melancólicos e ideias de suicídio) (MESA & MUÑOZ, 2012). Em nossas observações, percebemos também que não é raro que essa culpa retorne no real, na forma de vozes implorando para que não se mate ou outros fenômenos elementares.

É considerando a culpa como anterior, primeira em relação a toda ação humana e primeira em relação ao fundamento da civilização que a posição da psicanálise diante do criminoso apostará na responsabilização subjetiva como tentativa de uma retomada do laço social e nova entrada no discurso. Desse modo, diante do adolescente com uma história de prática homicida, deixá-lo fora do discurso e da tomada da palavra consistirá em negar-lhe o direito fundamental de responder subjetivamente por seus atos. Assim, permanecerá fora da civilização às voltas com seu circuito de morte, com os fins previsíveis. A importância da garantia desse direito está na dimensão ética em considerá-lo humano, possibilitando-lhe o acesso àquilo que é intrinsecamente humano: a palavra e a linguagem.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho procuramos estudar as questões concernentes ao adolescente que apresenta em sua história, um ato homicida. Trata-se de um tema duro, que escancara o limite da ação humana em suas possibilidades no trato com o outro. É por isso que tentamos cuidar, nessa dissertação, da língua, da linguagem, das palavras. Entendemos que a linguagem é uma maneira de se renunciar à violência e é o que nos torna humanos.

Assim, procuramos trazer à reflexão, as questões referentes ao complexo fenômeno do adolescente homicida. Consideramos, então, as particularidades dos territórios de exclusão, e a maneira como a violência afeta a subjetividade no mundo contemporâneo. Além disso, partindo do entendimento que o normal para juventude é viver, tentamos explorar o que pode haver de anormal em uma parte da população jovem que morre precocemente. Diante desse contexto, chegamos ao adolescente que vive nesse território, as delicadas questões dessa fase da vida e, finalmente, o adolescente com uma história de homicídio.

Logo no título dessa dissertação, um detalhe chamou atenção. O título inicial era “Quando um adolescente mata: uma perspectiva clínica”. “Um adolescente” foi substituído, posteriormente por “o adolescente”. Trata-se de um mero detalhe, mas, advertidos dos riscos que a língua traz, resolvemos repensar o artigo.

O artigo indefinido “um” não localiza o adolescente, mas, pelo contrário, o dilui em uma massa de seres, dos quais ninguém quer saber. Esse artigo mantém o adolescente em seu espaço original, de exclusão. Parece haver aí mais de uma exclusão: aquela produzida socialmente e, uma outra, que se refere ao laço não suportado subjetivamente. Esse movimento de dupla exclusão mantém, por um lado, o corpo social confortavelmente cego diante dos problemas que produz, e, por outro lado trata-se da radical exclusão do sujeito do laço social e do discurso. O adolescente não se enlaça no discurso e se mantém errante, perdido, sem saber o que fazer com seu gozo e com seu corpo. Se suas formas de existir no mundo irão passar por um mal, um bem, uma qualquer outra coisa, pouco importa. O corpo social não lhe dá suporte e ele não suporta o social.

A mudança do título dessa dissertação tem, nesse detalhe, um efeito humanizador. A entrada de um artigo definido, “o”, localiza o adolescente. Permite destacá-lo de uma massa de seres que o corpo social considera abjeto, excedente. “O adolescente” passa, então, a ter história, nome, sintomas, modos de gozo. O adolescente é alguém que pode falar, dizer o que fez e o que quer fazer a partir disso.

O adolescente, então, pode narrar suas aventuras míticas, localizar o que há de si em uma passagem ao ato homicida, responder pelo ato que o empurra para fora do pacto. Entrar novamente no discurso será, então, um desafio possível, mesmo que difícil.

O que pretendemos trazer nesse trabalho foi uma aposta na linguagem como sendo o que permite passar de *um adolescente* qualquer, para *o adolescente*. Este, precedido por um artigo definido pode, então, ser localizado na história de uma comunidade e em sua própria história. Assim, as nomeações que vêm do Outro – assassino, homicida, monstro, louco, perverso – podem dar lugar às nomeações que o adolescente conseguirá construir para si. Dessa forma, a garantia do direito à palavra será o que possibilitará ao adolescente manter sua condição de humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, E. As mulheres e a violência de nossos tempos. In: **Opção Lacaniana online nova série**. Ano 6, n.17, julho de 2015. Disponível em: http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_17/As_mulheres_e_a_violencia_de_nosso_tempo.pdf
- APA. **DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARENDDT, H. **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BANKSY. **Guerra e spray**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BARRETO, F.P. **Ensaio de psicanálise e saúde mental**. Belo Horizonte: Scriptum livros, 2010.
- BARTHES, R. **Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França**. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BARTLETT, S. **A bíblia da mitologia**. São Paulo: Pensamento, 2011.
- BENJAMIN, W. Para a crítica da violência. In: **Escritos sobre mito e linguagem**. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013.
- BERCHERIE, P. **Os fundamentos da clínica. História e estrutura do saber psiquiátrico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- CAMPOS, S. **Supereu/Uerepus: das origens aos seus destinos**. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, 2015.
- CANGUILHEM, G. **Escritos sobre a Medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- CIA/BH - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. **Dados estatísticos 2014**. (*on line*). Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/ejef/noticias/cia-bh-divulga-balanco-de-2014.htm#.VxPkRWPiQmU>
- CIA/BH - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. **Relatório estatístico anual** (*on line*). 2010.

CUNHA, C; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

CUNHA, C.F. **A janela da escuta: relato de uma experiência clínica**. Belo Horizonte: Scriptum, 2014.

DAHLBERG, L.L e KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. In: **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002.

ESPINHA, S. **Versões do pai no ensino de Lacan**. (*on line*). 2012. Disponível em: http://ebp.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Sandra_M_E_Oliveira_Versoes_do_pai_no_ensino_de_Lacan2.pdf

EY, H.; BERNARD, P., BRISSET, C. **Manual de psiquiatria**. 5.ed., rev. e atual. São Paulo: Masson-Atheneu, s.d.

FARAH, C.A. **Passagem ao ato, acting out, ato psicanalítico – uma introdução**. (*on line*). 2012. Disponível em: http://ebp.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Chafia_Americo_Farah_Passagem_ao_ato_acting_out_ato_psicanal%C2%ADtico1.pdf

FAVARO, C.; FIGUEIREDO, C.B.F. Complicações clínicas comuns em dependentes químicos. In: DIEHL, A. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERRARI, I.F. Agressividade e violência. In: *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v.18, n.2, p.49-62, 2006.

FERREIRA, R.A., CUNHA, C.F. Relação médico-paciente na adolescência. In: **Revista Médica de Minas Gerais**. 2014; 24 (Supl 2): S31-S37.

FIGUEIREDO, A.C.; VIEIRA, M.A. Psicanálise e ciência: uma questão de método. In: BEIVIDAS, W. (org). **Psicanálise, pesquisa e universidade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FREUD, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1912) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XII**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1913) Totem e tabu. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIII**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1923) O ego e o id. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1926) Inibições, sintomas e ansiedade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XX.** Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1930) O mal-estar na civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI.** Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GARCIA, C. **Uma questão de lógica? Do singular ao universal (para todos).** (*on-line*). 2012. Disponível em: http://ebp.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Celio_Garcia_Uma_questao_de_logical.pdf

GRECO, M. O corpo adolescente. In: **Almanaque on line.** Ano 5. Número 8. Jan.-Jun./2011a. Disponível em: <http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/08/textos/MussoGreco.pdf>

GRECO, M. Os espelhos de Lacan. In: **Opção lacaniana online nova série.** Ano 2. Número 6. Novembro, 2011b. Disponível em: http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_6/Os_espelhos_de_Lacan.pdf

GREISER, I.B. O psicanalista frente aos sintomas sociais. In: **aSEPHallus / Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. - VOLUME III, n. 6, (mai. - out. 2008). – Rio de Janeiro : Ed. Sephora, 2008.

GUERRA, A; SOARES, C.A.N.; PINHEIRO, M.C.M; LIMA, N.L. Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. In: **Psicologia em Revista,** Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 247-263, ago. 2012a.

GUERRA, A; NETO, O. Laço social e adolescência: o pai e a infração. In: **PSICO,** Porto Alegre, PUCRS, v.43, n.4, pp.490-499, out./dez. 2012b.

HALBERSTADT-FREUD, H. Electra versus Édipo. In: **Psychê.** Ano X, número 17. São Paulo – jan-jun/2006. P.31-54.

KLEMPERER, V. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LACADÉE, P. **O despertar e o exílio.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2011.

LACAN, J. (1945) O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. (1946) Formulações sobre a causalidade psíquica. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. (1948) A agressividade em psicanálise. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. (1949) O estádio do espelho como formador da função do eu. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. (1950) Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. (1953) Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. (1959-1960). **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LACAN, J. (1962-1963). **O seminário, livro 10: a angústia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, J. (1973-74) **Séminaire XXI : Les non-dupes errent** [STÉNOTYPIES]. Aula 10, de 19/03/1974. Disponível em: <http://www.ecole-lacanienne.net/fr/p/lacan/m/nouvelles/paris-7/stenotypies-version-non-j-l-seminaire-xxi-les-non-dupes-errent-1973-1974-93>

LACAN, J. (1974-1975). *Le séminaire, livre XXII: RSI*. Inédito.

LACAN, J. Psicoanálisis y medicina. In: **Intervenciones y textos**. Buenos Aires: Manantial, 1985.

MALEVAL, J-C.; GROLLIER, M.; DRUEL-SALMANE, G. Sobre a fantasia no sujeito psicótico: de sua carência a seus substitutos. In: **A soberania da clínica na psicopatologia do cotidiano**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MARTINS, J.S. **Linchamentos – a justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MELO, E.M. **Podemos Prevenir a Violência**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

MESA, C.C.; MUÑOZ, A. **El niño homicida: la estirpe de Caín. Un estudio psicoanalítico**. Medellín: Universidad de Antioquia. Departamento de Psicoanálisis. Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, 2012.

MILLER, J.-A. et al. **Agresividad y pulsión de muerte**. Medellín: Fundación Freudiana de Medellín, 1991.

MILLER, J-A. Para uma investigação sobre o gozo autoerótico. In: **Sujeito, gozo e modernidade I**. Buenos Aires, Atuel-TYA, 1995.

MILLER, J-A. **Nada é mais humano que o crime**. Intervenção realizada em uma mesa redonda em 29 de abril de 2008, no Anfiteatro da Faculdade de Direito de Buenos Aires. 2008.

MILLER, J-A. **Perspectivas dos Escritos e Outros escritos de Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MILLER, J-A. Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato. In: **Opção lacaniana online nova série**. Ano 5. Número 13. Março, 2014.

MILLER, J-A. **Em direção à adolescência**. Intervenção de encerramento da 3a Jornada do Instituto da Criança. 2015. Disponível em: <http://minascomlacan.com.br/blog/em-direcao-a-adolescencia/em-direcao-a-adolescencia-vers-final-2/>

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. de: 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. In: **História, Ciências, Saúde** — Mangueiras, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998.

NETO, O.F. Ciência, academia e psicanálise. . In: SANTOS, T.C. **Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997.

PELLEGRINO, H. Pacto Edípico e Pacto Social. In: L. A. Py (org.). **Grupo sob grupo**. (pp. 195-205). Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

PINTO, P.G.H.R. O estigma do pecado: a lepra durante a idade média. In: **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**. Vol.5, número 1, 1995.

RODRIGUES, T. Política de drogas e a lógica dos danos. In: **Revista Verve**, São Paulo, Nu-Sol/PUC-SP, n.03, 2003.

ROUDINESCO, E. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SADOCK, B.J. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SAFATLE, V. Por uma crítica da economia libidinal. In: **Revista ide. Psicanálise e cultura**. São Paulo, 2008, 31(46), 16-26.

SAFLATE, V. O moderno e o contemporâneo, 2010. Disponível em: <http://geocities.com/wladimirsafate/vladi073.htm>.

SALUM, M.J.G. **A causa do crime**. In: **aSEPHallus / Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. - VOLUME III, n. 6, (mai. - out. 2008). – Rio de Janeiro: Ed. Sephora, 2008.

SALUM, M.J.G. Considerações sobre a passagem ao ato, o acting out e o crime. In: **Almanaque on line**. Número 5. Jul.-dez./2009.

SÓFOCLES. **Édipo rei**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

STEVENS, A. Adolescência, sintoma da puberdade, In **Clínica do contemporâneo. Revista Curinga**. Escola Brasileira de Psicanálise. Seção Minas, n. 20, 2004, p.27-39.

TEIXEIRA, A.M. Do tipo clínico como semblant. In: SANTOS, T.C. **Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

TENDLARZ, S.E. **A quem o assassino mata? : O serial Killer à luz da criminologia e da psicanálise.** São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

VIEIRA, M.M.R. A psicanálise e o DSM-IV: sabores e dissabores das investigações. . In: SANTOS, T.C. **Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2014.** Os Jovens do Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos: Rio de Janeiro, 2014.

ZIZEK, S. O hedonismo envergonhado [Caderno Mais!]. **Jornal Folha de São Paulo**, 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1910200303.htm>.

ZIZEK, S. **Violência: seis reflexões laterais.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.